

Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural

Relatório Metodológico

Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural – Relatório Metodológico

Guilherme Costa Delgado (org.)

Relatório Metodológico da Pesquisa Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural Fase II

IPEA

**Guilherme Costa Delgado
Enid Rocha Andrade Silva
José Celso Cardoso**

IPARDES/DESER

**Marisa Sugamoto
Neda M. Dustdaar
Amadeu Bonato**

FUNDAJ

**Osmil Galindo
Magda C. Galindo
Ana Elisa Medeiros Lima**

COLABORADORES CONSULTADOS

**Alfonso Arias (Plano Amostral)
Christiane V. Guimarães
Jorge Abrahão de Castro**

Brasília, março de 1999



Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Presidente

Roberto Borges Martins

DIRETORIA

Eustáquio J. Reis

Gustavo Maia Gomes

Hubmaier Cantuária Santiago

Luís Fernando Tironi

Murilo Lôbo

Ricardo Paes de Barros

O IPEA é uma fundação pública, vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, cujas finalidades são: auxiliar o ministro na elaboração e no acompanhamento da política econômica e promover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.

COORDENAÇÃO DO EDITORIAL

Brasília — DF:

SBS Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES, 10º andar

CEP 70076-900

Fone: (061) 315 5374 — Fax: (061) 315 5314

E-Mail: editbsb@ipea.gov.br

Home Page: <http://www.ipea.gov.br>

SERVIÇO EDITORIAL

Rio de Janeiro — RJ:

Av. Presidente Antonio Carlos, 51, 14º andar

CEP 20020-010

Fone: (021) 212 1140 — Fax: (021) 220 5533

E-Mail: editrj@ipea.gov.br

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO.....7

II. MODELO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA.....8

II.1 – O MÉTODO ENQUANTO OBJETO: TRANSIÇÃO DA PRÉ-AVALIAÇÃO À
AVALIAÇÃO DE IMPACTO.....8

II.2 – O MÉTODO DE AVALIAÇÃO ADOTADO NO PROJETO.....10

II.3 – A UNIDADE DE ANÁLISE E AS VARIÁVEIS RELEVANTES:
DEFINIÇÕES PRÉVIAS.....11

II.4 – PRINCIPAIS HIPÓTESES DE PESQUISA.....12

II.5 – UNIDADES REGIONAIS DE PESQUISA: CONCEITUAÇÃO.....16

III. TÉCNICAS DE PESQUISA ADOTADAS.....18

III.1 – O QUESTIONÁRIO DE PESQUISA.....19

III.2 – CONSTRUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DA ENTREVISTA.....22

III.3 – ELABORAÇÃO DO PLANO ESTATÍSTICO DE AMOSTRAGEM.....23

III.4 – PLANO DE TABULAÇÃO DOS RESULTADOS.....25

III.5 – REVISÃO E AJUSTAMENTO METODOLÓGICO EM PROCESSO.....39

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS....42

ANEXOS

I. QUESTIONÁRIO DE PESQUISA....43

II. MANUAL DA PESQUISA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL....63

III. MANUAL GERAL DE ORIENTAÇÕES....111

I. INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta em detalhe o roteiro metodológico da pesquisa Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural – Fase II, que ora se realiza na etapa de inquérito domiciliar. O objetivo deste texto não é apresentar resultados ou conclusões da pesquisa, algo que só poderia ser feito com a disponibilidade dos dados primários que ainda estão sendo coletados, mas reconstruir didaticamente o caminho crítico que precede e sucede o próprio inquérito domiciliar em execução, revelando toda a rede de conexões lógico-metodológicas das etapas de pesquisa entre si e, principalmente, destas com os objetivos perseguidos no projeto como um todo.

O título do projeto sugere o ponto de partida temático, advertindo-nos desde logo à existência de uma primeira fase, na qual se iniciou um trabalho preliminar de avaliação.

Em sua primeira fase, o projeto avaliou as repercussões da universalização dos benefícios previdenciários no meio rural, seguindo a nova regulamentação estabelecida pela Constituição de 1988. Em vista dos notórios impactos demográficos (cerca de 6,0 milhões de beneficiários, afetando em torno de 30,0 milhões de pessoas), distributivos e redistributivos então constatados, com importantes implicações orçamentárias, delineou-se um subsistema da previdência com regras, público e objetivos próprios, que obviamente impactam a economia rural, e particularmente a economia familiar, de maneira muito relevante.

O acesso aos benefícios previdenciários, de maneira legalmente universal para idosos e inválidos, independentemente de sua capacidade contributiva, teria tido efeitos sobre a renda familiar e sobre as condições de segurança e proteção social, fortemente concentradas nos segmentos mais débeis da pirâmide social. Estes resultados revelam incidências dos benefícios previdenciários “proporcionalmente mais favoráveis para pessoas residentes em pequenos municípios, regiões ou estados economicamente mais pobres, idosos do sexo feminino e economias rurais relativamente mais débeis” (conclusões do Relatório de Avaliação Socioeconômica – Fase I, *in* Texto para Discussão nº 477, IPEA, maio de 1997).

As fontes empíricas sobre as quais se apoiaram as conclusões daquele Relatório de Avaliação, conquanto consistentes para informar sobre resultados agregados, são insuficientes para aferir outros importantes indicadores de eficácia ou de efetividade da Previdência Social no meio rural.

O relatório inicial constatou a magnitude da incidência dos benefícios previdenciários pós-universalização em praticamente todos os municípios brasileiros. Esta, afetando direta ou indiretamente uma população pobre de cerca de 20% da população total do país, mediante transferências orçamentárias que giram hoje em torno de 1,3% do PIB, pareceu-nos justificar a relevância socioeconômica de uma avaliação de eficácia mais aprofundada.

Desse primeiro relatório emergiram várias linhas de avaliação susceptíveis de aprofundamento. Os impactos demográficos e socioeconômicos da mudança de regras da previdên-

cia a que nos referimos anteriormente são um aspecto. Por outro lado, as implicações sobre a estrutura de arrecadação e gastos desse subsistema, cujas projeções revelam necessidade de transferência a curto e médio prazos relativamente altas, suscitam uma outra linha de pesquisa. Optamos pela análise de eficácia, com que esperamos contribuir não apenas para uma melhor compreensão dos gastos sociais na área previdenciária, como também sobre os seus efeitos socioeconômicos no setor rural.

Nesse contexto, coloca-se a questão central da pesquisa nesta segunda fase, qual seja, a de indagar *acerca do papel do seguro previdenciário rural sobre as condições de sustentação e reprodução da economia familiar desse um quinto de população distribuída por diferentes regiões do país.*

Delineando, *grosso modo*, o problema geral da pesquisa e justificada sua relevância nesta etapa, emergem as questões metodológicas pertinentes, das quais este relatório se ocupa. Tecnicamente, os passos subseqüentes, definindo o problema geral, consistem em:

- (a) justificar a transição da pré-avaliação ao modelo de avaliação atual;
- (b) definir a unidade de análise;
- (c) definir as variáveis independentes, dependentes e intervenientes;
- (d) estabelecer as principais hipóteses de pesquisa e o *approach* teórico adotado;
- (e) delinear as técnicas de pesquisa a serem adotadas, passo a passo; e
- (f) interpretar os resultados.

Essa seqüência didática pode ser resumida. Os tópicos "a", "b", "c" e "d" podem ser fundidos num só título: Modelo Teórico-Metodológico da Pesquisa, e o tópico "e", Técnicas de Pesquisa a Serem Adotadas, terá que ser desdobrado em função da opção seguida. O tópico "f", por sua vez, não é objeto deste relatório, mas do relatório final a ser apresentado no 1º semestre de 1999, após disponibilização dos dados primários em fase de coleta e elaboração.

II. MODELO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

II.1 – O MÉTODO ENQUANTO OBJETO: TRANSIÇÃO DA PRÉ-AVALIAÇÃO À AVALIAÇÃO DE IMPACTO

A pesquisa apresenta problemas e perguntas que precisam ser justificados sob a ótica de sua relevância e equacionados com rigor, sob o prisma do método científico. Este texto, continuando o trabalho anterior do Projeto na Fase I, propõe-se a trabalhar questões de método como objeto, deixando ao Relatório Final de Pesquisa a interpretação dos seus resultados.

A justificativa de uma segunda fase deste projeto está posta nos resultados da pré-avaliação realizada na primeira fase. Observe-se que naquele trabalho elegemos os impactos da reforma constitucional de 1988 sobre a população-alvo da previdência rural. Esses resultados são avaliados sob quatro enfoques:

1. dos seus efeitos sobre a renda familiar dos beneficiários;

2. de sua efetividade, medida pelo grau de cobertura demográfica, aferida pelo acesso de beneficiários relativamente à população potencialmente beneficiária;
3. dos seus efeitos sobre a migração da população assistida; e
4. dos seus efeitos sobre a despesa e a receita orçamentária com os segurados do sistema (ver Texto para Discussão nº 477, *op. cit.*, p 9-10).

Para aferir os impactos da reforma previdenciária por meio das diferentes hipóteses de pesquisa, indiretamente refletidas nos indicadores supramencionados, trabalhamos basicamente com duas bases de dados secundárias independentes: as fontes de registros administrativos divulgadas pelo Anuário Estatístico de Previdência Social (AEPS – 1991 a 1995), e os dados demográficos e socioeconômicos do Censo Demográfico de 1991 e das PNAD de 1992 e 1993. Posteriormente, atualizamos esses indicadores com dados mais recentes das PNAD de 1995 e 1996.

Os dados utilizados naquela pré-avaliação, bem como as novas fontes empíricas que vieram a ser produzidas ou reproduzidas posteriormente pelo IBGE, como, por exemplo, a Pesquisa sobre Padrões de Vida: 1996 – 1997, o Censo Agropecuário de 1996 e o Censo Demográfico de 1996, contêm algumas limitações conceituais oriundas das perguntas originais dos questionários de cada uma dessas pesquisas, que, em grande medida, as tornam insuficientes para aferir empiricamente os impactos de política previdenciária setorial, objeto de avaliação deste projeto.

O primeiro grande limite dos questionários da PNAD, do Censo Demográfico e da Pesquisa de Padrões de Vida do IBGE é o fato de não permitirem identificar os beneficiários da previdência rural nas suas perguntas genéricas sobre rendimentos ou contribuição aos sistemas de aposentadoria ou pensão em instituto de previdência pública. A generalidade das perguntas dessas fontes sobre os beneficiários da previdência social impossibilita isolar o público-alvo de nossa pesquisa.

O segundo limite dessas fontes empíricas é o conceito de *rural*, que se refere aos *domicílios* (Censo Demográfico e PNAD) ou aos *estabelecimentos* (Censo Agropecuário). Estes conceitos são distintos entre si e não compatíveis com o conceito estatístico de *beneficiário rural* do Anuário Estatístico da Previdência Social.

As limitações das bases de dados pré-existentes geraram um sério problema de compatibilidade cruzada dos dados. De um lado, temos os dados do Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS), desagregado até o nível do estado (ou município, conforme uso de tabulações especiais), segundo conceitos de rural e urbano, e de outro, temos outros conceitos de rural e urbano para os Censos e PNAD, esta última sem municipalização. Assim, os efeitos econômicos, demográficos, migratórios ou financeiros da reforma da previdência, referidos aos segurados ou beneficiários da previdência rural, ficam de certa forma indeterminados quando se cruzam benefícios ou beneficiários rurais do AEPS com dados de renda, migração demográfica, etc., das fontes do IBGE.

Para uma solução provisória e bastante agregada dos indicadores de impacto da Previdência Social Rural sobre o público-alvo atual (os beneficiários que ingressaram no sistema) ou

potencial (os potenciais beneficiários), trabalhamos com os dados disponíveis, cruzando, por exemplo, pagamentos mensais da previdência rural com o conceito de *renda rural* ou *renda familiar rural* da PNAD, correspondente às unidades domiciliares residentes no espaço rural.

Ora, esse corte estatístico compulsório é claramente insuficiente e até mesmo contraditório em relação ao exercício dos testes de hipóteses pretendidos. Se o propósito da pesquisa é avaliar os impactos dos benefícios previdenciários sobre as condições de reprodução da economia familiar, não se pode *a priori* restringi-la ao espaço rural tradicional, visto que os referidos impactos provavelmente estejam redefinindo a renda, a residência, a ocupação e, por decorrência, as condições de inserção dos beneficiários em um outro espaço demográfico e econômico a ser definido.

O prosseguimento e aprofundamento da avaliação dos impactos econômico-sociais da previdência rural passa a requerer conceitos, metodologias e técnicas de pesquisa distintas daquelas adotadas na primeira fase. E, neste contexto, é muito relevante definir dois passos metodológicos seminais: conceituar com rigor o público-alvo da avaliação e os limites e critérios dessa avaliação. Essa discussão lógico-metodológica, confrontada com as limitações empíricas já apontadas na primeira fase, conduz-nos, como se verá adiante, à necessidade de inquirir diretamente o público-alvo de nossa pesquisa sobre o conjunto das condições (hipóteses) que estamos propondo à avaliação.

II.2 – O MÉTODO DE AVALIAÇÃO ADOTADO NO PROJETO

A avaliação de políticas públicas é uma área de pesquisa que vem adquirindo crescente interesse teórico e prático, a julgar pela literatura acadêmica e extra-acadêmica produzida recentemente. Entretanto, as questões de método científico são fundamentais nesse domínio de pesquisa e raramente são explicitadas nos muitos textos de *avaliação* produzidos por diferentes instituições governamentais e não governamentais.

Os objetivos da avaliação e os modelos de avaliação adotados são de certa forma correspondentes uns aos outros. Na Fase I da pesquisa, ao perseguir uma pré-avaliação de impacto da reforma previdenciária implícita na Constituição de 1988, buscamos aferir os resultados dessa reforma (direitos sociais criados) sobre o público-alvo, seu grau de efetividade e as implicações diretas e indiretas dessa intervenção política sobre as condições da vida da população destinatária. Aspectos positivos e negativos da avaliação de impacto devem ser resgatados objetivamente, de forma que se disponha de uma base de conhecimento racional para subsidiar a formação da opinião pública e as decisões políticas no campo específico de análise que estamos enfocando.

Observe-se que uma *avaliação de impacto* contém elementos subsidiários para uma *avaliação de processos decisórios* públicos.¹ Mas difere objetiva e metodologicamente desta. A avaliação de processos normalmente se dá numa outra arena, a dos atores políticos que definem as regras e procedimentos da política ou programa que se irá executar. Por sua vez, a avaliação de impacto considera os processos políticos dados e avalia os seus resultados. Apesar disso, a avaliação de resultados pode obviamente influenciar os processos políticos ulte-

¹ Para uma análise conceitual da relação entre objetivos e modelos de avaliação, ver Colin (1996, cap.7).

riores, ainda que limitada e tangencialmente, haja vista que a lógica decisória desses processos se dá em nível completamente distinto do campo lógico da pesquisa de avaliação.

Do exposto depreende-se uma distinção básica de objetivos da avaliação de políticas. De um lado, temos a própria *formação da política*, os seus atores, interesses, arenas, processos decisórios, formação de consensos, etc., como um campo peculiar de pesquisa de avaliação. Em seqüência, as fases de *formulação e implementação* de políticas também requerem instrumentos analíticos apropriados.

De outro lado, temos a *avaliação do impacto* ou de resultados, que se concentra nos efeitos e na efetividade de dado programa, não apenas sobre o alcance dos seus objetivos, como também nas conseqüências inesperadas que podem ser detectadas de sua aplicação.²

Esta segunda abordagem é a adotada neste projeto, dando seqüência a uma pré-avaliação de propósitos similares já realizada e tentando superar os limites analíticos daquele trabalho, fazendo uso, para tanto, de técnicas e métodos de pesquisa mais apropriados.

II.3 – A UNIDADE DE ANÁLISE E AS VARIÁVEIS RELEVANTES: DEFINIÇÕES PRÉVIAS

Nossa unidade de análise declarada em outros tópicos como público-alvo, população beneficiária, segurados da previdência rural, etc., fica, nesta etapa de pesquisa, perfeitamente definida. *A unidade familiar definida pelo critério de domicílio, no qual residem um ou mais beneficiários da Previdência Social Rural, é a unidade de análise da pesquisa.* Isoladamente, o indivíduo beneficiário é também considerado na análise, mas a pesquisa avalia efeitos e efetividade da reforma previdenciária, primordialmente sobre a unidade familiar e secundariamente sobre o indivíduo.

A escolha desta unidade de análise exclui, por definição, as famílias rurais e urbanas nas quais nenhum membro das mesmas receba benefícios previdenciários. Para este segundo grupo seria inapropriado avaliar efeitos e efetividade da reforma previdenciária. Mas por outro lado, a escolha deste universo de beneficiários apresenta um certo viés original com respeito à medição dos indicadores de efetividade. Teoricamente, a melhor unidade de análise a ser pesquisada, neste caso, seria o grupo de famílias legalmente credoras de direitos de aposentadoria e pensões rurais, no interior do qual pudéssemos delimitar e avaliar separadamente os domicílios *com e sem acesso aos benefícios* do sistema.

Esse caminho se revelou pragmaticamente inviável em razão da dificuldade operacional em se isolar essa população. Por sua vez, o questionamento das pessoas com e sem acesso aos benefícios do sistema não requer obrigatoriamente duas amostras e dois questionários independentes, que de resto encareceriam enormemente a pesquisa.

Optamos pelo caminho intermediário, qual seja, o de escolher a população de beneficiários da previdência, acrescê-la dos membros de suas famílias-domicílio, e inquiri-los de diferentes formas sobre suas condições de vida com e sem acesso ao sistema previdenciário.

² Para uma análise e conceituação das distintas fases de avaliação de políticos, ver Draibe (1993, p. 34). Com enfoque distinto, mas na mesma linha de diferenciação, ver também texto de Figueiredo & Cheilub (1986).

Contudo, antes de tratarmos das técnicas e métodos desse inquérito familiar, cumpre-nos destacar o objetivo tácito desse questionamento. Ele visa, em última instância, esclarecer-nos sobre os efeitos e a efetividade produzidos sobre a nossa unidade de análise, causados pelos vetores externos identificados. São estes os impactos que desejamos avaliar. Cumpre, portanto, explicitarmos um conjunto de relações de causalidade envolvidas, as variáveis envolvidas em cada uma delas e sua forma relacional, e finalmente, as conexões lógico-dedutivas que se podem extrair dessa rede de relações causais.

Metodologicamente, estamos tratando das hipóteses principais de pesquisa, que são nossas relações de causalidade propostas, das variáveis envolvidas e do *status* relacional de cada uma delas, e finalmente, das relações lógicas dentro e entre hipóteses de pesquisa enunciáveis.

O modelo de avaliação que concebemos parte de um conjunto de quatro relações (hipóteses) principais e independentes, cada uma delas incorporando uma relação de causalidade influente sobre a nossa unidade de análise, que também poderia ser empiricamente descrita como a variável dependente do sistema. Essa mesma *variável dependente* comparece em quatro relações causais distintas, ora sendo explicada por *variáveis independentes* internas ao sistema de previdência rural, como, por exemplo, os *benefícios previdenciários pagos* ou o *grau de universalização alcançado por esses benefícios*, ou ainda em outras relações de causalidade que chamamos de *intervenientes*. Nestas últimas, incluímos as relações externas à previdência social, como, por exemplo, as *diversidades regionais* e as *relações de cooperação e ajuda mútua entre famílias* como vetores independentes, de grande significação explicativa sobre a nossa variável dependente.

Observe-se que o empreendimento da pesquisa nesta Fase II supera as limitações da etapa anterior (base de dados, conceito de rural e unidades de análise restritivas), visto que irá gerar as variáveis independentes, intervenientes e dependentes de que fará uso. Ao mesmo tempo, essas variáveis adquirem novo sentido explicativo no contexto das relações causais que iremos propor (hipóteses de pesquisa).

II.4 – PRINCIPAIS HIPÓTESES DE PESQUISA

Definida a unidade de análise, o passo metodológico subsequente consiste em estabelecer um conjunto de asserções que expressem as principais hipóteses de pesquisa a serem testadas. Estas, por sua vez, devem conter proposições em cujos conteúdos de proferimento se responda a uma dupla indagação:

- (a) a pergunta central da pesquisa; e
- (b) aos teste de eficácia e efetividade referidos à unidade de análise que está sendo explicada.

Isto posto, temos que construir relações explicativas que nos expressem sentidos de determinação entre variáveis independentes e dependentes, e outras determinações que intervem na explicação mas que não estão diretamente relacionadas à pergunta principal da pesquisa. Chamamos estas últimas de *relações intervenientes*³ pelo fato de refletirem transfor-

³ As variáveis intervenientes estão aqui definidas algo diferentemente dos conceitos utilizados por Singleton Jr. (1993, p. 74), segundo o qual “a variável é interveniente se ela é efeito de uma variável independente e causa de uma variável dependente”.

mações em nossa variável dependente, sem ligação com os impactos da reforma previdenciária objeto de avaliação. Finalmente, temos as *variáveis antecedentes*, que figuram como dados de realidade relevantes, mas não introduzidos explicitamente na pesquisa.

Por simplicidade expositiva, expressamos essas relações mediante sentenças simples (um único verbo) e independentes. Em momento expositivo posterior, complexifica-se essa construção sintática com períodos compostos por sentenças coordenadas ou subordinadas, onde se explicitam relações mais completas, derivadas das relações principais ou a elas associadas.

A pesquisa escolheu *a priori* um subconjunto de quatro hipóteses a serem postas à prova, e que correspondem às principais proposições a serem avaliadas. Estas hipóteses expressam afirmativamente as várias dimensões do problema central da pesquisa, qual seja, *o papel que desempenha o seguro universal da previdência rural na reprodução da economia familiar de distintas regiões do país*, além de relações intervenientes paralelas.

As relações ou hipóteses de pesquisa são as seguintes:

1. *Os Benefícios Previdenciários Rurais de caráter permanente asseguram / contribuem para a reprodução econômica da unidade familiar beneficiária;*
2. *Os Princípios Constitucionais e Práticas Institucionais correspondentes contemplam o seguro social universal para idosos e inválidos (de ambos os sexos);*
3. *As Diferenças Regionais múltiplas codeterminam a reprodução econômica da unidade familiar; e*
4. *As Relações intra e interfamiliares de cooperação e auto-ajuda proporcionam condições não mercantis de reprodução da economia familiar.*

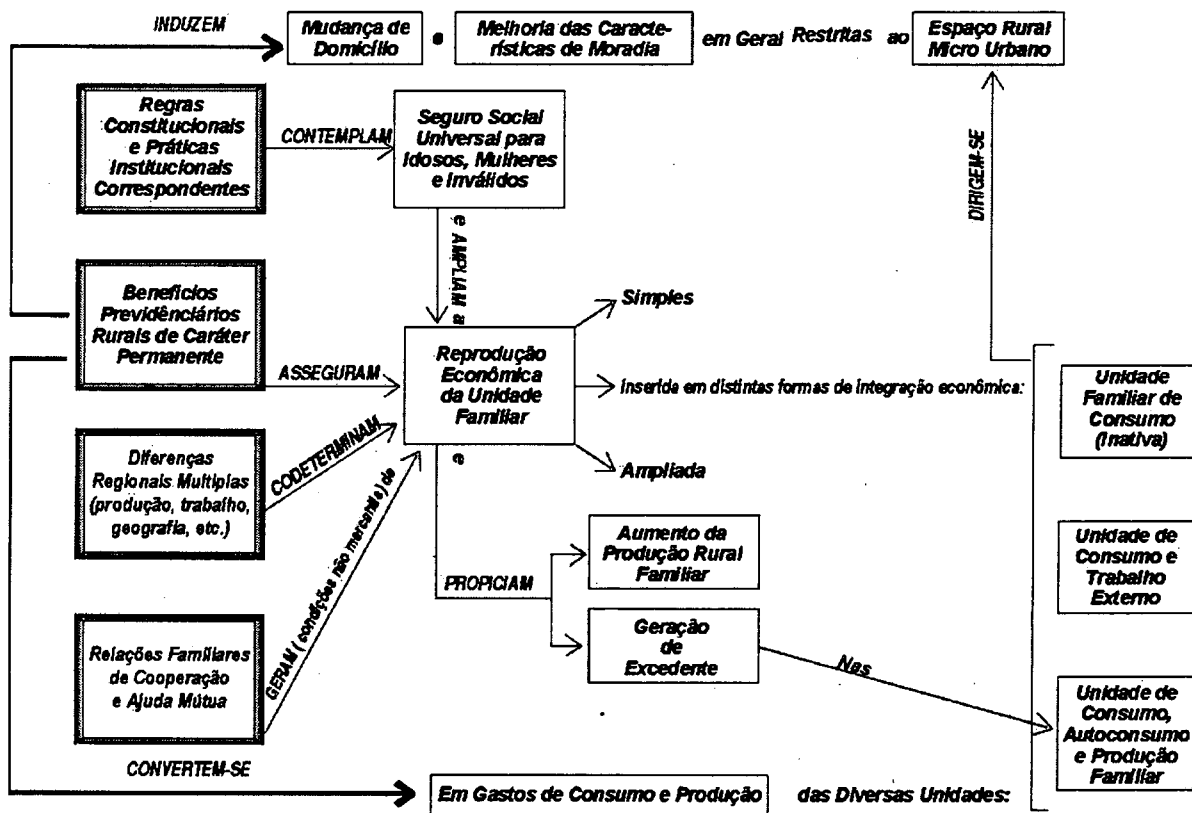
Essas relações de determinação, independentes entre si, estão expressas em nível de abstração e simplicidade que ainda não permitem abranger o conjunto mais amplo das relações derivadas, susceptíveis em responder com maior propriedade à pergunta-chave da pesquisa.

Para responder logicamente essa exigência de adequação, dois passos metodológicos são necessários:

(a) complementar a teia de relações que se agregam ou subordinam às hipóteses principais, conferindo a esse sistema um sentido de determinação/avaliação adequado aos objetivos da pesquisa; e

(b) proceder à mediação das hipóteses de pesquisa e dos testes empíricos de decisão; esta última tarefa é explicitamente assumida no plano de tabulação (ver item III.4 adiante), enquanto a formulação mais complexa do sistema de hipóteses pode se expressa no fluxograma das hipóteses de pesquisa que desenhamos a seguir.

PRINCIPAIS HIPÓTESES DE PESQUISA: INTERPRETAÇÃO



Essa nova formulação (fluxograma) introduz, aditiva ou subordinadamente, sentenças complementares às hipóteses básicas, permitindo-nos inquirir mais profundamente sobre as condições de reação ou de resposta da variável dependente (unidade familiar e/ou indivíduo beneficiário) às influências das variáveis independentes escolhidas. Assim, na primeira proposição, que, na verdade, é um teste de eficácia, temos o descrito a seguir.

1) Os Benefícios Previdenciários de caráter permanente asseguram / contribuem para a reprodução econômica da unidade familiar.

Esta sentença simples, como se vê no fluxograma, é complementada por duas qualificações:

- os complementos nominais *simples* e *ampliado*, que caracterizam conceitual e distintamente a reprodução econômica; e
- a oração subordinada de particípio: "inserida em distintas formas de integração econômica: unidade familiar de consumo (inativa); unidade de consumo e trabalho externo; unidade de produção, consumo e autoconsumo."

Esta última oração integra a unidade de análise em um conjunto alternativo de relações (inatividade exclusiva, trabalho remunerado e produção direta) que permitirá a construção de uma tipologia relevante e mediadora de novas relações socioeconômicas.

Ainda nesta primeira sentença simples podem-se aduzir orações independentes: *"e propiciam a geração de produção rural familiar que, uma vez verificada, caracteriza uma importante forma de inserção na chamada agricultura familiar"* (unidade de produção familiar, de consumo e de autoconsumo).

A segunda hipótese básica contém um teste de efetividade, que, em seguida, se complexifica e assume também o caráter de teste de eficácia, conforme exposto a seguir.

2) *Os Princípios Constitucionais e as Práticas Institucionais correspondentes contemplam o seguro social universal para idosos e inválidos (de ambos os sexos) e ampliam a reprodução econômica de unidade familiar.*

Esta segunda relação, diferentemente da primeira, propõe um teste de efetividade do modelo de universalização previdenciária posto em prática a partir de 1992, fundamentado na Constituição (artigos 194: parágrafo único; 201: parágrafo quinto; 202: inciso primeiro) e regulamentado pelas Leis de Custeio e Benefícios da Previdência (Leis nºs 8 212 e 8 213 de 1991). Uma vez contemplado, parcial ou totalmente, ou negado o acesso aos direitos sociais em consideração, há conseqüências correspondentes para a reprodução econômica dessa mesma unidade familiar.

As hipóteses 1 e 2, conquanto assemelhadas, são independentes em suas proposições originais e tratam de distintas relações causais associadas ao sistema de previdência social. No primeiro caso é testada a significação do seguro social para as condições de vida da família. No segundo caso, as condições de acesso, efetividade, dificuldade e desfrute desse benefício no conjunto da unidade familiar é que estão sendo testadas.

Por outro lado, há um outro conjunto de proposições que intervêm na reprodução da economia familiar desse público-alvo (famílias beneficiárias), mas que independem das relações causais oriundas do sistema previdenciário. Neste sentido, essas determinações no contexto das hipóteses captam as seguintes relações:

3) *As Diferenças Regionais múltiplas codeterminam a reprodução da economia familiar rural; e*

4) *As Relações intra e interfamiliares de cooperação e auto-ajuda proporcionam condições não mercantis de reprodução da economia familiar.*

Metodologicamente, as hipóteses 3 e 4 são introduzidas na pesquisa de maneira distinta.

As diferenças regionais múltiplas a que fazemos referência relacionam-se às distintas características socioeconômicas e edafo-climáticas que configuram uma regionalização prévia da pesquisa. Esta, ao eleger três mesorregiões independentes dentro de cada macrorregião analisada, focalizou implicitamente as distintas características da unidade de análise – a unidade familiar beneficiária, demarcada pelos fatores de espacialidade regional e pelo caráter de inserção da família na economia rural dessa mesorregião. Mais adiante voltaremos a explicitar o modelo de regionalização utilizado no Plano Amostral (ver item IV.3 adiante), e os conceitos de região adotados (ver item III.5), quando ficará mais clara a incorporação das diferenças regionais nas hipóteses de pesquisa. Por ora, basta-nos a informação breve de sua relevante interveniência nas explicações causais de nossa unidade de análise.

A hipótese 4 também contém uma outra relação interveniente, independente do sistema previdenciário. Trata-se, aqui, das relações de cooperação e auto-ajuda entre pessoas e famílias pesquisadas, explicando extramercado a reprodução parcial da economia familiar. Neste contexto, como se verá mais adiante, essas relações gratuitas, de difícil mensuração quantitativa, são cruciais para explicar as condições peculiares de sobrevivência das famílias pesquisadas, aparentemente incompatíveis com seus rendimentos monetários. Em particular, o autoconsumo de produtos rurais é destacado nessa abordagem.

Observe-se que a partir da construção dessas quatro hipóteses primárias pode-se desenhar vários subconjuntos de hipóteses secundárias, à semelhança daquilo que desenhamos no fluxograma. O conjunto dessas relações abre-nos variados caminhos de interpretação da unidade de análise, ampliando os objetivos de avaliação a novos fatores causais ou a conexões desses fatores causais que nos ajudem a entender a dinâmica da reprodução da economia familiar. A interpretação lógico-dedutiva desse conjunto de relações empiricamente testáveis permite-nos uma gama de conclusões singulares e de relações lógicas entre estas conclusões que nos trarão respostas consistentes às perguntas básicas elencadas na pesquisa.

Para inquirir sobre essas relações previamente desenhadas, ou sobre outros objetivos de pesquisa, é necessário construir um acervo de perguntas técnica e logicamente consistentes. Isto de certa forma nos conduz a uma outra etapa metodológica, qual seja, a da escolha das técnicas de pesquisa apropriadas ao modelo de hipóteses enunciado. Na seção IV, faremos a ponte entre a estrutura e conteúdo das questões a serem formuladas no inquérito de campo e as hipóteses de pesquisa levantadas nesta seção, exceto no que diz respeito às relações intervenientes de natureza regional. Estas, precisamos esclarecê-las previamente.

II.5 – UNIDADES REGIONAIS DE PESQUISA: CONCEITUAÇÃO

A escolha de duas macrorregiões independentes (Nordeste e Sul) como objeto principal da pesquisa contém uma dupla justificação. Em primeiro lugar, essas regiões representam mais de 70% do público-alvo beneficiário. A segunda justificativa é o argumento da interveniência de diferenças regionais marcantes, de natureza socioeconômica e edafo-climática, que provavelmente intervêm de forma significativa sobre as condições de vida desse público-alvo (unidade de análise).

Por outro lado, realizar simplesmente a pesquisa com duas amostras independentes de domicílios localizados nessas regiões pareceu-nos um corte insuficiente. Os objetivos perseguidos neste projeto propõem-se a explicar estratégias de sobrevivência e reprodução das unidades familiares. E, nesse sentido, residir em uma ou outra região caracteriza diferença regional imprecisa. Há que se introduzir aprioristicamente na regionalização atributos que caracterizem o próprio conceito de economia familiar, os quais poderão ou não ser confirmados *a posteriori* pelos resultados da pesquisa.⁴

⁴ Os critérios de regionalização utilizados no Plano Amostral estão baseados em mapas regionais provisórios construídos pelas equipes do IPARDES/DESER e FUNDAJ, ora em fase de atualização com base nos dados do Censo Agropecuário de 1996.

Optamos por construir um mapa de regiões de pesquisa nas quais os conceitos de economia familiar estejam referidos ao espaço rural – zona de origem do nosso público. Este espaço inclui a zona rural convencional, mas supera seus limites geográficos.

A expressão economia familiar rural, referida ao conjunto das funções econômicas e não econômicas que dão suporte e conferem condições de sustentação e reprodução às unidades familiares ocupadas, inativas ou residentes no espaço rural, é suficientemente ampla para demarcar a regionalização que nos interessa construir. Observe-se que não restringimos a economia familiar aos limites da agricultura familiar. Esta restringe-se ao exercício de funções produtivas e ocupacionais pela própria família no interior de um estabelecimento agropecuário. Já o conceito de economia familiar que definimos supera simultaneamente os critérios espacial de residência rural e a função produtiva ocupacional agrícola, considerados isoladamente. Isto se deve ao fato de que nosso público-alvo é formalmente parte do *setor inativo* da economia rural e reside indistintamente na zona rural ou na zona urbana de cada município.

Objetivando alcançar a população demarcada pelo conceito supracitado de economia familiar rural, procedemos a uma regionalização amostral em cada macrorregião (Nordeste e Sul), onde as fronteiras de cada uma das três mesorregiões contidas em cada macrorregião delimitam-se respectivamente pelos conceitos de agricultura familiar integrada, de agricultura de subsistência e de agricultura capitalista assalariada. Essa tipologia é de certa forma auto-explicativa. O primeiro conceito corresponde à produção familiar que utiliza predominantemente trabalho e gestão familiar e se destina ao mercado. A segunda corresponde às unidades familiares que produzem para suprir o autoconsumo ou geram pequeno excedente. A terceira é unidade familiar assalariada total ou principalmente.

Com base nesses conceitos são construídas seis mesorregiões de pesquisa (três em cada macrorregião), que são, para efeitos estatísticos, as menores unidades de análise regional geradas pela pesquisa.

Essa regionalização não é exatamente a mesma nas regiões Sul e Nordeste. Nesta última, os conceitos de economia familiar integrada ao mercado e economia de subsistência ficam de certa forma fundidos numa vasta mesorregião (Agreste e Semi-Árido), onde emerge o fator endógeno-climático como dominante. Por sua vez, a agricultura assalariada é separada em dois setores: o tradicional da Zona da Mata e da Zona Cacaueira e o mais moderno, dos Cerrados e Pré-Amazônia Nordestina.

Na região Sul foi possível desenhar com maior precisão as mesorregiões de agricultura familiar integrada e de trabalho assalariado, ficando a região residual relacionada à economia de subsistência.

Finalmente, deve-se esclarecer que a dimensão regional, expressa sob a forma de hipóteses de pesquisa, deve se traduzir em variáveis regionalizadas a partir das técnicas de amostragem regional e do questionário homogêneo, a serem aplicadas a cada unidade regional de análise. Isso é assunto da próxima seção.

III. TÉCNICAS DE PESQUISA ADOTADAS

Pelo que foi exposto nas seções precedentes, fica evidenciada a necessidade da construção de uma técnica de inquirição dos beneficiários da previdência rural e de seus familiares para efeito de obtenção das informações necessárias à pesquisa. Pelo que demonstramos até aqui, estas informações estão indisponíveis ou são insuficientes nas fontes estatísticas convencionais do IBGE e nos registros administrativos do Anuário Estatístico da Previdência Social.

Por outro lado, a inquirição desse público-alvo leva-nos à construção de uma base de dados da qual seriam extraídas as variáveis relevantes, contidas nas relações causais (hipóteses de pesquisa testáveis). Essas hipóteses, uma vez testadas e relacionadas entre si, devem nos prover de subsídios preditivos, isto é, inferências e deduções que atendam aos objetivos da pesquisa. Todas essas condições enunciadas ao longo das seções precedentes conduzem-nos à necessidade de adoção da técnica de questionário homogêneo e relativamente fechado para propiciar a inquirição, sob controle, do nosso público-alvo.⁵ Técnicas alternativas como a observação participante, entrevistas abertas, fontes estatísticas secundárias, estudos e pesquisas pré-existentes, não estão descartadas subsidiariamente. Contudo, a técnica do questionário é imprescindível face ao contexto e método da pesquisa pré-desenvolvida.

A técnica do inquérito domiciliar pressupõe um conjunto de procedimentos de pesquisa mais complexo e economicamente oneroso, comparativamente às pesquisas com base em dados secundários, fontes escritas, observação direta, etc. Este, em verdade, é o preço que se paga para construir uma fonte primária de dados, interiormente ajustada à problemática e às hipóteses de pesquisa que se deseja pôr à prova. Tal empreendimento somente se justifica em razão da notória relevância da problemática proposta face a uma insuficiente disponibilidade de dados pertinentes, condições que foram demonstradas nas seções precedentes.

A seqüência de métodos e técnicas de pesquisa que se segue, uma vez pré-definidos os objetivos da avaliação e seu modelo teórico-metodológico de abordagem, contém as seguintes etapas, a serem detalhadas nos tópicos subseqüentes:

- (a) elaboração do Questionário de Pesquisa e construção dos procedimentos de entrevista;
- (b) elaboração do Manual de Instruções de Pesquisa;
- (c) definição e elaboração do Plano Estatístico de Amostragem e definição das Unidades Regionais de Pesquisa; e
- (d) elaboração do Plano de Tabulação dos Resultados.

⁵ Para uma discussão metodológica sobre diferentes técnicas de inquirição em pesquisa social, ver, em especial, Kane (1993, pp. 51-71).

III.1 – O QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

A estrutura formal do questionário de pesquisa está construída tendo em vista pôr à prova as hipóteses básicas definidas no projeto (ver fluxograma), ou outras hipóteses alternativas que possam ser testadas com base nas informações geradas pela pesquisa.

Os nove blocos em que se subdivide o questionário cumprem as funções descritas a seguir.

Bloco 1: Identificação do Formulário

Contém a etiqueta de identificação do formulário de pesquisa, com todas as anotações de identificação do domicílio e do beneficiário, além das informações de controle do entrevistador, supervisor a digitador.

O nome do entrevistador é aqui identificado e se pergunta diretamente sobre sua relação com o beneficiário da previdência (o entrevistado e o beneficiário podem não ser a mesma pessoa).

Bloco 2: Identificação do Beneficiário

Neste bloco identifica-se explicitamente o beneficiário da previdência, sobre quem versarão todas as questões subseqüentes: endereço, residência, sexo, idade, estado civil e grau de instrução. Também nos demais blocos, sempre que não se explicitem anotações em contrário, as questões versarão sobre a pessoa e as situações do beneficiário. Indaga-se também neste bloco sobre o *ramo de atividade* e a *relação de trabalho* imediatamente anterior à aposentadoria ou pensão.

Bloco 3: Seguro Previdenciário

Este bloco de 18 questões contém o núcleo central da pesquisa sobre previdência. As idéias subjacentes às questões propostas, susceptíveis de corroboração ou rejeição, podem ser assim descritas:

- (a) tipos e número de benefícios recebidos (questão 14);
- (b) condição de efetividade do seguro previdenciário rural:
 - (b.1) grau de dificuldade no acesso (questões 16, 17 e 18);
 - (b.2) demora, dificuldades e distância na percepção (questões 15, 20, 21, 24 a 26);
 - (b.3) grau de desfrute do benefício: regularidade, pontualidade e antigüidade (questões 15, 19, 20, 21, 22 e 23); e
- (c) condições de universalidade do seguro: idosos e inválidos rurais de ambos os sexos, independentemente da capacidade contributiva (questões 26, 27, 28, 29, 30 e 31).

Bloco 4: Domicílio

Neste bloco tenta-se captar as informações do domicílio sob vários aspectos: demográficos, habitacionais, migratórios, etc. Contudo, do contexto das hipóteses de pesquisa, há algumas poucas relações que nos são claramente prioritárias:

- (a) se houve mudança de domicílio induzida pela situação de aposentadoria ou pensão (questões: 34, 35, 36 e 37);

- (b) se a mudança de domicílio implica migração (questões: 36, 03, 04, 05 e 06);
- (c) se a migração se dá de que origem para que destino (questões 36, 04, 05 e 06); e
- (d) se a mudança de domicílio implica melhoria das características da habitação (questões 38a a 38s).

Bloco 5: Relações Familiares e Organização Social

As questões deste bloco buscam captar as relações de gratuidade, cooperação intra e inter familiar e o grau de organização associativa de que partilham ou participam as famílias pesquisadas. Este conjunto de questões qualifica as condições de reprodução da economia familiar, permitindo associar algumas variáveis que contribuem positiva ou negativamente para a geração do excedente de renda sobre o consumo básico. Neste sentido, a questão 40 permite aferir o peso dos dependentes (pessoas sem rendimentos monetários residentes no domicílio). As questões 41, 42, 43 e 44 aferem o grau de ajuda mútua prestada pelo beneficiário, e finalmente, as formas de associação, cooperação e/ou organização grupal de que participa (questões 45 e 46).

As questões sobre ajudas concedidas (questões 41, 42, 43 e 44) devem estar associadas no Plano Tabular às várias ajudas recebidas (fontes 4 e 5 da questão 52 sobre rendimentos) e aos produtos obtidos para o autoconsumo (questões 56 e 57). Esses cruzamentos evidenciarão estratégias cooperativas dos familiares, que conquanto não se originem de motivação econômica (mercantil), ajudam a explicar as condições de reprodução econômica da família.

Bloco 6: Relações do Beneficiário com a Atividade Econômica

As questões deste bloco indagam sobre a ligação atual do beneficiário ou da família da qual ele é membro com as atividades exercidas em estabelecimentos rurais controlados pela família (questões 47 e 48). Essa ligação é explicitamente inquirida na questão 50, sobre a utilização da renda da aposentadoria ou pensão nas atividades produtivas das família.

Por outro lado, as questões relativas ao autoconsumo (questões 57 e 58), deslocados para o bloco 9 (Rendimentos e Autoconsumo), complementam este tópico 6, porquanto dizem respeito direta ou indiretamente à relação do beneficiário com as atividades produtivas ou de autoconsumo no meio rural.

Finalmente no bloco ocupacional (bloco 7) e nas questões relativas aos rendimentos ficarão evidenciadas todas as relações de trabalho, produção e remuneração dos membros da família (e não apenas do beneficiário).

Observe-se que o confronto do bloco 3 com as questões do bloco 6 e complementos mencionados permite-nos testar com bastante informação as hipóteses independentes do seguro de renda e de transferência de renda exercidas pelos benefícios previdenciários sobre a economia familiar rural.

Blocos 7 e 8: Ocupação e Rendimentos

O conjunto das questões desses dois blocos apresenta importante informação sobre a situação ocupacional e as formas e fontes dos rendimentos da população pesquisada: familiares de aposentados e pensionistas rurais.

A base de dados é passível de ser utilizada para inúmeras finalidades de pesquisa, uma vez que as perguntas principais do bloco de rendimentos são mais detalhadas e abrangentes que as perguntas correlatas da PNAD. Contudo, para os propósitos específicos da nossa pesquisa, os blocos 7 e 8 permitem quantificar e qualificar as fontes de ocupação e renda que se agregam aos rendimentos oriundos da inatividade.

Observe-se que somente a partir desses blocos irão surgir as formas de inserção econômica dos demais membros da família: ocupação, relações de trabalho, ramo de atividade, remuneração, etc. Todas essas informações, confrontadas com as informações relativas a gastos familiares (bloco 9), irão nos permitir quantificar um conceito-chave da pesquisa, que é a existência de excedente (ou déficit) de todas as fontes de renda sobre o nível de consumo corrente básico daquela família.

A pesquisa persegue as hipóteses de que a reprodução simples ou a reprodução ampliada da economia familiar (medidas pelo não déficit ou excedente) são determinadas por variáveis independentes claramente identificáveis na estrutura do questionário:

- (a) acesso a benefícios rurais;
- (b) acesso a benefícios *universalizados* (grau de universalização);
- (c) diferenças regionais caracterizadas; e
- (d) grau de cooperação e organização familiar.

É possível isolar, no bloco 7, as fontes de renda dos inativos relativamente às demais fontes. É possível ainda identificar outras fontes de renda e o autoconsumo alimentar que, de certa forma, são reforçados ou fomentados pela presença desse seguro de renda dos inativos.

Assim, o Plano Tabular procederá todos os cruzamentos dos diversos blocos de questões precedentes com as questões enunciadas nos blocos 7 e 8, de forma a testar as hipóteses em consideração.

Ressalte-se, contudo, que a quantificação do excedente e a distinção e caracterização das unidades familiares enquanto Unidades de Consumo, Unidades de Trabalho Externo e Unidades de Produção somente se concretiza com a incorporação das informações levantadas no último bloco.

Bloco 9: Utilização dos Rendimentos e Autoconsumo

Os conceitos-chave principais desse bloco são: autoconsumo (questões 57 e 58); gastos ou perdas extraordinárias (questões 59, 60, 61 e 62); gastos normais correntes de consumo, produção e outros (questão 63); bens adquiridos (questão 63); bens vendidos (questão 64) e dívidas da família (questão 65).

Os blocos 8 e 9, relativos a *Rendimentos e Utilização de Rendimentos e Autoconsumo*, respectivamente, permitem a quantificação de toda a remuneração dos membros da unidade domiciliar no primeiro caso, e, em seguida, a utilização desses rendimentos em gastos correntes (de consumo, de produção e outros), em condições normais e em situações extraordinárias.

Observe-se que a partir desses dados podemos utilizar o conceito de excedente (ou déficit) da renda familiar com relação aos gastos de consumo corrente caracterizados como normais. Esse excedente, quando existe, é identificado como gastos em itens de *produção, ajuda a parentes e amigos, equipamentos domésticos e outros*, mas poderá também ser um gasto ou perda extraordinária em bens de consumo identificados nas questões anteriores. A variada série de situações de utilização do excedente não permite reconhecer, *a priori*, o estilo de reprodução social e econômico da unidade familiar, sem antes analisar suas relações sociais.

Por outro lado, a situação de déficit dos rendimentos relativamente às despesas de consumo normais (itens 1 a 8) evidencia uma situação de insuficiência das fontes de renda face às necessidades mínimas da família, caracterizando um exemplo daquilo que denominamos *não reprodução – simples* da unidade familiar em quaisquer das situações caracterizadas: Unidade de Consumo (inativa), Unidade de Trabalho Externo e Unidade de Produção e Autoconsumo.

Por último, as informações sintéticas sobre compra e venda de bens pela família nos últimos doze meses e a situação de endividamento familiar esclarecem sobre mudanças de situação patrimonial, compatível com os resultados dos resultados do orçamento de despesas e rendas correntes. Contradições muito fortes porventura constatadas na crítica aos questionários preenchidos deveriam suscitar esclarecimentos dos supervisores de campo ou eventual retorno ao domicílio.

III.2 – CONSTRUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DA ENTREVISTA

O procedimento da entrevista ao beneficiário pré-selecionado é precedido por um conjunto de atividades que permitam obter respostas fidedignas às questões formuladas. Outros tantos pré-requisitos à entrevista, de caráter operacional (quem, como, quando, onde identifica e abordar os entrevistados), são tratados no Manual de Instruções.

A formulação do questionário descrita no tópico anterior e sua minuciosa conceituação no Manual do Entrevistador são atividades preparatórias, imprescindíveis a um bom treinamento das equipes de campo. Mas a linguagem lógico-sintática dessas peças está construída com vistas a atender aos requerimentos do sistema de hipóteses submetidas a teste. Portanto, a sintaxe dos blocos de perguntas do questionário e suas relações com o conjunto das proposições verificáveis (assertivas ou hipóteses de pesquisa) apresentadas no projeto são ligações lógicas dentro de um contexto de linguagem abstrata. Esta linguagem não pode ser aplicada diretamente ao público sem domínio das suas regras e conteúdos gramaticais complexos.

Traduzindo para a prática do entrevistador a advertência do parágrafo anterior, o texto do questionário contém um conjunto de palavras e sentenças que ou não são inteligíveis a todos os entrevistados ou podem suscitar em alguns deles leituras e interpretações diversas entre si e distintas dos significados expressos no Manual de Instruções.

Essa diversidade de compreensões pode ser resgatada *a priori*, adotando-se vários testes regionais de um modelo preliminar de questionário e procedendo-se, em seguida, a uma discussão crítica dos resultados obtidos. Este procedimento efetivamente ocorreu na fase antecipatória ao treinamento dos entrevistadores e trouxe proveitosas conclusões no sentido de orientar supervisores e entrevistadores para *traduzir* o questionário para a linguagem do entrevistado.

III.3 – ELABORAÇÃO DO PLANO ESTATÍSTICO DE AMOSTRAGEM

O Plano Amostral da pesquisa contém algumas definições preliminares que convém desde logo explicitar. O universo de pesquisa compreende os cerca de 3,78 milhões de beneficiários da previdência rural das regiões Nordeste e Sul. Cada beneficiário é necessariamente residente em algum domicílio e a partir da família domiciliada no endereço de residência deste beneficiário amplia-se a população do universo pesquisado para algo em torno de 4,5 a 5,0 vezes o número de aposentados e pensionistas rurais.

As amostras macrorregionais Nordeste e Sul estão subdivididas cada uma em três mesorregiões independentes, sendo estas as unidades espaciais de pesquisa de menor tamanho para as quais é possível construir estimadores não viesados (erros de estimação mínimos) para as variáveis objeto do questionário.

O problema estatístico do tamanho da amostra macrorregional depende, portanto, de uma decisão de mesorregionalização e do número de domicílio pesquisados que garanta estatisticamente um erro de estimação *aceitável* para os parâmetros mesorregionais. Por sua vez, o erro de estimação depende do nível de confiança, da medida de dispersão das proporções que se deseja estimar e do tamanho da amostra.

Definido o erro de um intervalo de estimulação, tal que

$$(i) \epsilon = Z \cdot \sqrt{(p)(1-p)/n} \text{ segue-se que:}$$

$$(ii) n = Z^2 \cdot [(p)(1-p) / \epsilon^2] \quad \text{em que:}$$

Z: parâmetro representativo do nível de confiança desejado;

p: proporção do evento *sucesso* numa dada distribuição de freqüência;

(1 - p): proporção do evento *insucesso* numa dada distribuição de freqüência;

(p)(1 - p): medida de dispersão na população.

Utilizando-se a fórmula definida em (ii) e o nível de confiança de 95%, é possível definir para uma situação de máxima dispersão populacional (mínima concentração) das proporções de (p) e (1 - p), ou seja, os percentuais 0,5 e 0,5 respectivamente, quais os erros de estimação associados a diferentes tamanhos de amostra.

Nos exemplos de uma amostra aleatória ou de amostra por conglomerados, tem-se, pois, as dimensões dessas amostras que deveriam ser objeto de definição para efeito de construção do Plano Amostral do projeto.

Dessa forma, se quisermos trabalhar com erro de estimação das proporções, ou de quaisquer estimadores específicos, como média, mediana, percentís, etc., na faixa de 3% a

4% (modelo aleatório x modelo conglomerado), adotando um nível de confiança de 95%, teríamos que definir, *grosso modo*, o tamanho amostral mínimo de mil (1.000) questionários para cada corte mesorregional selecionado.

Em síntese, duas amostras regionais independentes (Nordeste e Sul), com três partições mesorregionais, implicaria, por este raciocínio estatístico, um tamanho da amostra total de 6 mil domicílios.

Definido o tamanho total das amostras Nordeste e Sul, cabe agora esclarecer sobre os critérios de regionalização e sub-regionalização que adotamos e, principalmente, sobre os seus usos para efeito de teste e análise das hipóteses de pesquisa desenhados inicialmente.

Regionalização Amostral

A escolha de duas macrorregiões independentes de pesquisa, e, dentro de cada uma destas, três mesorregiões, conformando ao todo seis mesorregiões, caracteriza cada um desses espaços como unidades de análise. A justificativa desse corte analítico foi feita nos capítulos introdutórios e atende aos objetivos do projeto. Isto posto, temos que definir para cada uma das seis unidades de análise da pesquisa as respectivas unidades primárias e unidades secundárias de amostragem.

Cada mesorregião é dividida em cinquenta *estratos*. Cada estrato é definido na mesorregião tomando-se o número total de beneficiários e dividindo-o por 50, obtendo-se, desta forma, um número de beneficiários uniforme. Cada um dos cinquenta estratos é composto por Unidades Primárias de Amostragem, ou seja, pelos municípios que compõem isolada ou agregadamente aquele número de beneficiários uniforme denominado estrato. Observe-se que municípios muito grandes podem constituir sozinhos um estrato ou até mais de um.

Os estratos amostrais (agrupação de unidades primárias de amostragem geograficamente contíguas) serão pré-selecionadas de tal sorte que a probabilidade de seleção seja dada por:

$$P(h_i) = \frac{N_{hi}}{\sum N_{hi}} \quad \text{em que:}$$

N_{hi} : é o total de beneficiários da Unidade Primária de Amostragem "i" no estrato "h"; e

$\sum N_{hi}$: é o total de beneficiários do estrato "h".

A Unidade Secundária de Amostragem é o beneficiário (aposentado, pensionista, titular de rendas mensais vitalícias ou amparos previdenciários rurais) constante da relação de pagamentos do INSS do mês mais recente (março de 1998). A seleção aleatória deste indivíduo no município pré-selecionado aleatoriamente como sede de um dado estrato apresenta probabilidade constante, e, em geral, baixa e proporcional ao número de beneficiários municipais.

A fração final de amostragem (f_g) corresponde ao quociente entre o tamanho da amostra (n_g) e o universo estimado para a área de estimação "g":

$$f_g = \frac{n_g}{N_g}$$

Já foi definido que o tamanho da amostra "ng" será igual a 1 mil beneficiários em cada uma das seis áreas de estimação. Esse tamanho, entretanto, deverá ser corrigido por uma estimativa de 20% de perda de entrevistas decorrentes da recusa, não localização do beneficiário selecionado na listagem ou por impossibilidade de acesso ao domicílio desse beneficiário. Portanto, o tamanho da amostra revisado (ng) deverá ser:

$$ng'' = \frac{ng}{1 - \% \text{ perda}}$$

Dessa forma, se as perdas de entrevistas, pelas razões antes definidas, são estimadas em 20%, o tamanho da amostra será de 1.250.

O valor "Ng" ainda é desconhecido para cada área de estimação "g".

A título de exemplo, assumindo que para uma dessas áreas o valor estimado "Ng" em março de 1998 seja igual a 625 mil beneficiários, a fração de amostragem "fg" correspondente será igual 1/500.

Seguindo o mesmo exemplo, nas Unidades Primárias de Amostragem (municípios ou conjuntos deles) selecionadas nos estratos auto-apresentados dessa particular área de estimação, em que $P(h_i) = 1$, a probabilidade de seleção de uma 2ª etapa $[P(h_{ii})]$ será igual a 1/500, indicando que nos listados correspondentes a cada uma dessa grandes Unidades Primárias de Amostragem deverá ser selecionado 1 de cada 500 beneficiários.

III.4 – PLANO DE TABULAÇÃO DOS RESULTADOS

O Plano de Tabulação dos resultados das entrevistas de campo foi construído com o objetivo de estabelecer os nexos entre a imensa base de dados obtida pela pesquisa empírica e as hipóteses (principais e acessórias) já enunciadas no início deste trabalho.

Cabe registrar que o Plano Tabular é específico à pesquisa ora em execução, servindo tão-somente de guia ou roteiro de avaliação das hipóteses teóricas, em um sentido ainda preliminar, pois não esgota o arco de possibilidades oferecido pela base de dados constituída pelo conjunto de entrevistas levadas a campo. Sendo a base de dados um conjunto amplo e abrangente de informações relativas a vários aspectos que envolvem o sistema de cobertura da Previdência Social Rural e as condições de vida da população beneficiária, é possível inúmeras outras combinações e tabulações especiais, com vistas a satisfazer objetivos específicos, de acordo com as motivações e referenciais teórico-metodológicos previamente definidos.

Outra observação importante é que a tarefa de corroboração/refutação de hipóteses de pesquisa, da qual o Plano Tabular é o principal instrumento analítico, deve ser realizada, em grande parte, tendo em mente que serve fundamentalmente como indicação do comportamento dos fenômenos em estudo, e nunca como manifestação de uma comprovação/refutação absoluta de determinada hipótese. Este aspecto não é de forma alguma desprezível, pois certamente existe uma série de variáveis não captadas pela pesquisa de campo, e, portanto, que não fazem parte dos testes de hipóteses e das regras de decisão para corroboração/refutação, mas contribuem para explicar os fenômenos em sua plenitude.

Desta maneira, o Plano de Tabulação está montado com o intuito de satisfazer, dentro do possível, as mediações necessárias entre o grau mais elevado de abstração das hipóteses teóricas e os resultados empíricos obtidos da aplicação em campo do questionário especialmente elaborado para este fim. Para tanto, a formulação do Plano Tabular procurou constituir-se em uma estratégia de aproximações sucessivas entre as hipóteses teóricas e a base de dados, de forma que, embora permita alguma flexibilidade na seqüência das etapas descritas a seguir, variando conforme cada caso, tentou fazer com que as *regras de decisão* passassem por etapas bem definidas, a saber:

- (a) enunciar as hipóteses principais e acessórias da pesquisa teórica;
- (b) relacioná-las com o conjunto de questões presentes no formulário da pesquisa de campo;
- (c) derivar as hipóteses específicas ou implícitas da pesquisa;
- (d) converter as relações principais em *testes de hipóteses* objetivos; e
- (e) definir as *regras de decisão* para corroboração/refutação das hipóteses.

As etapas enunciadas permitem estabelecer as ligações entre as hipóteses principais e acessórias de pesquisa com o conjunto de dados coletados, do qual o questionário de campo foi o instrumento utilizado. Na construção do Plano Tabular, então, procurou-se construir testes de hipóteses específicos, tantos quantos fossem necessários para cobrir o conjunto de proposições teóricas sob investigação, traduzindo-os em regras de decisão claras o bastante para orientar o trabalho de corroboração/refutação. Sempre que possível, tentou-se seguir hierárquica e seqüencialmente essas etapas antes descritas para a obtenção das regras de decisão específicas.

Descrição das Hipóteses e Construção das Regras de Decisão para Comprovação/Refutação

O Plano Tabular foi montado para representar a aplicação dos testes a cada nível amostral antes definido, estando portanto referido a cada uma das seis mesorregiões de pesquisa, como também às macrorregiões Sul e Nordeste, totalizando oito possíveis experimentos a serem realizados.

Não é demais lembrar que a melhor forma de acompanhar a descrição das hipóteses e a construção das regras de decisão é por meio da recorrência permanente ao formulário de campo, cujo modelo está disponível em anexo a este documento. De antemão, é preciso esclarecer que o Plano Tabular não elimina a possibilidade de realização de outras conexões que não as aqui existentes.

Hipótese 1: As Regras Constitucionais e Práticas Institucionais Correspondentes contemplam o seguro social universal para idosos e inválidos (de ambos os sexos).

Questões: q.14 a q.31

Verificar: (a) Tipo e Número de benefícios recebidos (q.14);

(b) Condição de Efetividade do Benefício, medida por:

(b.1) dificuldade na obtenção do benefício (q.16, q.17, q.18);

(b.2) regularidade e pontualidade no recebimento (q.19, q.20, q.21); e

(b.3) recebimento e distância (q.22, q.23, q.24, q.25).

Hipóteses Específicas:

1.1 – *As Regras Constitucionais e Práticas Institucionais Correspondentes contemplam o seguro social universal para inválidos (de ambos os sexos).*

H_0 : Regras *contemplam* o seguro social universal para inválidos.

H_1 : Regras *não contemplam* o seguro social universal para inválidos.

Se $q.28 = 1 \Rightarrow$ rejeita-se H_0 .

H_1 significa que existem pessoas inválidas no domicílio que não recebem o benefício por invalidez.

Então, a q.29 checka quantos homens e quantas mulheres estão nesta situação.

Mas, se $q.28 = 2 \Rightarrow$ aceita-se H_0 .

H_0 significa que não existem, no domicílio, pessoas inválidas sem receber o benefício por invalidez.

1.2 – *As Regras Constitucionais e Práticas Institucionais Correspondentes contemplam o seguro social universal para idosos (homens maiores de 60 anos e mulheres acima de 55 anos).*

H_0 : Regras *contemplam* o seguro social universal para idosos.

H_1 : Regras *não contemplam* o seguro social universal para idosos.

Se $q.30 = 1 \Rightarrow$ rejeita-se H_0 .

H_1 significa que existem pessoas idosas no domicílio que não recebem aposentadoria por idade.

Então, a q.31 checka quantos homens e quantas mulheres estão nesta situação.

Mas, se $q.30 = 2 \Rightarrow$ aceita-se H_0 .

H_0 significa que não existem, no domicílio, pessoas idosas sem receber aposentadoria por idade.

Hipótese 2: Os Benefícios Previdenciários Rurais de Caráter Permanente asseguram/contribuem para a reprodução econômica da unidade familiar.

Questões: q.52, q.53, q.63

Hipóteses Específicas:

2.1 – Os Benefícios Previdenciários Rurais de Caráter Permanente asseguram/contribuem para a superação da condição de indigência da unidade familiar.⁶

H_0 : R_1 assegura/contribui para a superação da condição de indigência.

H_1 : R_1 não assegura / contribui para a superação da condição de indigência.

Se $\sum_{i=1}^6 R_i < G_1 \Rightarrow$ rejeita-se H_0 .⁷

H_1 significa que a família está abaixo da linha de indigência, pois o conjunto de rendimentos da família não está sendo suficiente nem para a cobertura dos gastos com alimentação.

Mas, se $\sum_{i=1}^6 R_i \geq G_1 \Rightarrow$ aceita-se H_0 .

H_0 significa que a família está acima da linha de indigência, pois o somatório dos rendimentos da família, incluindo a renda proveniente da previdência (R_1) no cômputo total da renda domiciliar, garante que os gastos com alimentação (G_1) serão cobertos pela renda domiciliar agregada.

Além disso, aceitar H_0 implica afirmar que a renda da previdência *assegura/contribui* para a superação da condição de indigência da unidade familiar, quando tomada exclusivamente pelo critério da renda, confrontada aos gastos da família com alimentação. Este teste, no entanto, não permite dizer se a renda da previdência de fato *assegura* ou simplesmente *contribui* para a superação da condição de indigência da unidade familiar. Esta resposta somente pode ser obtida por meio da aplicação de um segundo teste em seqüência. Ou seja, *dado H_0 para o teste da hipótese 2.1, tem-se agora que:*

H_0 : R_1 assegura a superação da condição de indigência.

H_1 : R_1 contribui para a superação da condição de indigência.

Se $R_1 \geq G_1 \Rightarrow$ aceita-se H_0 , em que R_1 *assegura* a superação da condição de indigência da unidade familiar.

Mas, se $R_1 < G_1 \Rightarrow$ aceita-se H_1 , em que R_1 apenas *contribui* para a superação da condição de indigência da família.

⁶ A condição de indigência é observada quando a renda domiciliar é insuficiente para a cobertura dos gastos familiares com alimentação.

⁷ Notações:

a) a questão 58 do questionário de campo (quadro de rendimentos) discrimina cinco fontes possíveis de rendimentos, identificadas por R_i , sendo: R_1 = aposentadoria ou pensão; R_2 = ocupação acessória; R_3 = aluguéis, juros, arrendamentos; R_4 = ajudas financeiras de amigos e parentes; R_5 = outras fontes. Além destas, estamos chamando de R_6 os rendimentos provenientes da ocupação principal, cuja informação é registrada na questão 52 (quadro ocupacional).

b) A questão 63 (quadro de gastos) discrimina 13 fontes possíveis de dispêndios da família, identificadas por G_i , a saber: G_1 = alimentos e material de higiene e limpeza; G_2 = transporte; G_3 = saúde; G_4 = educação; G_5 = vestuário e calçado; G_6 = habitação; G_7 = serviços pessoais; G_8 = recreação; G_9 = custeio de atividades produtivas da família; G_{10} = arrendamento da terra; G_{11} = ajuda a parentes ou amigos; G_{12} = utensílios domésticos; e G_{13} = outras despesas.

H_1 significa que o somatório dos rendimentos da família é suficiente para cobrir os gastos com alimentação, restando ainda uma diferença positiva que talvez coloque a família acima também da condição mínima de subsistência. Isso, no entanto, não deriva dos testes até aqui realizados, com o que os replicaremos para a hipótese 2.2, acerca das condições de reprodução *simples* da unidade familiar.

2.2 – Os Benefícios Previdenciários Rurais de Caráter Permanente asseguram/contribuem para a reprodução simples da unidade familiar.⁸

H_0 : R_1 assegura / contribui para a reprodução *simples*.

H_1 : R_1 não assegura / contribui para a reprodução *simples*.

$$\text{Se } \sum_{i=1}^6 Ri < \sum_{i=1}^8 Gi \Rightarrow \text{rejeita-se } H_0.$$

H_1 significa que a família está entre a linha de indigência e a condição mínima de subsistência.

$$\text{Mas, se } \sum_{i=1}^6 Ri \geq \sum_{i=1}^8 Gi \Rightarrow \text{aceita-se } H_0.$$

H_0 significa que a família está acima da condição de subsistência, pois a renda agregada da família, incluindo a renda proveniente da previdência (R_1) no cômputo total da renda domiciliar, é capaz de cobrir inteiramente os gastos familiares de consumo ($\sum_{i=1}^8 Gi$). Acei-

tar H_0 implica afirmar que a renda da previdência *assegura/contribui* para a reprodução *simples* da unidade familiar, quando tomada pelo corte da condição mínima de subsistência, ou seja, considerando não só os gastos da família com alimentação, mas também com transporte, saúde, educação, vestuário e calçado, habitação (água, energia, aluguel), serviços pessoais e recreação (lazer). Este teste, no entanto, não permite dizer se a renda da previdência de fato *assegura* ou se apenas *contribui* para a reprodução *simples* da unidade familiar. Esta resposta somente pode ser obtida por meio da aplicação de um segundo teste em seqüência. Desta forma, *dado H_0 do teste 2.2 acima, tem-se agora que:*

H_0 : R_1 assegura a reprodução *simples*.

H_1 : R_1 contribui para reprodução *simples*.

$$\text{Se } R_1 \geq \sum_{i=1}^8 Gi \Rightarrow \text{aceita-se } H_0, \text{ em que } R_1 \text{ assegura a reprodução } \textit{simples} \text{ da família.}$$

⁸ A condição de reprodução simples é observada quando a renda domiciliar é suficiente para a cobertura dos gastos totais de consumo da família, situação que a coloca acima da condição de subsistência.

Mas, se $R_1 < \sum_{i=1}^8 Gi \Rightarrow$ aceita-se H_1 , em que R_1 apenas *contribui* para a reprodução

simples da unidade familiar.

H_1 significa que a soma de todas as fontes de renda da família é suficiente para cobrir os gastos totais de consumo, restando ainda uma diferença positiva que talvez coloque a família em condições de praticar gastos de produção, como custeio de atividades produtivas e arrendamento de terra. Esta hipótese, no entanto, não está garantida pelos testes até aqui realizados, com o que é necessário replicar os testes para a hipótese 2.3 a seguir, que aborda as condições de reprodução *ampliada* da unidade familiar.

2.3 – Os Benefícios Previdenciários Rurais de Caráter Permanente asseguram/contribuem para a reprodução ampliada da unidade familiar.⁹

H_0 : R_1 *assegura/contribui* para reprodução *ampliada* da unidade familiar.

H_1 : R_1 *não assegura/contribui* para reprodução *ampliada* da unidade familiar.

Se $\sum_{i=1}^6 Ri < \sum_{i=1}^{10} Gi \Rightarrow$ rejeita-se H_0 .

H_1 significa que a família está acima da condição de subsistência, mas sem condições de realizar gastos de produção.

Mas, se $\sum_{i=1}^6 Ri \geq \sum_{i=1}^{10} Gi \Rightarrow$ aceita-se H_0 .

H_0 significa que a família está acima da condição mínima de subsistência, em condições potenciais para a reprodução *ampliada*, pois com o somatório das rendas, incluindo a renda proveniente da previdência (R_1) no cômputo total da renda domiciliar, é possível constatar

que se cobrem todos os gastos de consumo e de produção ($\sum_{i=1}^{10} Gi$) da família. Portanto,

aceitar H_0 significa aceitar a hipótese de que a renda da previdência *assegura/contribui* para a reprodução *ampliada* da unidade familiar, quando tomada, tão-somente, pelo confronto entre o somatório das fontes de rendimentos e o somatório das fontes de gastos, os quais incluem todos os gastos de consumo (alimentação, transporte, saúde, educação, vestuário e calçado, habitação, serviços pessoais e recreação) mais os gastos de produção, aqui conside-

⁹ A condição de reprodução ampliada é observada quando a renda domiciliar total é suficiente não só para a cobertura dos gastos familiares totais de consumo, mas ainda para a realização de gastos de produção, como arrendamento de terra ou custeio de atividades produtivas.

rados, basicamente, como gastos de custeio das atividades produtivas da família e/ou gastos com arrendamento de terra.¹⁰

O teste realizado para averiguar as condições econômicas de reprodução *ampliada* da unidade familiar apenas informa se o papel do benefício proveniente da previdência rural é nulo ou não para a família que dele desfruta. Isto é, aceitando-se a hipótese nula acima, apenas se diz que o rendimento do benefício previdenciário tem uma função positiva nas condições de reprodução *ampliada* da família, seja assegurando inteiramente aquelas condições, seja contribuindo minimamente para ela. Esta segunda alternativa deve ser a mais plausível de se verificar concretamente, tratando-se de unidades familiares em condições de reprodução *ampliada*. A resposta precisa para isso somente pode ser obtida por meio da aplicação de um segundo teste em seqüência. Ou seja, *aceitando-se H_0 do teste 2.3, tem-se agora que:*

H_0 : R_1 *assegura* a reprodução *ampliada* da unidade familiar.

H_1 : R_1 *contribui* para reprodução *ampliada* da unidade familiar.

Se $R_1 \geq \sum_{i=1}^{10} Gi \Rightarrow$ aceita-se H_0 , em que R_1 *assegura* a reprodução ampliada da unidade familiar.

Mas, se $R_1 < \sum_{i=1}^{10} Gi \Rightarrow$ aceita-se H_1 , em que R_1 *apenas contribui* para a reprodução ampliada da família, sendo necessária a contribuição das outras fontes de renda para a cobertura integral dos gastos conjuntos de consumo e produção.

H_1 , neste caso, significa que a soma de todas as fontes de renda da família mostra-se suficiente para satisfazer todos os seus gastos normais nos quesitos consumo e produção, restando ainda uma diferença positiva que potencialmente a coloca em condições de praticar outras despesas, como, por exemplo, ajuda a amigos e parentes, compra de utensílios domésticos e mesmo aquisição de certos bens patrimoniais, como máquinas, equipamentos e animais, hipóteses estas que serão testadas adiante.

A partir deste ponto, abre-se a possibilidade de testarmos um novo conjunto de hipóteses teóricas, procurando seguir os mesmos procedimentos para a construção das "regras de decisão" antes montadas. Dentre elas, deve ser destacada em seguida a hipótese que estuda as possibilidades de tipificação ou classificação das unidades familiares em unidades de consumo e autoconsumo simplesmente; consumo, autoconsumo e trabalho externo; e consumo, autoconsumo e produção familiar própria (Hipótese 3). Além desta, na seqüência, estudam-se as hipóteses de se os rendimentos provenientes do benefício previdenciário induzem a

¹⁰ Outro tipo de gastos possível de se verificar, além dos gastos de consumo e de produção já relatados, também colocando a família em condições potenciais de reprodução ampliada, são os gastos feitos com ajudas financeiras recorrendo a amigos e parentes, utensílios domésticos e outros, presentes no quadro de gastos como outras despesas. As hipóteses relativas a eles estão à frente, referidas às relações intra e interfamiliares de cooperação e auto-ajuda.

dispêndios em incremento do patrimônio domiciliar (Hipótese 4), em mudança de domicílio, incluindo migrações (Hipótese 5), e em melhorias nas características aparentes dos domicílios (Hipótese 6).

Hipótese 3: As Condições Ocupacionais definem os intervalos dentro dos quais se situam as unidades familiares.

Questões: q.47, q.48, q.52 (quadro ocupacional); q.53 (quadro de rendimentos); q.54 até q.57; q.63 (quadro de gastos); q.64, q.65.

Hipóteses Específicas:

3.1 – As Condições Ocupacionais definem o intervalo dentro do qual se situam as unidades familiares de Consumo e Autoconsumo.¹¹

Verificar: Se as unidades familiares satisfazem todas as condições abaixo, quais sejam:

Se a) q.47 = 2;

b) q.52 = quadro ocupacional marcado pela ausência de pessoas com trabalho externo e, portanto, com ausência de rendimentos provenientes da ocupação principal;

c) q.63 (item 9) = 0.

Então, será possível classificar as unidades familiares em questão como sendo de Consumo e Autoconsumo.¹²

3.2 – As Condições Ocupacionais definem o intervalo dentro do qual se situam as unidades familiares de Consumo, Autoconsumo e Trabalho Externo.¹³

Verificar: Se as unidades familiares satisfazem todas as condições abaixo, quais sejam:

Se a) q.47 = 2;

b) q.52 = quadro ocupacional marcado pela presença de pessoas com trabalho externo ao domicílio e, portanto, com a existência de rendimentos provenientes da ocupação principal;

c) q.63 (item 9) = 0.

¹¹ As unidades familiares de Consumo e Autoconsumo se caracterizam pela presença de pessoas inativas no domicílio, as quais não executam nenhum tipo de trabalho externo regular, tampouco desenvolvem qualquer atividade produtiva própria, voltada à comercialização em mercado.

¹² Embora seja de se esperar que unidades familiares de Consumo e Autoconsumo vivam sob condições de reprodução simples, ainda será possível encontrar situações nas quais famílias estejam em condições potenciais para reprodução ampliada, que não materializam gastos de produção e/ou outras despesas, como ajudas a parentes e amigos, etc. Nestes casos, simplesmente verificar-se-á alguma capacidade de poupança familiar, dada por uma diferença positiva das rendas em relação aos gastos declarados.

¹³ As unidades familiares de Consumo, Autoconsumo e Trabalho Externo se caracterizam pela presença de pessoas que executam atividades de trabalho externo ao domicílio, ainda que isso não elimine a possibilidade de realização de atividades ligadas ao autoconsumo.

Então, será possível classificar as unidades familiares em questão como sendo de Consumo, Autoconsumo e Trabalho Externo.¹⁴

3.3 – *As Condições Ocupacionais definem o intervalo dentro do qual se situam as unidades familiares de Consumo, Autoconsumo e Produção Familiar Própria.*¹⁵

Verificar: Se as unidades familiares satisfazem todas as condições abaixo, quais sejam:

- Se a) $q.47 = 1$;
- b) $q.63$ (item 9) > 0 .

Então, será possível classificar as unidades familiares em questão como sendo de Consumo, Autoconsumo e Produção Familiar Própria.¹⁶

3.4 – *As Condições Ocupacionais definem o intervalo dentro do qual se situam as unidades familiares de Consumo, Autoconsumo, Trabalho Externo e Produção Familiar Própria.*¹⁷

Verificar: Se as unidades familiares satisfazem todas as condições abaixo, quais sejam:

- Se a) $q.47 = 1$;
- b) $q.63$ (item 9) > 0 ;
- c) $q.52 =$ quadro ocupacional marcado pela presença de pessoas com trabalho externo ao domicílio e, portanto, com a existência de rendimentos provenientes da ocupação principal.

Então, será possível classificar as unidades familiares em questão como sendo de Consumo, Autoconsumo, Trabalho Externo e Produção Familiar Própria.¹⁸

Hipótese 4: Os Benefícios Previdenciários Rurais de Caráter Permanente contribuem para a incorporação patrimonial de bens.

Questões: q.15, q.64, q.65.

Verificar: a) Se o tempo de recebimento do Benefício for maior do que 12 meses, período estipulado nas questões 64 e 65, procede-se ao teste abaixo:

H_0 : R_1 contribui para a incorporação patrimonial;

¹⁴ Embora seja de se esperar que as unidades familiares de Consumo, Autoconsumo e Trabalho Externo vivam sob condições de reprodução ampliada, isso não está garantido de forma alguma em princípio. Ou seja, é perfeitamente possível constatar a existência de famílias em situação de reprodução simples que, não obstante, exercem atividades externas ao domicílio. O mesmo argumento é válido para as unidades familiares de Consumo, Autoconsumo e Produção Familiar Própria, uma vez que a condição de trabalho externo e/ou produção familiar própria não garante, *a priori*, a superação da condição de reprodução simples.

¹⁵ As unidades familiares de Consumo, Autoconsumo e Produção Familiar Própria se caracterizam pela presença de pessoas que executam atividades ligadas à produção familiar própria, que se destina também à comercialização em mercado, além do autoconsumo, mediante a existência de estabelecimento específico para este fim.

¹⁶ Ver nota de rodapé anterior.

¹⁷ As unidades familiares de Consumo, Autoconsumo, Trabalho Externo e Produção Familiar Própria se caracterizam pela conjunção de fatores que definiram ambas as tipologias anteriores.

¹⁸ Ver nota de rodapé nº 10.

H_1 : R_1 não contribui para a incorporação patrimonial;

Se $q.15 > 12$ meses

E se saldo monetário $(q.64 - q.65) > 0 \Rightarrow$ aceita-se H_0 .

H_0 significa que a unidade familiar pôde promover alguma incorporação de bens ao seu patrimônio, para o qual deve ter contribuído o Benefício Previdenciário recebido mensalmente.

Mas, se o saldo monetário $(q.64 - q.65) \leq 0 \Rightarrow$ aceita-se H_1 .

H_1 significa que a unidade familiar não pôde promover incorporação patrimonial alguma, havendo a possibilidade, inclusive, de ter-se desfeito de bens nestas condições.

Hipótese 5: Os Benefícios Previdenciários Rurais de Caráter Permanente contribuem para mudança de domicílio.

Questões: q.03 até q.06, q.15, q.33 até q.36.

Hipóteses Específicas:

5.1 – A mudança de domicílio ocorre após o início do recebimento do Benefício.

H_0 : Mudança de domicílio ocorre após o recebimento do Benefício Previdenciário.

H_1 : Mudança de domicílio ocorre antes do recebimento do Benefício Previdenciário.

Se $q.34 = 1$

e $T_{(q.15)} > T_{(q.33)}$

e $q.03 \neq q.36 \Rightarrow$ aceita-se H_0 .

H_0 significa que, após o início do recebimento do Benefício Previdenciário, houve mudança de domicílio por parte da família, com o que é possível aceitar a hipótese de que o Benefício Previdenciário tenha contribuído para a mudança de domicílio.

Mas, se $q.34 = 2$

Ou $T_{(q.15)} < T_{(q.33)}$

Ou $q.03 = q.36 \Rightarrow$ aceita-se H_1 .

H_1 significa que a unidade familiar, caso tenha de fato mudado de domicílio, o fez antes do início do recebimento do Benefício Previdenciário, com o que se deve rejeitar a hipótese de que o benefício tenha contribuído para a mudança de domicílio.

5.2 – O tipo de mudança realizada ocorreu entre:

5.2.1 – zona urbana $\Rightarrow$ zona urbana	:	se	$q.36 = 1$	e	$q.4 = 1$
5.2.2 – zona urbana $\Rightarrow$ zona rural	:	se	$q.36 = 1$	e	$q.4 = 2$
5.2.3 – zona rural $\Rightarrow$ zona rural	:	se	$q.36 = 2$	e	$q.4 = 2$
5.2.4 – zona rural $\Rightarrow$ zona urbana	:	se	$q.36 = 2$	e	$q.4 = 1$

Para se testar hipóteses específicas acerca de migração, é preciso indexar os municípios de origem/destino das unidades familiares aos respectivos códigos de municípios do Brasil, fornecidos pelo IBGE. Com isso, será possível saber, por exemplo, se a migração urbana $\Rightarrow$ urbana se processou dentro do mesmo município, entre municípios diferentes de um mesmo estado, ou ainda entre municípios de estados diferentes. Além disso, como também é factível obter o tamanho populacional de cada município pelo IBGE, será possível saber se a migração deu-se dentro do espaço rural, do espaço rural para o microurbano, deste para outro especificamente urbano de maior densidade populacional, e assim por diante.

Hipótese 6: Os Benefícios Previdenciários Rurais de Caráter Permanente contribuem para melhorias nas condições de moradia.

Questões: q.15, q.34, q.38 (itens a – s).

Verificar: Se a) o tempo de recebimento do Benefício for maior do que 12 meses; e

b) houve mudança de domicílio após o início do recebimento do Benefício Previdenciário, então pode-se aplicar o teste abaixo:

H_0 : R_1 *contribui* para melhorias nas condições de moradia;

H_1 : R_1 *não contribui* para melhorias nas condições de moradia;

Se $q.15 > 12$ meses

E se $IQV_{(t)} > IQV_{(t-2)} \Rightarrow$ aceita-se H_0 .¹⁹

H_0 significa que, no cômputo geral dos itens investigados pela questão 38, a unidade familiar pôde realizar melhorias nas características aparentes do domicílio, com o que o seu Índice de Qualidade de Vida relativo no momento da pesquisa – $[IQV_{(t)}]$ – apresentou-se melhor que o índice relativo às características apontadas para o domicílio anterior ao atual – $[IQV_{(t-2)}]$.

Mas, se $IQV_{(t)} \leq IQV_{(t-2)} \Rightarrow$ aceita-se H_1 .

H_1 significa que a unidade familiar não pôde promover melhorias nas características aparentes do domicílio atual, havendo a possibilidade, inclusive, de que as mesmas apresentem piora em relação ao domicílio anterior.

O IQV testado anteriormete representa, na verdade, um índice composto de quatro dimensões qualitativamente distintas, as quais podem ser investigadas separadamente, como se segue:

¹⁹ Notações:

a) $IQV_{(t)}$ = índice de qualidade de vida relativo no instante (t), dado pelo momento da entrevista no domicílio atual;

b) $IQV_{(t-2)}$ = índice de qualidade de vida relativo no instante (t-2), dado pelas condições de moradia do domicílio anterior ao atual.

IQV 1: avalia o nível de bem-estar da unidade familiar, medido pelas *características físicas* da moradia,²⁰ por meio dos itens c/d, e/f da questão 38, de tal forma que:

$IQV_{1(t)} = \frac{1}{c} + e$, em que: “c” e “e” são valores dados pela própria numeração das questões 38c e 38e;

$IQV_{1(t-2)} = \frac{1}{d} + f$, em que: “d” e “f” são valores dados pela própria numeração das questões 38d e 38f.

IQV 2: avalia o nível de bem-estar da unidade familiar, medido pelas *características de propriedade* da moradia, por meio dos itens a/b, g/h da questão 38, de tal forma que:

$IQV_{2(t)} = \frac{1}{a+g}$, em que: “a” e “g” são valores dados pela própria numeração das questões 38a e 38g;

$IQV_{2(t-2)} = \frac{1}{b+h}$, em que: “b” e “h” são valores dados pela própria numeração das questões 38b e 38h.

IQV 3: avalia o nível de bem-estar da unidade familiar, medido pelas *características de acesso à infra-estrutura* da moradia,²¹ por meio dos itens i/j, l/m, n/o, p/q da questão 38, de tal forma que:

$IQV_{3(t)} = \frac{1}{i+l+n+p}$, em que: “i”, “l”, “n” e “p” são valores dados pela própria numeração das questões;

$IQV_{3(t-2)} = \frac{1}{j+m+o+q}$, em que: “j”, “m”, “o” e “q” são valores dados pela própria numeração das questões.

IQV 4: avalia o nível de bem-estar da unidade familiar, medido pelas *características de acesso aos bens duráveis de consumo* da moradia,²² por intermédio dos itens r/s da questão 38, de tal forma que:

$IQV_{4(t)} = \sum r$, em que: “r” assume valores dados pela própria numeração da questão 38r;

$IQV_{4(t-2)} = \sum s$, em que: “s” assume valores dados pela própria numeração da questão 38s.

O *IQV geral* será, portanto, a soma dos quatro índices desagregados, de tal sorte que, quanto maior for o valor do índice atual [$IQV_{(t)}$] relativamente ao índice referente à mora-

²⁰ As características físicas da moradia foram captadas pelo tipo de parede (itens c/d) e número de cômodos (itens e/f) que possui. Os valores de c/d estão referidos à posição da resposta na questão (por ex.: alvenaria = 1; madeira = 2, etc.), enquanto os valores de e/f são os próprios números revelados pelas respostas.

²¹ As características de acesso à infra-estrutura foram conseguidas por meio da forma principal de abastecimento de água (itens i/j), do tipo principal de instalação sanitária (itens l/m), do tipo principal de abastecimento de luz (itens n/o) e da existência ou não de telefone (itens p/q) que a moradia possui.

²² As características de acesso aos bens duráveis de consumo foram obtidas por intermédio da relação de utensílios domésticos citados pelos entrevistados (itens r/s).

dia anterior $[IQV_{(t-2)}]$, melhor deverá ser a situação *geral* de moradia da unidade familiar, de tal forma que:

$$IQV = \sum_{i=1}^4 IQVi.$$

Se $IQV_{(t)} > IQV_{(t-2)} \Rightarrow$ aceita-se H_0 .

A hipótese anteriormente testada sugere que se o índice IQV atual for maior que o índice IQV da moradia anterior, então a unidade familiar em questão deverá estar em uma situação qualitativamente melhor agora que antes. Neste caso, poderemos dizer que o Benefício Previdenciário *deve ter contribuído* para esta melhora, desde que respeitadas as restrições impostas no início, de que a mudança de domicílio se deu *depois* do início do recebimento do benefício e de que o mesmo é recebido mensalmente há pelo menos 12 meses.

É preciso observar que um IQV *geral* maior em (t) do que em (t-2) não implica uma situação tal que todas as quatro dimensões pesquisadas tenham representado melhoria comparativa, pois pode ser que o resultado *geral* esteja encobrindo comportamentos antagônicos entre as distintas dimensões de análise. Esta possibilidade torna indispensável investigar e confrontar os resultados separadamente, para cada uma das quatro dimensões existentes, como estratégia para melhor qualificar o resultado *geral* alcançado.²³

Depois de testadas as hipóteses relativas às condições de *reprodução* (simples ou ampliada) das unidades familiares, foram testadas algumas possíveis formas pelas quais esta situação poderia estar sendo exercida. As mais notórias, no âmbito de interesse desta pesquisa, dizem respeito: à possibilidade de incorporação patrimonial de bens (Hipótese 4); à possibilidade de mudança de domicílio, incluindo a investigação sobre migrações (Hipótese 5); e à possibilidade de melhoria nas condições de moradia, observada por meio da construção de um índice de Qualidade de Vida relativo (Hipótese 6). Este conjunto de hipóteses testáveis está relacionado, por assim dizer, à esfera mercantil de manifestação de uma dada situação de reprodução da economia familiar, o que certamente não esgota o leque de possibilidades concretas no chamado campo não mercantil da sociabilidade humana.

É óbvio que a gama de possibilidades pelas quais a reprodução econômica pode se manifestar extrapola o restrito conjunto de opções estudadas até aqui pelas hipóteses 4, 5 e 6, rumo a formas não mercantis de cooperação e auto-ajuda, que se desenvolvem no seio das relações intra e interfamiliares, ajudando a explicar, de maneira mais ampla e menos economicista, como se processa a reprodução socioeconômica das unidades familiares sob investigação. Portanto, passamos agora à tentativa de estabelecer os nexos entre as hipóteses teóricas relativas a este aspecto e as questões extraídas do formulário de campo.

²³ Além disso, é preciso ter claro também que, por abordar aspectos qualitativamente diferentes, cada uma das quatro dimensões de análise do bem-estar deve ser comparada em relação à sua correspondente situação anterior, para uma mesma família, ou então em termos do mesmo período, quando se tratar de outras famílias. Jamais será possível confrontar dimensões do bem-estar diferentes, mesmo para a mesma família, a não ser em termos subjetivos, caso se estabeleça uma hierarquia entre elas.

Hipótese 7: As Relações Intra e Interfamiliares de Cooperação e Auto-Ajuda proporcionam condições não mercantis de reprodução da economia familiar.

Questões: q.40 até q.46, q.54 até q.58, q.63 (quadro de gastos – outras despesas: item 11).

Verificar: (a) Se $q.40 > 0$, então está configurada uma situação de dependência econômica intrafamiliar, segundo a qual o conjunto de membros com rendimentos monetários e/ou atividades ligadas ao autoconsumo está garantindo o sustento (integral ou parcial) daquelas pessoas residentes no domicílio que não possuem rendimentos monetários próprios;

(b) Se $q.41 = 1$ e $q.63_{(11)} > 0$ então está configurada uma situação de cooperação interfamiliar cuja dimensão da ajuda pode ser avaliada pelas questões q.42 (número de pessoas ajudadas) e $q.63_{(11)}$ (valor gasto normal e regularmente nos últimos 12 meses sob a forma de ajuda a parentes e amigos), assumindo uma ou mais das formas descritas nas questões q.43 (formas de ajuda praticadas) e q.44 (categorias de produtos doados).

Em ambos os casos (itens a e b), a unidade familiar *promove* a cooperação em seu seio de relações intra e/ou interfamiliares, seja garantindo a reprodução econômica de pessoas sem rendimentos próprios residentes no domicílio, seja prestando ajuda a pessoas de fora.

Verificar: (c) Se $q.54 = 1$, então está configurada uma situação de assistência de terceiros ao consumo e reprodução da unidade familiar, cuja origem e periodicidade do evento podem ser checadas pelas questões q.55 (instituições fornecedoras) e q.56 (recorrência do evento);

(d) Se $q.57 = 1$ então está configurada uma situação de cooperação intra e/ou interfamiliar, voltada ao autoconsumo da unidade familiar, cuja dimensão quantitativa e qualitativa pode ser confirmada pela questão q.58 (principais produtos para autoconsumo e suas respectivas quantidades).

Em ambos os casos (itens c e d), a unidade familiar *recebe* a ajuda em seu seio de relações intra e/ou interfamiliares.

O fenômeno da reprodução econômica e social das unidades familiares contempladas por esta pesquisa encontra nestas relações de cooperação e auto-ajuda um de seus mais importantes fatores explicativos a operar marginalmente à lógica de funcionamento dos mercados estruturados em moldes capitalistas. Assim, em que pese as enormes dificuldades em captar e dimensionar quantitativamente estes aspectos, acreditamos que o conjunto de proposições testáveis antes construídas possa ao menos evidenciar a existência de uma parte das relações de cooperação e auto-ajuda que singularizam a existência do público-alvo deste trabalho.

Outro conjunto de fatores operantes, à margem do funcionamento do mercado, a explicar o mesmo fenômeno diz respeito às múltiplas *diferenças regionais* que podem ser observadas pelo esforço da pesquisa empírica em cobrir as regiões Sul e Nordeste do Brasil.

Na verdade, como o formulário da pesquisa de campo foi exatamente o mesmo para ambas as regiões do país, não dirigindo nenhuma questão especificamente regional às duas macroáreas de abrangência da pesquisa, tampouco às respectivas mesorregiões, essas diferenças ou especificidades locais deverão ser captadas de maneira indireta, mediante a escolha de *variáveis de controle* para o estudo de outras *variáveis de interesse* previamente seleciona-

das. Em outras palavras, será preciso selecionar algumas variáveis de controle, tornando-as exatamente iguais em seus atributos no confronto entre, por exemplo, as duas macrorregiões Sul e Nordeste, para então verificar como se comportam as variáveis de interesse escolhidas para investigação. As diferenças evidenciadas poderão ser atribuídas, em parte, às chamadas *diferenças regionais*, que representarão as especificidades locais para explicação parcial da variável ou do fenômeno em questão.

Em princípio, podemos elencar cinco distintos atributos pelos quais se estabelecerão as diferenças regionais mais importantes, a saber:

- quadro de ocupações;
- quadro de rendimentos;
- quadro de autoconsumo;
- quadro de gastos normais; e
- quadro das tipologias de classificação das unidades familiares (cf. hipótese 3).

As especificidades de natureza regional expressarão, portanto, particularidades econômicas e sociais do conjunto da população-alvo da pesquisa, e de suas formas específicas de comportamento, que ajudam a co-determinar, bem como explicar, as distintas estratégias de reprodução econômica das unidades familiares beneficiárias da previdência social brasileira, ou mais criteriosamente, as unidades sulina e nordestina.

III.5 – REVISÃO E AJUSTAMENTO METODOLÓGICO EM PROCESSO

Na condução da pesquisa de campo são definidos, no Manual de Instruções e no Manual Operacional, os critérios e procedimentos importantes a serem observados na etapa de aplicação dos questionários de campo (ver Anexos II e III).

Os critérios visam garantir a qualidade da pesquisa na fase da coleta de dados e tratam basicamente de quatro aspectos: (i) definição dos conceitos utilizados e forma de preenchimento das questões; (ii) delimitação do melhor informante no domicílio; (iii) adoção de critérios e procedimentos para a substituição de beneficiários a serem entrevistados; (iv) atuação do entrevistador, versando sobre as qualidades, funções e principais tarefas e responsabilidades do entrevistador; e (v) orientação aos supervisores, contendo os procedimentos de crítica e checagem dos formulários.

Não obstante a adoção de providências e salvaguardas para prevenir eventuais problemas que poderiam ocorrer no campo, a prática da pesquisa evidenciou algumas situações que demandaram a flexibilidade e a readequação de alguns critérios e procedimentos pré-estabelecidos, sem que com isso se prejudicasse a qualidade dos resultados.

Os ajustes realizados durante o processo de realização da pesquisa de campo ocorreram em duas áreas:

- (a) substituição de beneficiários a serem entrevistados; e
- (b) entendimento de conceitos utilizados.

Substituição de Beneficiários a Serem Entrevistados

De acordo com o Manual Operacional da Pesquisa, cada entrevistador deveria realizar as entrevistas, em cada município, a partir de uma lista de 20 formulários pré-selecionados aleatoriamente, recebidos e devidamente identificados com os nomes e endereços dos beneficiários.

As substituições que se fizessem necessárias nessa lista só poderiam ser realizadas obedecendo alguns critérios (ausência ou morte do beneficiário, por exemplo) e a partir de três procedimentos: (i) os nomes dos beneficiários substitutos deveriam estar contidos em lista-gem suplementar, com dez beneficiários, recebida pelo entrevistador na etapa do treinamento; (ii) a ordem numérica sequencial dos formulários deveria ser seguida, também, na lista suplementar, visando com este procedimento evitar as visitas em domicílios de mais fácil acesso, em detrimento de outros mais afastados da sede; e (iii) a utilização da terceira lista de nomes de mais dez beneficiários, que se encontrava sob a guarda dos supervisores, só poderia ser utilizada após comprovada a real necessidade.

Os critérios e procedimentos estabelecidos, apesar de serem extremamente abrangentes em termos do número de nomes suplementares, foram, em alguns casos, insuficientes. Tal insuficiência deveu-se a pelo menos dois problemas que não puderam ser antecipadamente resolvidos. O primeiro diz respeito ao próprio cadastro disponibilizado pelo INSS, que apresentava a relação dos beneficiários de acordo com o endereço do local do recebimento do benefício, podendo, nesse caso, o beneficiário residir ou não no município selecionado. Além desse aspecto, que implicou a exclusão residual de alguns beneficiários não residentes no mesmo município de recebimento, o cadastro do INSS continha uma infinidade de erros de endereçamento, o que dificultava e, em alguns casos, inviabilizava a localização do beneficiário selecionado.

O segundo problema refere-se à própria característica rural e microurbana dos municípios selecionados, cujo espaço municipal encontra-se ainda desordenado. Esse aspecto resulta na precariedade de endereçamentos, confusa denominação de vias urbanas e localidades rurais, e numeração irregular dos domicílios nos municípios selecionados, dificultando a localização dos beneficiários selecionados e ampliando a necessidade de substituições.

As soluções adotadas para contornar os problemas relativos à localização dos beneficiários e ao elevado número de substituições variaram entre as macrorregiões pesquisadas.

Na macrorregião Sul, a localização do beneficiário não representou, em geral, problema sério, graças ao fato de as equipes de pesquisadores contratadas serem compostas por integrantes dos sindicatos rurais. Estes, pelo fato de residirem nos mesmos municípios ou próximos aos municípios selecionados, revelavam maior facilidade de localizar os beneficiários selecionados.

Na região Nordeste não se contou com a mesma facilidade da região Sul, visto que se trabalhou com equipes de pesquisadores itinerantes, pouco conhecedores de peculiaridades locais. Sendo assim, esgotada a possibilidade de encontrar os beneficiários indicados nas listagens disponíveis, os pesquisadores de campo passaram a entrevistar outros beneficiários residentes em domicílios localizados próximos e semelhantes àqueles que foram pré-selecionados.

Esgotada a listagem original e as reservas pré-selecionadas e não se completando o número de 20 entrevistas úteis, adotou-se, nesses casos, um critério adicional, mencionado aos custos e características socioeconômicas da pesquisa.

Cabe registrar que a adaptação realizada não viola o princípio da equiprobabilidade de seleção dos domicílios, uma vez que os beneficiários entrevistados residiam em domicílios muito próximos e com características similares aos domicílios dos beneficiários selecionados (e não encontrados).

Por último, destaca-se que a utilização desse critério de substituição foi muito elevado nos estados de Alagoas, Sergipe e Pernambuco, alcançando cerca de 70% do total de entrevistados nesses estados. Para toda a região Nordeste, esse tipo de substituição ficou ao redor de 25% de amostra, enquanto que, para a região Sul, este número é o próximo de zero.

Entendimento dos Conceitos Utilizados

Outro problema detectado na aplicação dos questionários de campo referiu-se à ausência de clareza de alguns conceitos utilizados, causando múltiplas interpretações no momento das entrevistas. Entre estes foram citados os seguintes conceitos: Localidade (Questão 24); Participação (Questão 45); e Responsável (Questão 47).

Nesses casos, quando a definição dos conceitos no Manual de Instruções encontrava-se insuficiente, a solução adotada foi a do esclarecimento verbal aos entrevistados, tentando desta forma evitar que as dúvidas contaminassem as respostas obtidas.

SUGESTÕES DE APRIMORAMENTO E DE CONTINUIDADE DA PESQUISA

Finalmente, destaca-se que a prática da coleta de dados possibilitou, também, perceber algumas lacunas de questões no formulário. Foi citada, por exemplo, a possibilidade de se incluir em questões específicas sobre a produção familiar, por cultura, da unidade familiar pesquisada, dada a facilidade de obtenção das respostas junto ao público entrevistado.

Além disso, a aplicação dos questionários também despertou, nos pesquisadores, a demanda por realização de outros estudos importantes, como, por exemplo: "A Avaliação do Sistema Único de Saúde na Área Rural". Essa sugestão resultou da observação de que as despesas relacionadas a medicamentos e internações hospitalares comprometem grande parte da renda do público beneficiário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUAINAIN, Antônio Márcio (Coord.) *Programa Cédula da Terra: metodologia de avaliação de impactos socioeconômicos*.— Campinas: IE/UNICAMP, jul. 1998. Mimeo. Versão preliminar do relatório final.
- COLIN, Robinson. *Designing evaluations in real world research: a resource for social scientist and practioner research*.— Cambridge: MIT, Blackwell Publishers Ltd, 1996.
- DELGADO, Guilherme C. *Previdência rural: relatório de avaliação socioeconômica*.— Brasília: IPEA, mai. 1997. (Texto para Discussão, n.477)
- DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*.— São Paulo: Ed. Atlas, 1995.
- DRAIBE, Sônia. *Avaliação do processo de implementação do projeto "Inovações no Ensino Básico e de Algumas Medidas da Escola Padrão"*.— Campinas: NEPP / UNICAMP, abr. 1993.
- FIGUEIREDO, Marcus e CHEILUB, Angelina. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórico. *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte, v.1, n.3, set./dez. 1986.
- IBGE. *Pesquisa sobre padrões de vida: 1996-1997*.— Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisa, 1997.
- KANE, Eileen. How do you find it. In: *Doing your own research*.— London: Marion Boyars, 1993.
- OLIVEIRA, Manfredo. *Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea*.— São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*.— São Paulo: Edusp/Cuetrix, 1975.
- SINGLETON JR., Royce A. Elements of research design. In: SINGLETON JR., R. A. *et alli - Approaches to social research*.— New York: Oxford University Press, 1993.

ANEXO I*

Questionário de Pesquisa

* Transcrição literal dos originais.



PESQUISA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL

BLOCO 1 - IDENTIFICAÇÃO DO FORMULÁRIO

Etiqueta

Ndf - estado -- mr - município - endereço - nome beneficiário - dib - espécie

01 Nome do Entrevistado

02 Grau de Parentesco do entrevistado com o beneficiário da Previdência

- ☐ 01 Próprio
☐ 02 Cônjuge
☐ 03 Filho(a)
☐ 04 Parente/afim
☐ 05 Agregado
☐ 98 Outros (especificar) _____

	Nome	Rubrica		Data	Rubrica
Entrevistador			1ª visita		
Supervisor			2ª visita		
Crítico			Devolução		
Digitador			Checagem		

BLOCO 2 - IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO

03 Endereço Atual

☐ 01 O mesmo do cadastro

☐ 98 Outro (especificar): _____

04 A residência encontra-se

☐ 01 Zona Urbana

☐ 02 Zona Rural → Pule para a questão 6

05 Zona Urbana

☐ 01 Cidade

☐ 02 Sede Distrital

☐ 03 Áreas Urbanizadas Isoladas

06 Zona Rural

☐ 01 Povoado ou Aglomerado

☐ 02 Núcleo

☐ 03 Moradia Isolada

☐ 98 Outros (especificar) _____

07 Sexo

☐ 01 Masculino

☐ 02 Feminino

08 Idade

____ anos

09 Estado Civil ou Conjugal

☐ 01 Casado

☐ 02 Solteiro

☐ 03 Viúvo

☐ 04 Divorciado/Desquitado

☐ 05 Separado

☐ 06 Juntos

☐ 98 Outros (especificar) _____

10 O Sr.(a) frequenta/frequêntou alguma escola?

- ☐ 01 Sim, e sabe ler e escrever
- ☐ 02 Sim, mas não sabe ler nem escrever
- ☐ 03 Não, mas sabe ler e escrever → Pule para a questão 12
- ☐ 04 Não, e não sabe ler nem escrever → Pule para a questão 12
- ☐ 05 Não, mas sabe assinar o nome → Pule para a questão 12

11 Nível de Escolaridade do Beneficiário

- ☐ 01 1ª a 4ª Série Incompleto (antigo primário)
- ☐ 02 1ª a 4ª Série Completo (antigo primário)
- ☐ 03 5ª a 8ª Série Incompleto (antigo ginásio)
- ☐ 04 5ª a 8ª Série Completo (antigo ginásio)
- ☐ 05 2º Grau Incompleto
- ☐ 06 2º Grau Completo
- ☐ 07 Nível Técnico
- ☐ 08 Nível Superior
- ☐ 09 Mobral
- ☐ 98 Outros (especificar) _____

12 Qual o Ramo de Atividade da última ocupação exercida nos 12 meses anteriores ao recebimento do Benefício?

- ☐ 01 Agropecuária
- ☐ 02 Extrativismo e Floresta
- ☐ 03 Pesca
- ☐ 04 Mineração
- ☐ 05 Indústria
- ☐ 06 Comércio
- ☐ 07 Serviços
- ☐ 08 Transporte
- ☐ 09 Construção Civil
- ☐ 10 Produção Doméstica (artes ou indústria caseira)
- ☐ 11 Domicílio (serviços domésticos)
- ☐ 98 Outros (especificar) _____

NDF - -

13 Qual a Relação de Trabalho na última ocupação exercida nos 12 meses anteriores ao recebimento do Benefício?

- ☐ 01 Conta Própria
- ☐ 02 Assalariado
- ☐ 03 Meeiro/Parceiro
- ☐ 04 Arrendatário
- ☐ 05 Diarista
- ☐ 06 Ganho por Produção
- ☐ 07 Ganho por Empreitada
- ☐ 08 Membro não remunerado da família
- ☐ 09 Empregador
- ☐ 98 Outros (especificar) _____

BLOCO 3 - SEGURO PREVIDENCIÁRIO

Atenção: nas questões de 15 a 22, em caso de duplicidade no recebimento de benefícios, considerar apenas o Benefício Principal, ou seja, aquele relacionado à Aposentadoria (por idade ou invalidez).

14 Que tipo de benefício mensal recebe atualmente da Previdência Social ou do antigo FUNRURAL? (marque até 3 respostas se necessário)

- ☐ 01 Aposentadoria por Idade
- ☐ 02 Aposentadoria por Invalidez
- ☐ 03 Pensão por Morte
- ☐ 04 Renda Mensal Vitalícia
- ☐ 98 Outros (especificar) _____

15 Desde que data recebe este benefício? (o Benefício Principal).

_____|_____
mês ano

16 Quanto tempo demorou da solicitação do benefício principal até sua concessão pelo INSS ou antigo FUNRURAL?

_____|_____|_____
anos meses dias

17 Enfrentou algum problema para ter acesso ao benefício? (marque até 3 respostas se necessário)

- ☐ 01 Desconhecimento dos direitos do trabalhador
- ☐ 02 Desatenção ou desinformação dos funcionários do INSS ou do Correio
- ☐ 03 Dificuldade para comprovar idade
- ☐ 04 Dificuldade para comprovar atividade rural (documentação ou entrevista)
- ☐ 05 Dificuldade para comprovar invalidez
- ☐ 06 Dificuldade para juntar os documentos exigidos pelo INSS
- ☐ 07 Não enfrentou problemas
- ☐ 98 Outros (especificar): _____

18 Informe se o Sr.(a) recebeu ajuda de alguma pessoa, autoridade ou órgão para encaminhar o pedido do benefício (marque até 3 respostas se necessário).

- ☐ 01 Associação
- ☐ 02 Sindicato de trabalhadores rurais
- ☐ 03 Liderança política ou local
- ☐ 04 Prefeito
- ☐ 05 Igreja
- ☐ 06 ONG
- ☐ 07 Autoridade local (juiz, promotor ou delegado de polícia)
- ☐ 08 Proprietário rural (empregador)
- ☐ 09 Não recebeu colaboração
- ☐ 98 Outros (especificar): _____

19 Nos últimos dois anos recebeu em todos os meses o Benefício Principal?

- ☐ 01 Sim
- ☐ 02 Não

20 O Benefício Principal tem sido pago em data certa?

- ☐ 01 Sim
- ☐ 02 Não

21 Quando acontece algum atraso de pagamento do Benefício Principal, qual a sua duração?

- ☐ 01 Nunca atrasa
- ☐ 02 Menos de 7 dias
- ☐ 03 De 7 a 14 dias

NDF - -

- ☐ 04 De 15 a 30 dias
☐ 05 De 30 a 60 dias
☐ 06 Mais de 60 dias

22 Quem retira o pagamento do benefício?

- ☐ 01 O próprio Beneficiário
☐ 02 Outra Pessoa por procuração
☐ 03 Parentes ou Amigos sem procuração

23 Como o benefício é retirado?

- ☐ 01 Com cartão do banco
☐ 02 Com carnê do banco
☐ 03 No correio (carnê)
☐ 98 Outro (especificar): _____

24 Recebe o benefício na mesma localidade onde reside?

- ☐ 01 Sim
☐ 02 Não

25 Qual a distância aproximada entre sua residência e o local onde recebe o benefício?

_____ km

26 Quantas pessoas no domicílio (além do beneficiário identificado) recebem mensalmente algum tipo de benefício pago pela previdência social?

_____ pessoas
☐ 00 Nenhuma → Pule para questão 28

27 Se responder positivamente ao item anterior informe:

Nome	Grau de Parentesco com o Beneficiário TC1	Sexo TC2	Idade	Tipo de Benefício TC3

TC1 - Grau de Parentesco

- 01 Cônjuge
02 Filho(a)
03 Pai ou Mãe
04 Parentes ou afins
05 Agregados
98 Outros (especificar)

TC2 - Sexo

- 01 Masculino
02 Feminino

TC3 - Tipo de Benefício

- 01 Aposentadoria por Idade
02 Aposentadoria por Invalidez
03 Pensão por Morte
04 Renda Mensal Vitalícia
98 Outros (especificar)

28 Existe no domicílio pessoa(s) inválida(s) sem receber o benefício por invalidez?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

→ Pule para a questão 30

01 Total

02 Homens

03 Mulheres

30 Existem no domicílio pessoas idosas (homens acima de 60 anos e mulheres acima de 55 anos) ocupadas em atividades rurais que não recebem aposentadoria por idade?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

→ Pule para a questão 32

31 Quantas?

01 Total

02 Homens

03 Mulheres

BLOCO 4 - DOMICÍLIO

32 Quantas pessoas residem no domicílio?

Com menos de 10 anos

01 Total

02 Homens

03 Mulheres

Com mais de 10 anos

01 Total

02 Homens

03 Mulheres

33 Desde quando reside neste domicílio?

_____ | _____
mês ano

34 Após se tornar beneficiário da Previdência Social mudou de domicílio?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

→ Pule para a questão 38a

35 Quantas vezes já mudou?

_____ vezes

36 Onde se localizava o domicílio anterior ao que mora hoje?

☐ 01 Zona urbana (especificar município, estado e país) _____

☐ 02 Zona rural (especificar município, estado e país) _____

37 Qual a causa desta última mudança?

38 Características da moradia atual e da última (anterior a atual) caso exista.

38a A moradia atual é:

☐ 01 Particular

☐ 02 Coletiva (especificar): _____

Obs.: Se a resposta for coletiva e se tratar de asilos ou hospitais, encerre aqui o formulário.

38b A última moradia era:

☐ 01 Particular

☐ 02 Coletiva (especificar): _____

Obs.: Se a resposta for coletiva e se tratar de asilos ou hospitais, encerre aqui o formulário.

38c A atual moradia tem paredes de:

☐ 01 Alvenaria

☐ 02 Madeira

☐ 03 Madeira aproveitada

☐ 04 Taipa não revestida

☐ 98 Outro (especificar): _____

38d A última moradia tinha paredes de:

☐ 01 Alvenaria

☐ 02 Madeira

☐ 03 Madeira aproveitada

☐ 04 Taipa não revestida

☐ 98 Outro (especificar): _____

38e Qual o número de cômodos da moradia atual?

38f Qual o número de cômodos da última moradia?

38g A atual moradia é:

☐ 01 Própria

☐ 02 Alugada

☐ 03 Cedida

☐ 98 Outro (especificar): _____

38h A última moradia era:

☐ 01 Própria

☐ 02 Alugada

☐ 03 Cedida

☐ 98 Outro (especificar): _____

38i A principal forma de abastecimento de água da moradia atual é:

☐ 01 Rede Geral

☐ 02 Torneira pública ou chafariz

☐ 03 Carro-pipa

38j A principal forma de abastecimento de água da última moradia era:

☐ 01 Rede Geral

☐ 02 Torneira pública ou chafariz

☐ 03 Carro-pipa

- ☐ 04 Cisterna
- ☐ 05 Poço ou Nascente
- ☐ 06 Rio, Açude ou Barreiro
- ☐ 07 Água do vizinho
- ☐ 98 Outro (especificar): _____

- ☐ 04 Cisterna
- ☐ 05 Poço ou Nascente
- ☐ 06 Rio, Açude ou Barreiro
- ☐ 07 Água do vizinho
- ☐ 98 Outro (especificar): _____

38l O principal tipo de instalação sanitária da moradia atual é:

- ☐ 01 Rede geral
- ☐ 02 Fossa séptica
- ☐ 03 Fossa comum (rudimentar)
- ☐ 04 Não tem
- ☐ 98 Outro (especificar): _____

38m O principal tipo de instalação sanitária da última moradia era:

- ☐ 01 Rede geral
- ☐ 02 Fossa séptica
- ☐ 03 Fossa comum (rudimentar)
- ☐ 04 Não tem
- ☐ 98 Outro (especificar): _____

38n O principal tipo de abastecimento de luz da moradia atual é:

- ☐ 01 Com acesso a rede geral
- ☐ 02 Com acesso a motor
- ☐ 03 A querosene
- ☐ 04 Não tem
- ☐ 98 Outro (especificar): _____

38o O principal tipo de abastecimento de luz da última moradia era:

- ☐ 01 Com acesso a rede geral
- ☐ 02 Com acesso a motor
- ☐ 03 A querosene
- ☐ 04 Não tem
- ☐ 98 Outro (especificar): _____

38p A moradia atual tem telefone:

- ☐ 01 Sim
- ☐ 02 Não

38q A última moradia tinha telefone:

- ☐ 01 Sim
- ☐ 02 Não

38r A moradia atual possui quais dos utensílios domésticos citados (marque mais de uma resposta se necessário):

- ☐ 01 Fogão a lenha
- ☐ 02 Fogão a gás
- ☐ 03 Geladeira
- ☐ 04 Televisor
- ☐ 05 Rádio
- ☐ 06 Freezer
- ☐ 07 Antena Parabólica
- ☐ 98 Outro (especificar): _____

38s A última moradia possuía quais dos utensílios domésticos citados (marque mais de uma resposta se necessário):

- ☐ 01 Fogão a lenha
- ☐ 02 Fogão a gás
- ☐ 03 Geladeira
- ☐ 04 Televisor
- ☐ 05 Rádio
- ☐ 06 Freezer
- ☐ 07 Antena Parabólica
- ☐ 98 Outro (especificar): _____

BLOCO 5 - RELAÇÕES FAMILIARES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

39 Quem é o chefe do domicílio onde reside o Beneficiário:

☐ 01 O próprio

☐ 02 Cônjuge

☐ 03 Filho

☐ 04 Filha

☐ 05 Pai

☐ 06 Mãe

☐ 07 Parentes/afins

☐ 98 Outro (especificar): _____

40 Qual o número de pessoas sem rendimentos monetários residentes no domicílio?

01 Total _____

02 Homens _____

03 Mulheres _____

41 O Beneficiário ajudou alguém economicamente fora do domicílio nos últimos 12 meses?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

→ Pule para a questão 43

42 Quantas pessoas?

_____ pessoas

43 Qual das formas de ajuda descritas abaixo praticou nos últimos 12 meses (marque até 3 respostas, se necessário):

☐ 01 Prestação de serviços gratuitos

☐ 02 Mutirão de trabalho

☐ 03 Atendimento a pessoa doente ou carente

☐ 04 Cessão de equipamento ou material de trabalho

☐ 05 Ajuda em espécie

☐ 06 Nenhuma

☐ 98 Outro (especificar): _____

44 Indique as principais categorias de produtos doados nos últimos 12 meses (marque até 3 respostas, se necessário):

☐ 01 Alimentos e Material de Higiene e Limpeza

☐ 02 Vestuário e Calçado

- ☐ 03 Remédios
- ☐ 04 Material Escolar
- ☐ 05 Insumos
- ☐ 06 Utensílios Domésticos
- ☐ 98 Outro (especificar): _____
- _____
- _____
- _____

45 O Beneficiário participa de algum grupo ou associação dentre as citadas abaixo? (marque até 3 respostas, se necessário):

- ☐ 01 Associação de Produtores Rurais
- ☐ 02 Cooperativas de Produtores Rurais
- ☐ 03 Sindicato de Trabalhadores Rurais
- ☐ 04 Conselhos Municipais de Programas Governamentais
- ☐ 05 Movimentos Sociais Organizados
- ☐ 06 Grupos informais (grupo de mulheres, grupo de jovens, grupo de idosos - etc.)
- ☐ 07 Não participa → Pule para a questão 47
- ☐ 98 Outro (especificar): _____
- _____
- _____
- _____

46 Quais as principais atividades oferecidas pelas entidades que participa? (marque até 3 respostas, se necessário)

- ☐ 01 Assistencial
- ☐ 02 Social e Recreativo
- ☐ 03 Prestação de Serviços ou Apoio à Produção
- ☐ 04 Defesa de Direitos
- ☐ 98 Outro (especificar): _____
- _____
- _____
- _____

BLOCO 6 - RELAÇÃO DO BENEFICIÁRIO COM A ATIVIDADE ECONÔMICA

47 O beneficiário ou alguém residente no mesmo domicílio é responsável atualmente por estabelecimento rural?

- ☐ 01 Sim
- ☐ 02 Não → Pule para o bloco 7

48 Indique a atividade rural predominante ou se o estabelecimento está inativo.

- | | | |
|--|--------|-------------------------|
| ☐ 01 Agricultura | —————▶ | Pule para a questão 50 |
| ☐ 02 Pecuária | —————▶ | Pule para a questão 50 |
| ☐ 03 Horticultura | —————▶ | Pule para a questão 50 |
| ☐ 04 Agropecuária | —————▶ | Pule para a questão 50 |
| ☐ 05 Agroindústria | —————▶ | Pule para a questão 50 |
| ☐ 06 Coleta ou extração vegetal | —————▶ | Pule para a questão 50 |
| ☐ 07 Pesca | —————▶ | Pule para a questão 50 |
| ☐ 08 Turismo | —————▶ | Pule para a questão 50 |
| ☐ 09 Inatividade Completa | —————▶ | Passe para a questão 49 |
| ☐ 98 Outro (especificar): _____ | —————▶ | Pule para a questão 50 |

49 Indique a causa do abandono deste estabelecimento.

50 O beneficiário utiliza de alguma maneira a renda da aposentadoria ou pensão para manutenção da atividade rural citada?

- | | |
|---------------------------------|-------------------------------|
| ☐ 01 Sim | |
| ☐ 02 Não | —————▶ Pule para a questão 52 |

51 Em quais das formas abaixo o Beneficiário utiliza a renda do seu Benefício Principal?

- | |
|---|
| ☐ 01 Custeio da atividade produtiva da família |
| ☐ 02 Compra de máquinas e/ou equipamentos |
| ☐ 98 Outro (especificar): _____ |

BLOCO 7 – QUADRO OCUPACIONAL

As questões deste bloco devem ser respondidas pelas pessoas de 10 anos ou mais de idade ou por alguém que por elas possa responder, inclusive pelas que não exerceram nenhum tipo de trabalho nos últimos 12 meses.

52 Quadro ocupacional para as pessoas de 10 anos ou mais relativo aos últimos 12 meses (inclusive beneficiário)

d. Quantos meses trabalhou nos últimos 12 meses?

e. Qual a sua ocupação principal?

f. Qual a relação de trabalho ou posição na ocupação, no estabelecimento, negócio ou função declarada?

g. Qual o ramo de atividade em que exerceu a ocupação declarada?

h. Qual o local de ocupação da atividade declarada?

i. Qual o rendimento da ocupação principal na atividade declarada?

j. Qual a periodicidade com a qual recebe este rendimento principal?

	a.Grau de Parentesco com Beneficiário TC1	b.Sexo TC2	c.Idade (Anos)	d. N° de Meses Trab. no período considerado TC3	e. Ocupação principal	f. Rel. de Trab. ou Posição na Ocupação TC4	g. Ramo de Atividade TC5	h. Local de Ocupação TC6	i. Rendimento da Ocupação Principal	j. Periodicidade do Recebimento TC7
1	Beneficiário									
2										
3										
4										
5										
6										
7										
8										
9										
10										

TC1 – Grau de Parentesco

01 Beneficiário
02 Cônjuge
03 Filho(a)
04 Parentes ou Afins
05 Pai/mãe
06 Agregados
98 Outros (especificar)

TC2 – Sexo

01 Masculino
02 Feminino

TC3 – Meses Trabalhados

99 Não trabalhou

TC4 – Relação de Trabalho na Ocupação

01 Conta própria
02 Assalariado
03 Meeiro/Parceiro
04 Arrendatário
05 Diarista
06 Ganha por Produção
07 Ganha por Empreitada
08 Ajudante da Família
09 Empregador
97 Não se aplica
98 Outros (especificar)

TC5 – Ramo de Atividade

01 Agropecuária
02 Extrativismo e Floresta
03 Pesca
04 Mineração
05 Indústria
06 Comércio
07 Serviços
08 Transporte
09 Construção Civil
10 Produção Doméstica (artes ou indústria caseira)
11 Domicílio (serviços domésticos)
97 Não se aplica
98 Outros (especificar)

TC6 – Local de Ocupação

01 No domicílio sem local exclusivo
02 No domicílio com local exclusivo
03 Na via pública com equipamento pesado
04 Na via pública com equipamento leve ou sem
05 Empresa ou firma
06 No Estabelecimento Rural
07 Em casa do cliente ou patrão
97 Não se aplica
98 Outros (especificar)

TC7 – Periodicidade do Recebimento

01 Mensal
02 Anual
97 Não se aplica
98 Outros (especificar)

BLOCO 8 - QUESTÕES RELATIVAS AOS RENDIMENTOS

A questão 53 deste bloco deve ser respondida por todas as pessoas de 10 anos ou mais, residentes no domicílio, que tenham obtido algum rendimento monetário nos últimos 12 meses. Os valores devem ser apurados em R\$, referentes ao último mês ou à média mensal dos últimos 12 meses.

53 Fontes de renda do Beneficiário das demais Pessoas do Domicílio.

- a) *discriminar rendimentos do Beneficiário, recebidos no mês anterior ou média mensal dos últimos 12 meses.*
- b) *discriminar rendimentos das demais Pessoas no mês anterior ou média mensal dos últimos 12 meses.*

[illegible]

54 **Recebeu nos últimos 12 meses alguma cesta básica ou doação de produtos para consumo familiar?**

- ☐ 01 Sim
- ☐ 02 Não

Pule para a questão 57

55 Quais as Instituições Fornecedoras? (marque até 3 respostas, se necessário)

- ☐ 01 Governo
- ☐ 02 Igreja
- ☐ 03 Instituição Civil
- ☐ 98 Outro (especificar):

56 Quantas vezes ao ano?

vezes

BLOCO 9 - UTILIZAÇÃO DOS RENDIMENTOS E AUTOCONSUMO*As respostas a seguir devem ser obtidas do chefe do domicílio ou pessoa por ele autorizada.*

- 57 Este Domicílio obteve nos últimos 12 meses produtos agropecuários, originários de estabelecimento rural próprio ou de terceiros, para autoconsumo?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

—————▶ Pule para a questão 59

- 58 Especifique, em até 10, os principais produtos, originários de estabelecimento rural próprio ou de terceiros, consumidos ou armazenados para autoconsumo e as suas respectivas quantidades

Espécie	Quantidade	Unidade	Observações
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			

- 59 Nos últimos doze meses, teve alguma despesa ou perda material, não previstas, para as quais tivesse de gastar parte importante de sua renda familiar?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

—————▶ Pule para a questão 63

- 60 Que tipo de gastos ou perdas extraordinárias o Sr.(a) teve nos últimos doze meses e quais os valores correspondentes?

Item	Despesa em R\$ dos últimos 12 meses
01 Despesas de Consumo	
02 Despesas de Produção	
98 Outras Despesas (especificar):	

- 61 Algum dos gastos ou perdas extraordinárias citados na questão anterior ocorreu no último mês?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

—————▶ Pule para a questão 63

NDF - -

62 Qual o tipo e o valor do gasto citado no último mês?

Item	Despesa em R\$ no mês anterior
01 Despesas de Consumo	
02 Despesas de Produção	
98 Outras Despesas (especificar):	

63 Dos seus gastos normais e previsíveis realizados no último mês ou nos últimos 12 meses (exceto despesas extraordinárias que declarou nas questões anteriores), estime o valor para os seguintes itens.

TC1
Periodicidade dos
gastos
01 Mensal
02 Anual

Despesas de Consumo	Despesa em R\$	Periodicidade dos Gastos TC1
1. Alimentos e Material de Higiene e Limpeza		
2. Transporte		
3. Saúde		
4. Educação		
5. Vestuário e calçado		
6. Habitação (Água, Energia, Aluguel)		
7. Serviços Pessoais		
8. Recreação (Lazer)		
Despesas de Produção	Despesa em R\$	Periodicidade dos Gastos TC1
9. Custeio de atividades produtivas da família		
10. Arrendamento da terra		
Outras Despesas	Despesa em R\$	Periodicidade dos Gastos TC1
11. Ajuda a amigos ou parentes		
12. Utensílios domésticos		
98. Outros (especificar):		

64 Especificar os Bens Patrimoniais comprados nos últimos 12 meses (por exemplo, máquinas, equipamentos, animais, etc.):

Item	Valor de Compra em R\$

- 65 Especificar os Bens Patrimoniais vendidos nos últimos 12 meses (por exemplo, máquinas, equipamentos, animais, etc.):

Item	Valor de Venda em R\$

- 66 Especifique as dívidas da família no momento da entrevista**

01 Bancos – Crédito pessoal	R\$	_____
02 Bancos – Crédito rural	R\$	_____
03 Familiares e Terceiros	R\$	_____
04 Farmácia, Mercado e Açougue	R\$	_____
05 Armazém de Construção	R\$	_____
06 Lojas de Eletrodoméstico ou Móveis	R\$	_____
98 Outro (especificar): _____	R\$	_____
	R\$	_____

- 67 O que o Sr.(a) acha que poderia ser feito para melhorar o Sistema de Aposentadoria e Pensões Rurais?

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

NDF - -

68 Observações do Entrevistador

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

ANEXO II*

Manual da Pesquisa da Previdência Social Rural

* Transcrição literal dos originais.



MANUAL DA PESQUISA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL

BLOCO 1 - IDENTIFICAÇÃO DO FORMULÁRIO

Para as questões que estão contidas no bloco 1 até o bloco 6, o Beneficiário é o melhor informante a respeito de suas próprias características, exceto em casos especiais como invalidez com comprometimento na fala, audição ou raciocínio ou quando se trata de pensionistas com idade inferior a 10 anos (crianças). Nestes casos, o entrevistador deverá verificar, entre os moradores presentes no domicílio, qual é a pessoa mais capacitada a prestar, com segurança, as informações referentes ao Beneficiário.

01 Nome do Entrevistado

Esta questão busca identificar a pessoa que responderá o formulário. Preencher com letra legível o nome completo do entrevistado.

02 Grau de Parentesco do entrevistado com o beneficiário da Previdência

Esta pergunta tem como objetivo identificar se a pessoa que responde ao questionário é o próprio Beneficiário (cujo nome se encontra na etiqueta da primeira página do formulário, no bloco 1) ou outro, que pode ou não ser membro da família do Beneficiário. Para o propósito desta pesquisa, considera-se Beneficiário a pessoa que recebe um ou mais benefício(s) previdenciário(s) de prestação continuada.

Comando: esta questão tem seis alternativas. O entrevistador deverá assinalar apenas uma delas, transcrevendo para o campo, à direita do formulário, o código correspondente à alternativa assinalada.

- 01 Refere-se ao próprio Beneficiário.
- 02 Refere-se ao cônjuge (esposa ou esposo do beneficiário, vivendo em companhia dele(a), em decorrência de casamento civil, religioso ou união civil não formalizada).
- 03 Refere-se ao filho(a) do Beneficiário.
- 04 Refere-se a parente/afim (morador, no mesmo domicílio do beneficiário, com qualquer grau de parentesco com o chefe do domicílio, ou com a família, ou com o seu cônjuge; mãe/pai; sogro(a); irmão(ã); cunhado(a); sobrinho(a); neto(a); etc.).

- 05 Refere-se a **agregado** (morador, no mesmo domicílio do beneficiário sem ser parente dele, ou do chefe de domicílio, ou de seu cônjuge, ou de outros membros da família e nem pensionista, empregada(o) doméstica(o) ou parente da(o) empregada(o)).
- 98 Refere-se a **outros**, que pode ser qualquer pessoa que não se enquadra em nenhuma das alternativas acima.

BLOCO 2 - IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO

As questões contidas neste bloco – da questão 03 até a questão 13 – referem-se, unicamente, aos dados relacionados ao Beneficiário.

03 Endereço Atual

Esta pergunta tem como objetivo identificar se o endereço atual do Beneficiário coincide com aquele endereço registrado na etiqueta (cadastro) que se encontra na primeira página do formulário, ou se ele mudou de endereço.

Refere-se ao **mesmo endereço** do Beneficiário, aquele que está contido na primeira página do formulário de pesquisa.

98 Refere-se a um **outro endereço** do Beneficiário. Neste caso, o entrevistador deverá registrá-lo nas linhas indicadas, especificando o endereço da forma mais completa possível.

Comando: o entrevistador deverá indicar apenas uma das alternativas, transcrevendo para o campo que está à direita do formulário o código correspondente à alternativa assinalada.

04 A residência encontra-se

Esta pergunta procura identificar a localização em que se encontra a residência do Beneficiário.

01 Indica que a residência do Beneficiário se encontra na **zona urbana**, compreendendo, nesta pesquisa, a área interna ao perímetro urbano que se subdivide em cidade, sede distrital e áreas urbanizadas isoladas (contempladas na questão 05).

02 Indica que a residência do Beneficiário encontra-se na **zona rural**, entendida como a área externa ao perímetro urbano. A área rural subdivide-se em povoado ou aglomerado, núcleo ou moradia isolada (contempladas na questão 06). Caso a alternativa assinalada seja zona rural, pule para a questão 06.

Comando: o entrevistador deverá assinalar apenas uma das alternativas, transcrevendo para o campo, à direita do formulário, o código correspondente à alternativa assinalada.

05 Zona Urbana

Esta questão tem o objetivo de saber se a residência do Beneficiário que se encontra na zona urbana localiza-se:

- 01 Na cidade, entendida como localidade, considerada sede municipal e que tem o mesmo nome do município a que pertence a residência pesquisada.
- 02 Na sede distrital, entendida como localidade, pertencente administrativamente ao município ou cidade, compreendendo geralmente mais de um bairro.
- 03 Em áreas urbanizadas isoladas, entendidas como áreas definidas por lei municipal e separada da sede distrital por área rural ou por um outro limite legal.

Comando: o entrevistador deverá assinalar apenas uma das alternativas, transcrevendo para o campo, à direita do formulário, o código correspondente à alternativa assinalada.

06 Zona Rural

Esta questão tem como objetivo saber se a residência do Beneficiário, que pertence à zona rural, localiza-se em povoado ou aglomerado (alternativa 1), núcleo (alternativa 2), moradia isolada (alternativa 3) ou outros (alternativa 98).

Para esta pesquisa, considera-se que:

- 01 **Povoado ou Aglomerado:** é a localidade sem a categoria de sede de circunscrição administrativa, mas com moradias, geralmente em torno de igreja ou capela, pequeno comércio, com seus moradores exercendo atividades econômicas, não em função de um só proprietário do solo.
- 02 **Núcleo:** é o aglomerado rural isolado, vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usina, etc.), podendo ou não dispor de serviços ou equipamentos definidores dos Povoados. A característica básica deste é ser privado ou empresarial.
- 03 **Moradia isolada:** são considerados os sítios, chácaras e fazendas ou outra moradia com características permanentes e que não apresentem no seu entorno outras residências, comércio ou outros equipamentos e serviços definidores dos Povoados.

- 98 **Outros:** localidade distinta das encontradas nas alternativas acima. Neste caso, o entrevistador deverá registrá-la na linha, especificando-a da forma mais completa possível.

Comando: o entrevistador deverá assinalar apenas uma das alternativas, transcrevendo o código correspondente a ela para o campo indicado, à direita do formulário.

07 Sexo

Esta questão tem como objetivo a identificação do sexo do Beneficiário.

Comando: o entrevistador deverá assinalar uma das alternativas, transcrevendo para o campo, à direita do formulário, o código correspondente.

08 Idade

Esta questão procura identificar a idade do Beneficiário em anos completos.

Comando: o entrevistador deverá registrar a idade do Beneficiário na linha, transcrevendo-a para o campo que se encontra à direita do formulário.

09 Estado Civil ou Conjugal

Esta questão tem como objetivo indicar o estado civil ou conjugal do Beneficiário. Para efeito dessa pesquisa, a investigação sobre o estado civil corresponde ao "estado conjugal". Isto é, considera-se a condição das pessoas em relação ao fato de viverem em companhia de cônjuge, em decorrência de casamento civil, religioso ou união civil não formalizada. Assim, a alternativa indica que:

- 01 O estado civil do Beneficiário é **casado**, ou seja, contraiu casamento civil e/ou religioso e vive em união civil estável.
- 02 O estado civil do Beneficiário é **solteiro**, isto é, não contraiu casamento civil e/ou religioso e não vive em união civil estável.
- 03 O estado civil do Beneficiário é **viúvo**, isto é, aquele cujo cônjuge morreu e ao qual estava ligado por casamento civil e/ou religioso ou união consensual estável, que não contraiu novo casamento e que não esteja vivendo em companhia de novo cônjuge.
- 04 O Beneficiário é **divorciado/desquitado**, apresentando estado civil homologado por decisão judicial e que não vive em companhia de cônjuge.
- 05 O Beneficiário é **separado**, isto é, foi anteriormente casado (matrimônio civil e/ou religioso ou união civil não formalizada) e rompeu o vínculo relativo à união.

06 O Beneficiário vive **junto (juntos)**, em companhia de cônjuge e não contraiu matrimônio civil e/ou religioso, mantendo união consensual estável (união civil não formalizada).

98 **Outros (especificar)**. O Beneficiário se encontra em estado civil ou conjugal diferente de qualquer uma das alternativas acima. Neste caso, o entrevistador deverá registrar na linha o estado conjugal dele.

Comando: o entrevistador deverá indicar apenas uma das alternativas, transcrevendo para o campo, à direita do formulário, o código correspondente à alternativa assinalada.

10 O Sr.(a) **freqüenta/freqüentou alguma escola?**

Esta pergunta tem como objetivo saber se o Beneficiário **freqüenta, freqüentou ou não freqüentou a escola**. Caso a resposta seja afirmativa, isto é, caso o Beneficiário tenha **freqüentado ou continua freqüentando a escola**, existem apenas duas alternativas.

01 **Sim, e sabe ler e escrever**: indica que o Beneficiário **freqüenta ou freqüentou a escola e que sabe ler e escrever** (para aquele que sabe ler, escrever um recado ou bilhete simples e realizar cálculos cotidianos simples).

02 **Sim, mas não sabe ler nem escrever**: indica que o beneficiário **freqüenta ou freqüentou a escola, mas não sabe ler nem escrever**.

Deve-se incluir, também, aquela pessoa que aprendeu a ler e a escrever, mas esqueceu, por ter sido acometido de doenças típicas de idoso: acidentes cardiovasculares, com seqüelas motoras, esquecimentos ou outros.

As outras alternativas que se seguem indicam que o beneficiário não **freqüenta e nem freqüentou alguma escola**, sendo que na alternativa:

03 **Não, mas sabe ler e escrever**: apesar de não ter **freqüentado a escola**, o Beneficiário **sabe ler e escrever**, isto é, lê e escreve pelo menos um recado ou bilhete simples, podendo até realizar cálculos cotidianos simples.

04 **Não, e não sabe ler nem escrever**: o Beneficiário não **freqüenta e nem freqüentou a escola e não sabe ler nem escrever**.

05 **Não, mas sabe assinar o nome**: o Beneficiário não **freqüenta e nem freqüentou a escola, mas sabe assinar o nome ou escrever o próprio nome**.

Comando: o entrevistador deverá assinalar apenas uma das alternativas e transcrever para o campo, à direita do formulário, o código correspondente à alternativa assinalada. Caso a alternativa respondida tenha sido a 03, 04 ou 05, assinale-a e pule para a questão 12.

11 Nível de Escolaridade do Beneficiário

Esta questão procura saber qual o nível de escolaridade do beneficiário e só poderá ser respondida por aqueles que freqüentaram ou freqüentam a escola (alternativas 01 e 02 da questão anterior).

Vale lembrar que primeiro grau, segundo grau e nível superior correspondem ao sistema de ensino regular atualmente em vigor. O 1º grau é estruturado em oito séries, de 1ª a 4ª série (antigo primário) e de 5ª a 8ª série (antigo ginásio). O 2º grau é estruturado em 3 ou 4 séries e para o nível superior, o número de séries varia de acordo com a espécie do curso. Considera-se de nível técnico a pessoa qualificada com curso profissionalizante equivalente ao 2º grau ou 1º grau completo. O Mobral foi um curso destinado a alfabetizar adultos.

Comando: o entrevistador deverá assinalar uma das alternativas que indicam o nível de escolaridade do beneficiário, transcrevendo para o campo, à direita do formulário, o código correspondente à alternativa assinalada.

12 Qual o Ramo de Atividade da última ocupação exercida nos 12 meses anteriores ao recebimento do Benefício?

Esta questão tem como objetivo saber qual o ramo de atividade da última ocupação exercida pelo Beneficiário nos 12 meses anteriores ao recebimento do Benefício.

Comando: a questão tem 12 alternativas. O entrevistador deverá assinalar apenas uma delas, transcrevendo para o campo à direita o código correspondente à alternativa assinalada. Vale lembrar que o ramo da atividade relaciona-se ao setor de atividade econômica, o que é identificado pelo produto final ou o serviço resultante da atividade da empresa onde o indivíduo exerce o seu trabalho.

13 Qual a Relação de Trabalho na última ocupação exercida nos 12 meses anteriores ao recebimento do Benefício?

Esta questão procura saber qual a relação de trabalho na última ocupação exercida pelo Beneficiário, nos últimos 12 meses anteriores ao recebimento do benefício. Entende-se por relação de trabalho a posição ocupada pelo Beneficiário, caracterizada como:

- 01 **Conta-própria** - refere-se à pessoa que exerce uma atividade individualmente ou com ajuda de membros da família, podendo contar com o auxílio eventual de terceiros. Incluem-se aqui os pequenos proprietários rurais que trabalham em regime de economia familiar.
- 02 **Assalariado** - é o indivíduo que possui vínculo empregatício caracterizado pela legislação trabalhista vigente, com ou sem carteira de trabalho assinada. Do setor rural, incluem-se aqui os assalariados permanentes e os safristas (aqueles que trabalham durante todo o período da safra, como os assalariados do corte da cana).
- 03 **Meeiro/parceiro** - refere-se à pessoa que explora ou exerce uma atividade econômica (agricultura, pecuária, extração vegetal, pesca ou garimpo) pagando ao proprietário com um percentual da produção, mediante contrato verbal ou escrito.
- 04 **Arrendatário** - refere-se à pessoa que utiliza a terra por arrendamento, mediante pagamento em quantia fixa de dinheiro ou quota-parte da produção.
- 05 **Diarista** - Refere-se ao trabalhador rural que trabalha para vários empregadores, normalmente por um curto prazo de tempo e cuja remuneração é calculada por dia.
- 06 **Ganho por produção** - refere-se ao trabalhador rural que trabalha para um proprietário e cujo rendimento recebido varia de acordo com a quantidade produzida.
- 07 **Ganho por empreitada** - refere-se ao trabalhador rural encarregado de cultivar determinada área ou de realizar determinada atividade cuja remuneração depende do cumprimento das metas e resultados previamente definidos; independentemente do tempo utilizado para sua realização.
- 08 **Membro não remunerado da família** - refere-se à pessoa que exerce uma atividade econômica sem remuneração, trabalhando pelo menos 15 horas por semana, em ajuda ao responsável pelo estabelecimento rural.
- 09 **Empregador** - refere-se à pessoa que explora uma atividade econômica com o auxílio de um ou mais empregados. Não se considerou empregador a pessoa que só tem empregado doméstico.
- 98 **Outros** - refere-se a outro tipo de relação de trabalho que não foi contemplada nas alternativas anteriores. Neste caso, o entrevistador deverá especificá-la na linha que se segue e transcrever o seu código para o campo indicado no formulário.

Nota: é importante saber que na agricultura em regime de economia familiar, as mulheres, filhos e filhas que exercem a atividade rural de forma não eventual devem ter a sua ocupação considerada de acordo com a ocupação exercida pelo conjunto da família e não como simples ajudantes da família.

Comando: a questão tem 10 alternativas. O entrevistador deverá assinalar apenas uma delas, transcrevendo para o campo, à direita do formulário, o código correspondente à alternativa assinalada.

BLOCO 3 – SEGURO PREVIDENCIÁRIO

Para o período desta pesquisa, o **Seguro Previdenciário** é a garantia da proteção social, sob a forma de pagamento de benefício previdenciário, oferecida aos idosos, inválidos e seus dependentes.

As questões contidas neste bloco referem-se apenas aos benefícios de prestação continuada que são definidos por pagamentos mensais contínuos ao segurado ou a seus dependentes, até que alguma causa (a morte, por exemplo) gere sua cessação. Para a finalidade da pesquisa, interessam apenas aqueles mais comumente recebidos pela população inativa, originários de atividades rurais. Nas questões que vão do número 14 ao número 25, são investigadas as características do benefício recebido, levantando questões sobre antiguidade, grau de acessibilidade ao benefício, pontualidade, regularidade, bem como o grau de cobertura do Sistema Previdenciário na unidade familiar investigada.

Atenção: Nas questões de 15 a 22, em caso de duplicidade no recebimento de benefícios, considerar apenas o **Benefício Principal**, isto é, aquele relacionado à **Aposentadoria** (por idade ou invalidez).

14 Que tipo de benefício mensal recebe atualmente da Previdência Social ou do antigo FUNRURAL? (marque até 3 respostas, se necessário)

A questão 14 tem como objetivo verificar o tipo de benefício mensal que o Beneficiário recebe atualmente da Previdência Social ou do antigo Funrural.*

O beneficiário poderá receber mais de um benefício previdenciário de prestação continuada. Entretanto, somente é possível a combinação de benefícios concedidos por Aposentadoria por Idade com Pensão por Morte ou Aposentadoria por Invalidez com Pensão por Morte. Não é possível combinar a Aposentadoria por Idade com Aposentadoria por Invalidez, tampouco Renda Mensal Vitalícia com qualquer outra alternativa.

- 01 Aposentadoria por Idade** – é o benefício previdenciário que foi concedido em função da idade. Até 1991, tanto os homens como as mulheres aposentavam-se com 65 anos de idade. A partir de 1992, os trabalhadores rurais (agricultores em regime de economia familiar e assalariados), os pescadores e os garimpeiros passaram a se aposentar com 60 anos (homens) e 55 anos (mulheres), enquanto para os empregadores rurais o limite de idade concedido para aposentadoria foi de 65 anos para os homens e de 60 anos para as mulheres.
- 02 Aposentadoria por Invalidez** – é o benefício previdenciário que foi concedido em função de doença ou acidente que tornaram a pessoa incapaz de exercício da atividade rural.

- 03 **Pensão por Morte** – é o benefício previdenciário concedido a um ou mais dependentes do trabalhador(a) rural (agricultor(a) em regime de economia familiar ou assalariado(a)) e do empregador(a) rural, por ocasião de seu falecimento. A partir de 1991, os homens passaram a ser considerados dependentes de suas esposas e também adquiriram o direito de receber a pensão.
- 04 **Renda Mensal Vitalícia** – é o benefício que foi concedido até 1995 para os maiores de 70 anos ou inválidos (homens e mulheres) que não exerciam atividade remunerada ou não conseguiam comprovar o exercício da atividade rural. A partir de 1996, esse benefício passou a ser chamado de "Amparo Assistencial", e foi concedido para homens e mulheres com mais de 70 anos (em 1998, a idade mínima caiu para 67 anos) ou portadores de deficiência física ou mental cuja renda familiar é inferior a ¼ do salário mínimo *per capita*.
- 98 **Outros** – inclui-se aqui algum outro tipo de benefício da Previdência Social ou do antigo Funrural que não foi contemplado nas alternativas anteriores. Neste caso, o entrevistador deverá especificá-lo na linha que se segue e transcrever o seu código para o campo indicado no formulário.

Comando: o entrevistador poderá assinalar até 3 alternativas, lembrando sempre das combinações permitidas entre os benefícios. A seguir, ele deverá transcrever o(s) código(s) correspondente(s) à(s) alternativa(s) informada(s) para o(s) indicado(s), à direita do formulário.

Para os casos em que o beneficiário recebe mais de um benefício (constatado na questão 14), o entrevistador deverá obter, nas questões de 15 a 22, unicamente as informações referentes ao Benefício principal (aposentadoria por idade ou invalidez).

15 Desde que data recebe este benefício? (o Benefício Principal).

As questões de 15 até 22 têm como objetivo o registro dos dados referentes ao Benefício Principal, isto é, aquele relacionado à aposentadoria por idade ou invalidez. Nesta questão, procura-se saber a partir de que data (mês e ano) o Beneficiário recebeu o Benefício Principal.

Comando: o entrevistador deverá registrar o mês e o ano do início do recebimento do benefício, respectivamente, no primeiro e no segundo espaços reservado para este fim. Em seguida, deverá transcrevê-los para os campos que se encontram à direita do formulário. No caso de o beneficiário não lembrar o mês referente ao início do recebimento do benefício, o entrevistador deverá preencher o espaço com 00 (dois zeros), transcrevendo-os para os campos indicados. Observar que as duas primeiras caselas referem-se ao mês e a terceira e a quarta caselas referem-se ao ano.

Exemplo:

fevereiro	1980	0	2	8	0	ou,
mês	ano					

00	1982	0	0	8	2	
mês	ano					

16 Quanto tempo demorou da solicitação do benefício principal até sua concessão pelo INSS ou antigo FUNRURAL?

Esta questão busca captar o tempo de demora do benefício principal desde a solicitação dele até a sua concessão pelo INSS ou antigo FUNRURAL. Este período poderá ter sido superior a 1 ano ou, até mesmo, inferior a 30 dias.

Comando: o entrevistador deverá registrar o período informado, observando que, nesta questão, o primeiro espaço reservado para este fim refere-se ao ano, o segundo espaço refere-se ao mês e o terceiro espaço refere-se aos dias. No caso de o beneficiário não se lembrar do mês ou dos dias referentes ao tempo de demora da solicitação do benefício principal até a sua concessão, o entrevistador deverá preencher os espaços com 00 (dois zeros).

Posteriormente, o entrevistador deverá transcrever, da esquerda para a direita, o número relativo a cada período informado para os campos que se encontram à direita do formulário.

Exemplo: 1 ano, 3 meses e 12 dias 0 1 0 3 1 2 ou,

2 meses 0 0 0 2 0 0 ou,

25 dias 0 0 0 0 2 5

17 Enfrentou algum problema para ter acesso ao benefício? (marque até 3 respostas se necessário)

Esta questão tem a finalidade de registrar a opinião do informante sobre algum tipo de problema que possa ter ocorrido para o Beneficiário para que ele tenha acesso ao benefício.

Considera-se, nesta pesquisa, como problema para ter acesso ao benefício:

- 01 Desconhecimento dos direitos do trabalhador** – quando a pessoa não sabia que tinha direito ao benefício e, em função disso, demorou para requerer o benefício.
- 02 Desatenção ou desinformação dos funcionários** – quando a pessoa sentiu-se prejudicada por algum funcionário do INSS ou do Correio, pelo fato de não ter obtido por parte deste funcionário a atenção devida e necessária ou por ter recebido informações incorretas, ou mesmo por não ter sido informado de forma suficientemente clara e precisa sobre os procedimentos necessários que deveria tomar para requerer seu benefício.
- 03 Dificuldade de comprovar a idade** – quando a pessoa não teve à sua disposição os documentos necessários para comprovar a idade, como a Carteira de Identidade, a Certidão de Nascimento ou a Certidão de Casamento. Este item refere-se às pessoas aposentadas por idade.
- 04 Dificuldade para comprovar a atividade rural** – no caso de a pessoa, quando requereu o benefício, não ter tido os documentos que comprovassem a atividade rural durante os anos exigidos (como, por exemplo, Cadastro do Incra, Bloco de Notas de Produtor Rural, Contrato de Arrendamento, Carteira de Trabalho assinada, ou mesmo outros documentos em que se comprovasse que a pessoa trabalhava na atividade rural). Inclui-se também aqui os casos em que existiram problemas decorrentes da realização da entrevista feita pelo funcionário do INSS ou do Correio.

Podem ser contempladas, neste item, tanto as pessoas que estão aposentadas, quanto aquelas que recebem pensão (excluem-se, portanto, as pessoas que recebem a renda mensal vitalícia ou o amparo assistencial).
- 05 Dificuldade para comprovar a invalidez** – quando a pessoa teve dificuldade com relação à perícia médica do INSS para que esta considerasse a sua situação como de invalidez. Este item está relacionado às pessoas que têm a aposentadoria por invalidez, a renda mensal vitalícia por invalidez ou o amparo assistencial para deficiente físico/mental.

- 06 Dificuldade para juntar os documentos exigidos pelo INSS – quando a pessoa, ao requerer o benefício, conseguiu juntar todos os documentos exigidos, mas teve muita dificuldade. Por exemplo: teve que ir buscá-los em municípios distantes ou teve que voltar várias vezes porque sempre lhe era exigido um documento a mais.
- 07 Não enfrentou problemas – quando o processo de requerimento foi normal e não houve nenhum problema.
- 98 Outros – outro tipo de problema relatado pelo informante e que não se encaixa em nenhuma das alternativas citadas. Neste caso, o entrevistador deverá registrar o problema na linha reservada para este fim, transcrevendo o código 98 para o campo indicado, à direita do formulário.

Comando: após a leitura da pergunta da questão 17, o entrevistador deverá aguardar uma resposta espontânea do informante. Caso não obtenha a resposta, o entrevistador deverá fazer uma "leitura corrida" das alternativas, isto é, ler as alternativas uma após a outra e, em seguida, aguardar a resposta. Este procedimento exigido da parte do entrevistador tem como finalidade chamar a atenção dele quanto à natureza das informações, isto é, quanto mais espontâneas forem as respostas, maior o "grau de confiança" da pesquisa; quanto mais "induzidas" forem as respostas, menor o "grau de confiança" da pesquisa. Podem ser assinaladas até três alternativas, caso sejam consideradas necessárias pelo informante. O entrevistador deverá, em seguida, transcrever o(s) código(s) da(s) alternativa(s) para o(s) campo(s), à direita do formulário.

- 18 Informe se o Sr.(a) recebeu ajuda de alguma pessoa, autoridade ou órgão para encaminhar o pedido do benefício (marque até 3 respostas, se necessário).

A questão tem a finalidade de registrar se o Beneficiário obteve alguma ajuda de pessoa, autoridade ou órgão para o encaminhamento do pedido do benefício.

Comando: igualmente à questão anterior, o entrevistador deverá, após a leitura da questão, aguardar a resposta espontânea do informante. Caso não tenha obtido a resposta, o entrevistador deverá fazer uma "leitura corrida" das alternativas e, em seguida, aguardar a resposta. Podem ser marcadas até três alternativas, caso seja necessário. O entrevistador deverá transcrever o código da(s) alternativa(s) para o(s) campo(s), à direita do formulário.

19 Nos últimos dois anos recebeu em todos os meses o Benefício Principal?

Esta questão procura saber se o Beneficiário tem recebido durante todos os meses dos últimos 2 anos, imediatamente anteriores à data da entrevista, o Benefício Principal.

Comando: o entrevistador deverá assinalar umas das alternativas, transcrevendo seu respectivo código para o campo que se encontra à direita do formulário.

20 O Benefício Principal tem sido pago em data certa?

Esta questão procura saber se o Benefício Principal tem sido pago em data certa. É importante ressaltar que a data em questão refere-se à data do depósito do benefício.

Comando: o entrevistador deverá assinalar uma das alternativas, transcrevendo o código referente a ela para o campo, à direita do formulário.

21 Quando acontece algum atraso de pagamento do Benefício Principal, qual a sua duração?

Esta questão procura registrar a duração do período de atraso no pagamento do Benefício Principal caso ele tenha ocorrido.

Comando: com seis alternativas, o entrevistador deverá assinalar aquela que apresenta o período que mais se aproxima da resposta dada pelo informante e transcrever o código referente à alternativa no campo indicado, à direita do formulário.

22 Quem retira o pagamento do benefício?

Esta questão procura saber se:

- 01 O próprio Beneficiário é quem retira o pagamento do seu benefício principal.
- 02 Outra pessoa retira o pagamento do benefício principal, por meio de procuração.
- 03 Parentes ou amigos retiram o benefício principal, sem procuração.

Comando: o entrevistador deverá assinalar apenas uma das alternativas, transcrevendo o código para o campo que se encontra à direita do formulário.

23 Como o benefício é retirado?

Esta questão tem como finalidade registrar o meio utilizado para fazer o saque do benefício principal.

- 01 **Com cartão do banco** — quando o benefício é retirado por meio de cartão magnético.
- 02 **Com carnê do banco** — incluem-se, aqui, todas as demais formas de saque do benefício feitas diretamente no banco, que não sejam por meio de cartão magnético.
- 03 **No correio (carnê)** — incluem-se, aqui, todas as formas de saque do benefício feitas na agência do correio.
- 98 **Outro (especificar)** — quando o benefício é recebido de outra forma ou em outro local, diferente daqueles citados nas alternativas anteriores. Neste caso, o entrevistador deverá registrar a informação na linha indicada para este fim e, em seguida, transcrever o código desta alternativa para o campo que se encontra à direita do formulário.

Comando: o entrevistador deverá assinalar apenas uma das alternativas, transcrevendo o seu respectivo código para o campo que se encontra à direita do formulário.

24 Recebe o benefício na mesma localidade onde reside?

Esta questão tem por finalidade registrar se a localidade onde o Beneficiário recebe o seu benefício principal coincide com aquela em que reside.

Comando: o entrevistador deverá assinalar apenas uma das alternativas, transcrevendo o código correspondente para o campo à direita do formulário.

25 Qual a distância aproximada entre sua residência e o local onde recebe o benefício?

Esta questão procura saber qual a distância aproximada (em km) entre a residência do Beneficiário e o local onde recebe o benefício principal.

Comando: o entrevistador deverá escrever a quilometragem informada, transcrevendo-a para o campo, à direita do formulário.

Obs.: quando a unidade informada for diferente de km (por exemplo: léguas, passos...), o entrevistador deverá especificá-la na linha indicada, sem escrever os números nos campos que se encontram à direita do formulário (pois, estes campos referem-se, unicamente, às unidades informadas em km).

26 Quantas pessoas no domicílio (além do beneficiário identificado) recebem mensalmente algum tipo de benefício pago pela previdência social?

Esta questão tem como finalidade identificar se existe alguém no domicílio, além do Beneficiário, que recebe mensalmente algum tipo de benefício pago pela previdência social.

Comando: caso a resposta seja afirmativa, o entrevistador deverá escrever o número de pessoas, transcrevendo esse número para o campo indicado à direita do formulário.

Caso a resposta seja negativa, o entrevistador deverá assinalar a alternativa "nenhuma", transcrevendo o código correspondente (00) para o campo indicado, à direita do formulário e, em seguida, pular para a questão 28.

27 Se responder positivamente ao item anterior, informe:

Este quadro deverá ser preenchido, unicamente, nos casos em que exista alguma outra pessoa no domicílio, além do Beneficiário, que receba mensalmente algum tipo de benefício pago pela previdência social.

Comando: o entrevistador deverá escrever o(s) nome(s) da(s) pessoa(s) que recebe(m) algum tipo de benefício pago pela previdência social. Em seguida, na mesma linha de cada nome (caso haja mais de um nome), e acompanhando as colunas, o entrevistador deverá escrever o código correspondente:

- ao grau de parentesco desta pessoa com relação ao Beneficiário – TC1;
- ao sexo – TC2;
- à idade da pessoa;
- ao tipo de benefício pago pela previdência social – TC3 (em caso de outros, especificar qual o tipo de benefício recebido).

28 Existe no domicílio pessoa(s) inválida(s) sem receber o benefício por invalidez?

Esta questão procura identificar se existem no domicílio pessoas inválidas ou portadores de deficiência física ou mental sem receber o benefício por invalidez ou amparo assistencial.

Comando: caso a resposta seja afirmativa, o entrevistador deverá assinalar a primeira alternativa, transcrevendo o código correspondente para o campo, à direita do formulário. Caso a resposta seja negativa, o entrevistador deverá assinalar a segunda alternativa, transcrevendo o seu código para o campo que se encontra à direita do formulário e pular para a questão 32.

29 Quantas?

Comando: dando continuidade à questão anterior, o entrevistador deverá escrever nas linhas o total de pessoas inválidas ou portadoras de deficiência física ou mental, residentes no domicílio e que não recebem o benefício por invalidez e, nas linhas seguintes, subdividi-las em número de homens e de mulheres, nas mesmas condições. O entrevistador deverá transcrever estes números para os campos indicados à direita do formulário.

30 Existem no domicílio pessoas idosas (homens acima de 60 anos e mulheres acima de 55 anos) ocupadas em atividades rurais que não recebem aposentadoria por idade?

Esta questão procura identificar se existem pessoas idosas, residentes no domicílio, que teriam o direito ao benefício e não o recebem, incluindo, também, os casos em que foram feitos os pedidos de requerimento dos benefícios e que ainda não obtiveram resposta.

Comando: caso a resposta seja afirmativa, o entrevistador deverá assinalar o código correspondente, transcrevendo-o para o campo à direita do formulário.

No caso de resposta negativa, o entrevistador deverá assinalar a respectiva alternativa, transcrevendo o seu código para o campo indicado e pular para a questão 32.

31 Quantas?

Esta pergunta deverá ser feita apenas para os casos em que existam, no domicílio, pessoas idosas sem receber benefício por idade (questão 30 – alternativa 01).

Comando: o entrevistador deverá escrever o número total de pessoas na 1ª linha, transcrevendo esse número para o campo, à direita do formulário. Na sequência, deverá escrever o número de homens na 2ª linha e o número de mulheres na 3ª linha, transcrevendo-os, na mesma sequência, para os campos existentes à direita do formulário.

BLOCO 4 - DOMICÍLIO

O bloco 4 concentra algumas questões relativas ao domicílio do beneficiário. Considera-se domicílio o local de moradia estruturalmente independente, constituído por um ou mais cômodos, com entrada privativa. Por extensão, são também considerados domicílios, veículos, barracas, tendas, grutas e outros locais utilizados como moradia na data da aplicação do formulário.

Encontram-se, também, questões referentes à atual residência do beneficiário, bem como a ocorrência ou não de mudança de domicílio após tornar-se beneficiário da previdência. A partir do registro dessas informações, procura-se estabelecer algum tipo de comparação entre os dois tipos de moradia do beneficiário - atual e última moradia, aquela considerada imediatamente anterior à atual (para os casos em que tenha ocorrido mudança de domicílio), bem como a existência ou não de alguma relação causal entre a migração do beneficiário e o recebimento do benefício.

32 Quantas pessoas residem no domicílio?

Esta questão procura saber o número de pessoas que residem no domicílio. Considera-se pessoas residentes no domicílio o morador presente e o morador ausente.

Morador presente: é a pessoa, parente ou não, que tem o domicílio como local de residência habitual e nele se encontra na data da entrevista;

Morador ausente: é a pessoa que mora habitualmente no domicílio e que, na data da entrevista, não está presente por motivo de viagem, negócio, internação no colégio, internação temporária no hospital, detenção sem sentença definitiva, embarque de marítimos, etc., desde que o período de afastamento dela não seja superior a 12 meses;

Obs.: não deve ser registrado o não morador presente - é a pessoa, parente ou não, que não tem residência fixa no domicílio, mas que ali esteja hospedado na data da entrevista.

Comando: nas primeiras três linhas reservadas para este fim, o entrevistador deverá registrar o número de crianças com menos de 10 anos residentes no domicílio, dividindo-os em total, homens e mulheres, e transcrevê-los na mesma ordem para os campos que se encontram à direita do formulário. Nas linhas abaixo, o entrevistador registrará o número de pessoas acima de 10 anos que residem no domicílio, dividindo-os em total, homens e mulheres e, em seguida, transcrever os números, na mesma ordem, para os campos que se encontram à direita do formulário.

33 Desde quando reside neste domicílio?

Esta questão procura saber o tempo de residência do Beneficiário no domicílio pesquisado, considerando o mês e o ano em que se deu o início da moradia.

Comando: o entrevistador deverá transcrever os números referentes ao mês e ano nos campos que se encontram à direita do formulário, isto é, nas duas primeiras caselas (da esquerda para a direita), o entrevistador deverá preencher com os números referentes ao mês e, nas duas últimas caselas, com os números relativos ao ano. Caso o informante não se lembre do mês, o entrevistador deverá preencher as caselas com 00.

Exemplo: fevereiro de 1947 =

0

2

4

7

34 Após se tornar beneficiário da Previdência Social, mudou de domicílio?

Esta questão tem como finalidade verificar se houve mudança de domicílio após o beneficiário passar a receber o benefício principal da previdência social.

Comando: caso a resposta seja afirmativa, o entrevistador deverá assinalar a primeira alternativa, transcrevendo o seu respectivo código para o campo, à direita do formulário. Se a resposta for negativa, deverá assinalar a segunda alternativa, transcrevendo o seu código para o campo, à direita do formulário, e pular para a questão 38a. Neste caso, o entrevistador deverá obter apenas as informações referentes à moradia atual, cujas questões encontram-se, em sequência, formando a coluna da esquerda do formulário – 38a; 38c; 38e; 38g; 38i; 38l; 38n; 38p; 38r.

35 Quantas vezes já mudou?

Esta pergunta tem a intenção de registrar o número de vezes em que o Beneficiário mudou de domicílio após ter recebido o benefício principal da previdência social.

Comando: depois de ter registrado a informação no espaço apropriado para este fim, o entrevistador deverá transcrever o mesmo número para o campo que se encontra à direita do formulário.

36 Onde se localizava o domicílio anterior ao que mora hoje?

Esta questão tem como finalidade verificar a localização do domicílio anterior ao que o Beneficiário mora hoje.

Comando: se o domicílio encontrava-se na zona urbana, o entrevistador deverá assinalar a primeira alternativa, especificando, em seguida, o município, estado e país e transcrevendo o código da alternativa para o campo à direita do formulário. Se o domicílio anterior do beneficiário encontrava-se na zona rural, o entrevistador deverá assinalar a segunda alternativa, especificando o município, estado e país e transcrevendo o código correspondente à alternativa para o campo que está à direita do formulário.

37 Qual a causa desta última mudança?

Nesta questão, o entrevistador deverá perguntar ao informante as razões que o levaram a mudar de domicílio ou a fazer a última mudança, caso tenha havido mais de uma mudança de domicílio.

Comando: o entrevistador deverá anotar com precisão e objetividade as causas da mudança de domicílio, para que, posteriormente, seja feito um quadro de referência codificado para esta questão.

38 Características da moradia atual e da última (anterior a atual), caso exista.

Esta questão dá início a uma série de perguntas relativas às características do domicílio do beneficiário. Procura-se identificar tanto as características da atual moradia do Beneficiário, como também compará-la com as características da última moradia imediatamente anterior à atual, caso ele tenha mudado de domicílio.

As questões relativas à moradia atual estão alinhadas do lado esquerdo da página, correspondendo às questões de número 38a; 38c; 38e; 38g; 38i; 38l; 38n; 38p; 38r; e aquelas referentes à última moradia do beneficiário estão alinhadas do lado direito da página e correspondem às de número 38b; 38d; 38f; 38h; 38j; 38m; 38o; 38q; 38s.

Caso não tenha ocorrido mudança de domicílio, o entrevistador deverá assinalar as alternativas referentes à moradia atual e registrar, unicamente, os códigos correspondentes a ela nas duas primeiras caselas, deixando as outras duas vazias.

		-		
Moradia			Última	
atual			moradia	

Caso tenha ocorrido mudança de domicílio, recomenda-se ao entrevistador fazer, primeiro, todas as perguntas referentes às características da moradia atual (questões: 38a; 38c; 38e; 38g; 38i; 38l; 38n; 38p; 38r) e, depois, fazer as mesmas perguntas para a última moradia (38b; 38d; 38f; 38h; 38j; 38m; 38o; 38q; 38s).

Comando: nos campos para codificação das questões de número 38, encontrados à direita do formulário, o entrevistador deverá preencher as duas primeiras caselas para os códigos correspondentes à moradia atual e as duas últimas caselas para os códigos que correspondem à última moradia do beneficiário.

38a A moradia atual é:

38b A última moradia era:

Esta questão procura saber se a atual moradia e a última moradia do Beneficiário são particulares (alternativa 01) ou coletivas (alternativa 02).

- 01 Moradia particular:** considera-se moradia particular aquela que serve de domicílio para, no máximo, cinco famílias. As condições básicas para caracterizar um domicílio como particular são a separação e a independência. Por separação compreende-se um local de habitação limitado por paredes, muros, cercas, etc., coberto por um teto, permitindo a uma pessoa ou um grupo de pessoas o isolamento das demais, com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente. Por independência compreende-se o acesso direto ao local de habitação sem passar por locais de habitação de outras pessoas.
- 02 Moradia coletiva:** são conceituadas como Moradias Coletivas os estabelecimentos institucionais – hotéis, hospitais, asilos, mosteiros, quartéis, escolas, prisões e assemelhados – ocupados por grupos conviventes e/ou famílias, nos quais a relação entre os moradores se restringe à subordinação de ordem administrativa e ao cumprimento de ordens de convivência. São considerados também como coletivos os domicílios não institucionais que, na data da coleta de dados, estejam servindo de moradia a um grupo de seis ou mais pessoas sem relação de parentesco ou subordinação doméstica, e aqueles em que residiam seis ou mais famílias.

Comando: caso a informação dada seja a primeira alternativa, o entrevistador deve dar continuidade à entrevista. Caso a resposta seja a segunda alternativa, especifique o tipo de moradia coletiva (asilo, hospital, ...) e **ENCERRE A ENTREVISTA**. Transcreva os códigos correspondentes nos campos que se encontram à direita do formulário.

38c A atual moradia tem paredes de:

38d A última moradia tinha paredes de:

Esta questão procura saber as características do tipo de construção utilizada na parede da atual moradia e da última moradia do beneficiário. Considera-se:

- 01 **Parede de Alvenaria:** refere-se a paredes de pedras naturais ou artificiais, ligadas ou não por argamassa e recobertas ou não de reboco;
- 02 **Parede de Madeira:** refere-se à parede que utiliza qualquer tipo de madeira aparelhada, mesmo quando não se encontra em boas condições de conservação, com exclusão de madeira aproveitada de embalagem, tapume, etc.;
- 03 **Parede de Madeira Aproveitada:** refere-se à madeira aproveitada de embalagem, tapume, ou qualquer outro material anterior. Não se considera como aproveitada a madeira própria para parede mas já utilizada anteriormente;
- 04 **Taipa não Revestida:** refere-se à parede feita de barro ou cal e areia com estacas e varas de madeira, tabique, estuque ou pau-a-pique;
- 98 **Outro Tipo de Material:** enquadram-se aqui paredes que utilizam material não especificado em nenhuma das categorias anteriores. Neste caso, especifique na linha pontilhada o tipo de material utilizado.

O entrevistador deve considerar, também, neste item, as casas mistas, aquelas que foram construídas com material apropriado (paredes de alvenaria e de madeira pré-fabricada, tratada e preparada para este fim) ou com material apropriado e material adaptado (paredes de taipa não revestida, palha ou outro tipo de material aproveitado).

Comando: o entrevistador deverá assinalar apenas uma alternativa para cada moradia (caso tenha ocorrido mudança de domicílio), transcrevendo o código nos campos indicados.

38e Qual o número de cômodos da moradia atual?

38f Qual o número de cômodos da última moradia?

Esta questão tem como finalidade registrar o número de cômodos da atual moradia e da última moradia do beneficiário. São considerados cômodos todos os compartimentos integrantes do domicílio (inclusive banheiros e cozinhas), separados por paredes, inclusive os existentes na parte externa do prédio (desde que constituam parte integrante do domicílio), com exceção de corredores, alpendres, varandas abertas, garagens, privadas externas, depósitos e outros compartimentos utilizados para fins não residenciais;

Comando: o entrevistador deverá escrever o número de cômodos na(s) linha(s) indicada(s), transcrevendo-o(s) para o(s) campo(s) indicado(s).

38g A atual moradia é:

38h A última moradia era:

Esta questão procura saber a condição de ocupação da moradia atual e da última moradia do beneficiário.

- 01 **Moradia Própria:** é considerado moradia própria o domicílio cujo prédio e o terreno sejam de propriedade de um ou mais de um de seus residentes, independentemente de seu proprietário já ter acabado de pagar o imóvel ou ainda estar pagando;
- 02 **Moradia Alugada:** refere-se ao domicílio alugado, mesmo que o aluguel seja pago por pessoa não moradora, ou que o aluguel seja pago parcialmente pelo morador;
- 03 **Moradia Cedida:** deve ser registrada moradia cedida quando o domicílio é cedido gratuitamente por particular (parente, não parente, instituição ou empregador), ainda que mediante uma taxa de ocupação ou conservação;
- 04 **Outra Condição:** quando a moradia for ocupada de forma diferente das anteriores. Neste caso, o entrevistador deverá especificar na linha pontilhada a condição de ocupação do domicílio.

Comando: o entrevistador deverá assinalar apenas uma alternativa, transcrevendo o código correspondente para o campo indicado.

38i A principal forma de abastecimento de água da moradia atual é:

38j A principal forma de abastecimento de água da última moradia era:

Esta questão procura saber a forma de abastecimento de água da moradia atual e da última moradia do beneficiário.

Considera-se:

- 01 **Rede geral** – quando o domicílio for servido de água proveniente de uma rede geral de abastecimento;

- 02 **Torneira pública ou chafariz** – quando o domicílio for abastecido por água apanhada em fontes públicas;
- 03 **Carro-pipa** – quando o domicílio for abastecido por água de carro-pipa;
- 04 **Cisterna** – quando o domicílio for abastecido por reservatório de água das chuvas ou reservatório subterrâneo de água potável;
- 05 **Poço ou nascente** – quando o domicílio for servido de água proveniente de poço ou de nascentes próprias;
- 06 **Rio, açude ou barreiro** – quando o domicílio for abastecido por água apanhada de rio, açude ou barreiro;
- 07 **Água do vizinho** – quando o domicílio for abastecido com água do vizinho;
- 98 **Outro (especificar)** – quando o abastecimento de água do domicílio for de outra origem, diferente das formas citadas nas alternativas anteriores. Neste caso, o entrevistador deverá especificar, na linha indicada para este fim, a forma de abastecimento de água do domicílio.

Comando: o entrevistador deverá assinalar apenas uma alternativa, transcrevendo o código correspondente para o campo indicado.

- | | |
|---|--|
| 38l O principal tipo de instalação sanitária da moradia atual é: | 38m O principal tipo de instalação sanitária da última moradia era: |
|---|--|

Esta questão procura saber o tipo de instalação sanitária da moradia atual e da última moradia do beneficiário. Considera-se:

- 01 **Rede geral:** quando o escoadouro do aparelho sanitário está ligado a uma rede geral da área, região ou município;
- 02 **Fossa séptica:** é quando o aparelho sanitário está ligado à fossa séptica (cavidade subterrânea) mesmo que esta seja comum a mais de um domicílio;
- 03 **Fossa comum (rudimentar):** refere-se à instalação sanitária (havendo ou não aparelho) ligada a fossa rústica (fossa negra, poço, buraco, etc.), mesmo que esta seja de uso comum a mais de um domicílio;
- 04 **Não tem:** ausência de instalação sanitária na moradia;
- 98 **Outro:** quando a instalação sanitária (havendo ou não aparelho) está ligada diretamente a um escoadouro que não seja rede de esgoto ou fossa, tal como rio, lago, etc. Neste caso, o entrevistador deverá especificar, na linha indicada para este fim, a forma de escoadouro.

Comando: o entrevistador deverá assinalar apenas uma alternativa, transcrevendo o código correspondente para o campo indicado.

38n O principal tipo de abastecimento de luz da moradia atual é:

38o O principal tipo de abastecimento de luz da última moradia era:

Esta questão procura saber o tipo de abastecimento de luz utilizado na moradia atual e na última moradia do beneficiário.

Considera-se:

- 01 Com acesso à rede geral – para o domicílio que possui iluminação elétrica proveniente de uma rede geral, com ou sem medidor ou relógio.
- 02 Com acesso a motor – para o domicílio que possui iluminação elétrica proveniente de motor ou gerador.
- 03 A querosene – para o domicílio que não possui iluminação elétrica e a luz é obtida por lampião a óleo, querosene ou gás liquefeito.
- 04 Não tem – quando não se utiliza iluminação na moradia.
- 98 Outro (especificar) – quando a iluminação no domicílio é obtida de outra forma, que não foi citada nas alternativas anteriores (vela, fogueira, lanterna, etc.). Neste caso, o entrevistador deverá especificar, na linha reservada para este fim, qual é o tipo de abastecimento de luz da moradia.

Comando: o entrevistador deverá assinalar apenas uma das alternativas, transcrevendo o código correspondente para o campo indicado.

38p A moradia atual tem telefone:

38q A última moradia tinha telefone:

Esta questão procura saber se a moradia atual e a última moradia do beneficiário têm ou não têm telefone. Considera-se:

- 01 Sim – quando o domicílio dispõe de uma ou mais linhas de telefone, mesmo que tenha extensão de outro domicílio. A linha ou número de telefone poderá ser particular ou comunitária. Incluem-se, também, as moradias que possuem ramal no domicílio.
- 02 Não – quando não há linha ou número de telefone, particular ou comunitário, à disposição do domicílio.

Comando: o entrevistador deverá assinalar apenas uma das alternativas informadas, transcrevendo o código correspondente a ela para o campo indicado.

38r A moradia atual possui quais dos utensílios domésticos citados (marque mais de uma resposta, se necessário):

38s A última moradia possuía quais dos utensílios domésticos citados (marque mais de uma resposta, se necessário):

Esta questão procura saber quais os utensílios domésticos que o beneficiário possui em sua moradia atual e última moradia.

Comando: o entrevistador poderá assinalar mais de uma alternativa para cada moradia (caso tenha ocorrido mudança de domicílio), transcrevendo os respectivos códigos para os campos indicados.

BLOCO 5 - RELAÇÕES FAMILIARES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A partir das questões contidas neste bloco, pretende-se obter informações do beneficiário e da unidade familiar da qual faz parte, relativas à dinâmica familiar e organizacional, enfatizando os aspectos econômicos e sociais de cooperação e ajuda mútua intrafamiliar e comunitária.

A **organização social**, no contexto da pesquisa, refere-se à participação do entrevistado, ou de algum membro da sua família, em associações do tipo cooperativas, sindicatos ou grupos associativos em geral. O conceito abrange, também, práticas solidárias de ajuda mútua, de vários tipos, para membros de sua família e da comunidade.

Considera-se **família** o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica que vivem no mesmo domicílio, ou pessoa que vive só, em domicílio independente.

39 Quem é o chefe do domicílio onde reside o Beneficiário:

Esta questão tem como finalidade verificar quem é o chefe do domicílio onde reside o beneficiário. Considera-se **chefe do domicílio** o morador (homem ou mulher) responsável pelo domicílio ou pela família e que seja assim considerado pelas demais pessoas que ali residem.

Comando: esta questão tem oito alternativas, entre as quais sete são de membros da família (essas relações de parentesco já foram definidas na questão 2 do bloco 1).

Na alternativa 07 – Nesta questão, considera-se **parentes/afins** o morador, residente no mesmo domicílio do beneficiário e que mantém com ele ou com a família, ou com o seu cônjuge, qualquer grau de parentesco, e é considerado pelos membros da casa como o chefe do domicílio, conforme definição acima. O entrevistador deverá assinalar apenas uma alternativa, transcrevendo o código correspondente para o campo indicado, à direita do formulário.

40 Qual o número de pessoas sem rendimentos monetários residentes no domicílio?

Esta questão procura registrar o número de pessoas (independentemente da idade) residentes no domicílio que não dispõem de condições financeiras próprias de sobrevivência – total ou parcial – e que, portanto, vivem às custas de outros moradores do domicílio. Consideram-se:

dependentes econômicos: pessoas que não dispõem de condições próprias de sobrevivência – total ou parcial – e que, portanto, vivem às custas do Beneficiário da Previdência Social Rural.

Comando: o entrevistador deverá escrever o número total de pessoas sem rendimento monetário na primeira linha, subdividindo-o em número de homens e número de mulheres. Em seguida, transcrever o número relativo à cada condição nos campos indicados à direita do formulário.

41 O Beneficiário ajudou alguém economicamente fora do domicílio nos últimos 12 meses?

Nesta questão procura-se saber se o Beneficiário ajudou economicamente alguma pessoa residente fora de seu domicílio, nos últimos 12 meses. Considera-se nesta questão:

- **ajuda econômica:** ajuda financeira (em dinheiro) a terceiros (exemplo: recurso, em dinheiro, para compra de vestuário do neto).

Comando: o entrevistador deverá assinalar uma das alternativas, transcrevendo o seu código para o campo indicado. Caso a alternativa informada tenha sido a segunda (02 – Não), o entrevistador deverá pular para a questão número 43.

42 Quantas pessoas?

Esta questão procura registrar o número de pessoas não residentes no domicílio que o Beneficiário ajuda financeiramente (em dinheiro).

Comando: o entrevistador deverá escrever o número, transcrevendo-o para o campo indicado à direita do formulário.

43 Qual das formas de ajuda descritas abaixo praticou nos últimos 12 meses (marque até 3 respostas, se necessário):

Esta questão tem como finalidade verificar que tipos de ajuda foram praticadas pelo Beneficiário, para alguma pessoa residente fora do domicílio, nos últimos 12 meses.

Consideram-se, nesta questão, as ajudas gratuitas e em espécie.

- As **ajudas gratuitas** referem-se a todo e qualquer tipo de ajuda mútua, praticada pelo Beneficiário da Previdência Social Rural, dirigida a pessoas carentes ou em benefício da comunidade onde reside. A característica básica é o caráter não mercantil e solidário da ação;
- A **ajuda em espécie** refere-se, fundamentalmente, à doação para terceiros de produtos alimentares ou de outra natureza.

Poderão ser marcadas até três respostas, sendo transcritos os seus respectivos códigos nos campos indicados, à direita do formulário.

Comando: o entrevistador deverá perguntar ao informante se ele ajudou alguma pessoa que não reside no domicílio, nos últimos 12 meses. Após fazer a pergunta, o entrevistador deverá, primeiro, aguardar uma resposta espontânea do Beneficiário. Caso isso não ocorra, o entrevistador deverá ler as alternativas, uma após a outra, de forma contínua e, somente após a leitura delas, esperar as respostas, assinalando-as e transcrevendo os seus respectivos códigos para os campos indicados à direita do formulário. O entrevistador deverá observar que poderão ser assinaladas até três alternativas, em ordem de prioridade, isto é, aquelas que o informante considerar mais importantes ou as de maior frequência.

44 Indique as principais categorias de produtos doados nos últimos 12 meses (marque até 3 respostas, se necessário):

Esta questão tem como finalidade relacionar os principais produtos que foram doados pelo Beneficiário para alguma pessoa não residente no domicílio, nos últimos 12 meses.

Comando: igualmente à questão anterior, o entrevistador deverá perguntar ao informante se foram doados produtos para alguém que não reside no domicílio, nos últimos 12 meses. O entrevistador deverá aguardar uma resposta espontânea do informante. Caso obtenha a resposta de forma espontânea, deverá relacionar os principais produtos doados, ajustando-os às alternativas correspondentes (exemplo: roupas e sapatos correspondem a vestuário e calçado - alternativa 02). Caso isso não ocorra, deverá ler as alternativas seguidamente e, somente após a leitura de todas elas, o entrevistador deverá assinalar até três alternativas informadas (sempre priorizando as mais importantes ou as de maior frequência) e transcrever os seus respectivos códigos para os campos indicados, à direita do formulário.

- 45 O Beneficiário participa de algum grupo ou associação dentre as citadas abaixo?**
(marque até 3 respostas, se necessário):

Esta questão procura saber se o Beneficiário da Previdência Social Rural ou algum membro do domicílio participa de algum grupo ou associação, que pode ser uma entidade formal ou informal, de classe ou não. O entrevistador deverá assinalar até, no máximo, três respostas afirmativas, transcrevendo o código correspondente para os campos indicados, à direita do formulário de pesquisa.

Caso a alternativa indicada seja a 07 (não participa), o entrevistador deverá pular para a questão número 47.

- 46 Quais as principais atividades oferecidas pelas entidades de que participa?**
(marque até 3 respostas, se necessário)

Esta questão tem como finalidade arrolar as principais atividades oferecidas pelas entidades que foram relacionadas na questão 45 e que o Beneficiário ou algum membro do domicílio participa.

Considera-se, nesta questão, como:

- 01 Assistencial:** atividades que têm por objetivo a assistência ou atendimento imediato e individual, como o atendimento médico, dentário, hospitalar, atendimento jurídico, ou de distribuição de alimentos ou roupas, entre outros.
- 02 Social ou recreativo:** refere-se a atividades em que as pessoas se reúnem para desfrutar da convivência com outras pessoas, para recreação e lazer ou para desenvolver tarefas em benefício assistencial a outras pessoas.

Entendem-se, também, como sociais, as atividades voltadas ao ensino de habilidades oficiais destinadas ao aumento da renda familiar.
- 03 Prestação de serviços ou apoio à produção:** são atividades relacionadas à produção, industrialização e comercialização. Incluem-se, neste item, as atividades voltadas à assistência técnica e à venda de insumos e equipamentos.
- 04 Defesa de direitos:** quando a entidade tem por finalidade a organização, a reivindicação e a defesa de direitos sociais, econômicos, trabalhistas e outros.
- 98 Outros:** quando a entidade desenvolve outras atividades que não foram citadas nas alternativas acima. Neste caso, o entrevistador deverá especificar, na linha reservada para este fim, a atividade oferecida pela entidade que o Beneficiário ou algum outro membro do domicílio participa.

Comando: o entrevistador poderá marcar até três respostas e transcrever os seus respectivos códigos para os campos indicados à direita do formulário.

BLOCO 6 - RELAÇÃO DO BENEFICIÁRIO COM A ATIVIDADE ECONÔMICA

As questões contidas neste bloco têm o objetivo de identificar a existência ou não de algum tipo de atividade econômica exercida pelo Beneficiário ou algum residente no mesmo domicílio, em estabelecimento rural. Considera-se:

estabelecimento rural (ou agropecuário): todo terreno de área contínua, independentemente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processe uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes ou temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais. Excluíram-se da investigação os quintais de residências e hortas domésticas.

47 O beneficiário ou alguém residente no mesmo domicílio é responsável atualmente por estabelecimento rural?

Esta questão procura saber se o Beneficiário ou algum outro membro residente no mesmo domicílio é responsável, atualmente, por um estabelecimento rural, isto é, se explora uma área rural ou exerce outra atividade econômica rural ou de subsistência em estabelecimento próprio ou de terceiros.

Comando: caso a alternativa seja afirmativa, o entrevistador deverá transcrever o código correspondente para o campo indicado, prosseguindo a entrevista normalmente. Caso a resposta seja negativa, o entrevistador deverá assinalar a alternativa correspondente, transcrevendo o seu código no campo indicado, à direita do formulário, e pular para o bloco 7.

48 Indique a atividade rural predominante ou se o estabelecimento está inativo.

Dando continuidade à pergunta anterior, procura-se indicar, nesta questão, se existe alguma atividade rural predominante no estabelecimento, exercida pelo Beneficiário ou outro membro residente no mesmo domicílio, ou se o estabelecimento rural é inativo. A **inatividade completa** refere-se ao estabelecimento rural sob a responsabilidade econômica do beneficiário ou de algum outro membro residente em seu domicílio, que se encontra, no ano agrícola vigente, sem qualquer tipo de exploração ou atividade com caráter empresarial ou de subsistência.

Comando: o entrevistador deverá perguntar, inicialmente, se o estabelecimento está produzindo ou não.

- Caso esteja sendo desenvolvida alguma atividade rural, o entrevistador deverá assinalar qual a principal atividade desenvolvida no estabelecimento, "enquadrando-a" em uma das alternativas existentes na questão. Para isso, é importante que o entrevistador se utilize dos conhecimentos que tem sobre as atividades rurais que são desenvolvidas em cada uma das alternativas da questão, além do "bom senso" para estabelecer o ajuste entre a principal atividade informada e a alternativa que lhe corresponde. Em seguida, o entrevistador deverá transcrever o código correspondente à alternativa assinalada para o campo que se encontra à direita do formulário e pular para a questão 50.
- Caso a resposta informada seja a de "inatividade completa", o entrevistador deverá assinalar a alternativa correspondente, (09) transcrevendo o seu código para o campo indicado e, em seguida, registrar a causa do abandono do estabelecimento na questão 49.

49 Indique a causa do abandono deste estabelecimento.

Esta questão tem como objetivo verificar que causas levaram o estabelecimento rural à condição de "inatividade completa", referindo-se, com isso, a estabelecimento rural sob a responsabilidade econômica do beneficiário ou de algum membro residente em seu domicílio, que se encontra, no ano agrícola vigente, sem qualquer tipo de exploração ou atividade, independentemente de ter ou não caráter econômico.

Comando: o entrevistador deverá aguardar uma resposta espontânea da parte do informante, escrevendo-a com clareza, objetividade e precisão, para que, posteriormente, a partir das informações registradas, seja possível fazer um quadro de alternativas codificadas para esta questão.

50 O beneficiário utiliza de alguma maneira a renda da aposentadoria ou pensão para manutenção da atividade rural citada?

Nesta questão procura-se saber se o beneficiário ou algum outro membro residente no mesmo domicílio utiliza de alguma maneira a renda da aposentadoria ou pensão (benefício da Previdência Social Rural) para a manutenção da atividade rural citada na questão 48.

Comando: caso a resposta seja afirmativa, o entrevistador deverá assinalar a alternativa correspondente, transcrevendo o seu código para o campo indicado. No caso de resposta negativa, o entrevistador deverá assinalar a alternativa correspondente, transcrevendo o seu código no campo indicado e pular para a questão número 52.

51 Em quais das formas abaixo o Beneficiário utiliza a renda do seu Benefício Principal?

Nesta questão procura-se saber de que forma a renda da aposentadoria ou pensão do beneficiário é utilizada no estabelecimento rural.

Considera-se, nesta pesquisa:

- 01 Custeio da atividade produtiva da família:** os recursos destinados à compra de sementes, insumos, adubo, agrotóxicos, etc., além do pagamento de mão-de-obra agrícola.
- 02 Compra de máquinas e/ou equipamentos:** recursos destinados à compra de máquinas e equipamentos agrícolas.
- 98 Outros:** recursos destinados à compra de alguma outra coisa necessária para a manutenção da atividade rural e que não foi citada nas alternativas anteriores. Neste caso, o entrevistador deverá especificar, nas linhas reservadas para este fim, o que foi comprado para o exercício da atividade rural no estabelecimento, com a renda da aposentadoria ou pensão do beneficiário.

Comando: o entrevistador deverá assinalar a alternativa informada transcrevendo o código para o campo indicado à direita do formulário.

BLOCO 7 - QUADRO OCUPACIONAL

Este bloco compreende, unicamente, o quadro ocupacional que se encontra na questão 52, contendo questões relativas à ocupação e ao rendimento do beneficiário, de membros de sua família e dos demais membros residentes no mesmo domicílio.

Estas questões devem ser respondidas pelas pessoas de 10 anos ou mais de idade, residentes no domicílio, ou por alguém que por elas possa responder, inclusive por aquelas que não exerceram nenhum tipo de trabalho nos últimos 12 meses.

52 Quadro ocupacional para as pessoas de 10 anos ou mais, relativo aos últimos 12 meses (inclusive beneficiário)

Esta questão contempla o quadro ocupacional já mencionado no destaque do bloco 7, por meio do qual procura-se investigar, a partir das informações contidas nele, as relações e condições de trabalho, nos últimos 12 meses, do beneficiário, de membros de sua família e de outros membros residentes no mesmo domicílio, com mais de 10 anos de idade.

Comando: o entrevistador deverá, num primeiro momento, perguntar ao informante o número de pessoas residentes no domicílio. Em seguida, deverá registrá-los na coluna a com o código referente ao grau de parentesco de cada um deles em relação ao beneficiário (TC1) e, na coluna b e coluna c, o sexo (TC2) e idade, respectivamente. Os códigos correspondentes a cada coluna, indicados como TC1 e TC2, encontram-se no rodapé do quadro ocupacional.

Em seguida, o entrevistador deverá perguntar, seqüencialmente, sobre os itens arrolados nas letras d, e, f, g, h, i, j, relacionando-os, um por um, para cada membro residente no domicílio, começando pelo beneficiário.

Dessa forma, o entrevistador fará as perguntas referentes ao quadro ocupacional para cada membro residente no domicílio, registrando as informações fornecidas sobre:

- o número de meses trabalhados no período considerado (coluna d - escrever o número de meses trabalhados ou o código 99 (TC3) quando não trabalhou);
- a ocupação principal (coluna e - escrever a ocupação exercida pela pessoa);
- a relação de trabalho ou posição na ocupação (coluna f - registrar com os códigos TC4);
- o ramo de atividade (coluna g - registrar com os códigos TC5);
- o local de ocupação (coluna h - registrar com os códigos TC6);
- o rendimento da ocupação principal (coluna i - escrever o rendimento em R\$) e quando se tratar de produção para autoconsumo escrever “autoconsumo”;
- a periodicidade do rendimento (coluna j - registrar com os códigos TC7).

O entrevistador deverá seguir, rigorosamente, os conceitos abaixo definidos:

Para a coluna e – Ocupação Principal: é considerada aquela em que a pessoa se ocupa no maior número de horas semanalmente ou, em caso de igualdade de horas trabalhadas, aquela que proporciona maior rendimento;

Vale lembrar que a Ocupação se refere ao ofício ou atividade que o indivíduo exerce em seu trabalho e que não está necessariamente relacionada à sua formação profissional obtida por meio do diploma ou experiência anterior acumulada.

Para a coluna f – Relações de trabalho ou posição na ocupação códigos TC4, considera-se:

- 01 **Conta-própria** - refere-se à pessoa que exerce uma atividade individualmente ou com a ajuda de membros da família, podendo contar com o auxílio eventual de terceiros. Incluem-se aqui os pequenos proprietários rurais que trabalham em regime de economia familiar.

- 02 **Assalariado** – é o indivíduo que possui vínculo empregatício caracterizado pela legislação trabalhista vigente, com ou sem carteira de trabalho assinada. Do setor rural, incluem-se aqui os assalariados permanentes e os safristas (aqueles que trabalham durante todo o período da safra, como os assalariados do corte da cana).
- 03 **Meciro/parceiro** – refere-se à pessoa que explora ou exerce uma atividade econômica (agricultura, pecuária, extração vegetal, pesca ou garimpo) pagando ao proprietário com um percentual da produção, mediante contrato verbal ou escrito.
- 04 **Arrendatário** – refere-se à pessoa que utiliza a terra por arrendamento, mediante pagamento em quantia fixa de dinheiro ou quota-parte da produção.
- 05 **Diarista** – Refere-se ao trabalhador rural que trabalha para vários empregadores, normalmente por um curto prazo de tempo e cuja remuneração é calculada por dia.
- 06 **Ganho por produção** – refere-se ao trabalhador rural que trabalha para um proprietário e cujo rendimento recebido varia de acordo com a quantidade produzida.
- 07 **Ganho por empreitada** – refere-se ao trabalhador rural encarregado de cultivar determinada área ou de realizar determinada atividade cuja remuneração depende do cumprimento das metas e resultados previamente definidos, independente do tempo utilizado para sua realização.
- 08 **Ajudante de família**, também considerado membro não remunerado da família – refere-se à pessoa que exerce uma atividade econômica sem remuneração, trabalhando pelo menos 15 horas por semana, em ajuda a membro do domicílio.
- 09 **Empregador** - refere-se à pessoa que explora uma atividade econômica com o auxílio de um ou mais empregados. Não se considerou empregador a pessoa que só tem empregado doméstico.
- 97 **Não se aplica** – utilizado para as pessoas que não exercem nenhum tipo de atividade.
- 98 **Outros** – refere-se a outro tipo de relação de trabalho que não foi contemplado anteriormente. Neste caso, o entrevistador deverá especificá-lo, no espaço reservado, sem precisar escrever o código 98.

Para a coluna h – local de ocupação – código TC6, considera-se:

- 01 **No domicílio sem local exclusivo**: para a pessoa que exerce sua ocupação fabricando, comercializando ou prestando serviço no próprio domicílio, sem ter um local destinado exclusivamente para este fim, tais como costureiras, manicures, cabeleireiras profissionais liberais, etc., que utilizam sua própria sala de visita ou jantar, um quarto, cozinha, etc., para exercer sua ocupação econômica. Excluem-se desse caso os empregados domésticos que dormem na casa do patrão;

- 02 **No domicílio - com local exclusivo:** para a pessoa que exerce sua ocupação fabricando, comercializando ou prestando serviço no próprio domicílio, em local exclusivo para este fim. Inclui-se a pessoa que exerce sua ocupação em unidade não domiciliar separada por paredes ou andares e que possua acesso ou comunicação direta com seu domicílio, mesmo que disponha também de acesso independente;
- 03 **Na via pública - com equipamento pesado:** para a pessoa que exerce sua ocupação sem estar ligada a um estabelecimento, negócio, instituição, etc., trabalhando na via pública, sendo proprietário ou empregado, utilizando equipamento pesado como caminhão, utilitário, táxi, carroça, banca de jornal, etc.;
- 04 **Na via pública - com equipamento leve ou sem:** para a pessoa que exerce sua ocupação sem estar ligada a um estabelecimento, negócio, instituição, etc., trabalhando na via pública, sendo proprietário ou empregado, utilizando equipamento leve ou sem, como barraca, carrocinha, tabuleiro, ferramentas, etc. Exemplo: feirante, pipoqueiro, sorveteiro, guardador de automóveis, etc.
- 05 **Empresa ou firma -** para a pessoa que exerce sua ocupação para uma empresa, negócio, instituição, etc.; como, por exemplo, banco, indústria, colégio, etc. Inclui-se, neste caso, a pessoa que trabalha para estabelecimento e desempenha suas tarefas em domicílios ou em logradouros públicos, por exemplo os técnicos de máquinas ou equipamentos (serviços técnicos autorizados), carteiros, lixeiros, etc.
- 06 **No estabelecimento rural -** pessoa que exerce sua ocupação num estabelecimento de produção agrícola ou de criação de animais ou extrativa vegetal ou mineral;
- 07 **Em casa do cliente ou patrão -** pessoa que exerce sua ocupação na residência do cliente ou patrão, como é o caso das empregadas domésticas ou de alguns trabalhadores autônomos ou conta-própria, como por exemplo os bombeiros - hidráulicos, manicures, técnicos de televisão ou, ainda, aquela que participa de atividade econômica realizada pelo seu empregador ou sócio, no próprio domicílio deste;
- 97 **Não se aplica -** utilizado para as pessoas que não exercem nenhum tipo de atividade.
- 98 **Outros -** pessoa que exerce sua atividade em local não enumerado, como por exemplo os pescadores por conta própria, apanhadores de caranguejo, etc. Neste caso o entrevistador deverá especificar, no espaço reservado, o local da ocupação, sem precisar escrever o código 98.

Para a coluna i - Rendimento da Ocupação Principal: refere-se ao rendimento proveniente da ocupação principal, pago em dinheiro. Vale lembrar que na atividade agrícola, pesqueira, na pecuária, de extrativismo, etc., deve-se considerar a renda referente ao valor da produção vendida.

BLOCO 8 - QUESTÕES RELATIVAS AOS RENDIMENTOS.

Este bloco contempla, preferencialmente, o quadro referente à questão 53, buscando informações sobre as outras fontes de renda do beneficiário e demais membros residentes no domicílio, que não sejam provenientes da Ocupação Principal (objeto da questão 52). Portanto, as informações relativas ao rendimento, neste bloco, complementam aquelas referentes ao rendimento da ocupação principal que se encontra no bloco 7, no quadro da questão 52.

Vale lembrar que a questão 53 deste bloco deve ser respondida somente pelas pessoas acima de 10 anos de idade, residentes no domicílio e que obtiveram algum rendimento monetário (em dinheiro) nos últimos 12 meses. Os valores registrados deverão ser em R\$ (reais) e referentes ao último mês ou à média mensal dos últimos 12 meses.

53 Fontes de renda do Beneficiário das demais Pessoas do Domicílio.

Esta questão é composta por um quadro relativo aos rendimentos recebidos pelo beneficiário e por todas as pessoas de 10 anos ou mais, residentes no domicílio e que obtiveram rendimento nos últimos 12 meses.

Para o preenchimento dos rendimentos no quadro indicado, conforme o tipo de fonte pagadora, o entrevistador deverá considerar algumas determinações e conceitos já estabelecidos na pesquisa.

Na fonte 1 - aposentadoria ou pensão recebida - deve ser registrado o rendimento do benefício recebido no último mês anterior à aplicação de formulário;

Na fonte 2 - rendimento da ocupação acessória - outra ocupação exercida em que a pessoa se ocupa com menor número de horas semanalmente, quando comparado à ocupação principal;

Na fonte 3 - rendimentos de aluguéis, juros e arrendamentos, como também os rendimentos provenientes do aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas - considera-se o valor da média mensal dos últimos 12 meses, ou do último mês, anterior à coleta de dados. Não deve ser considerada, neste item, a venda de patrimônio. Vale lembrar que nos casos dos rendimentos provenientes dos juros da caderneta de poupança, o entrevistador deverá calcular para o valor dos juros o equivalente à 1% sobre a quantia total existente em conta relativo ao último mês. Para os casos referentes aos aluguéis provenientes de arrendamentos de terra, cujo pagamento é feito em espécie e não em dinheiro, o entrevistador deverá, com a ajuda do informante, transformar o valor dos produtos (espécies) recebidos como pagamento relativo a um determinado percentual da produção (por exemplo: 60 sacos de feijão) em um equivalente em dinheiro (reais - \$).

Na fonte 4 – ajuda financeira de amigos e parentes (ajuda de terceiros) – compreende as quantias em dinheiro recebidas de doação ou mesada, sem contrapartida de serviço prestado, pensão alimentícia (espontânea ou judicial), proveniente de pessoas não moradoras do domicílio onde reside.

Comando: o entrevistador deverá registrar no quadro os rendimentos monetários (em R\$) referentes ao último mês, anterior à data da entrevista, ou à média mensal dos últimos 12 meses.

Na primeira coluna do quadro, o entrevistador deverá enumerar as pessoas conforme o quadro da questão 52, começando pelo beneficiário. Em seguida, acompanhando a linha que indica o tipo de fonte (fonte 1, fonte 2, fonte 3, fonte 4 e fonte 5), o entrevistador deverá discriminar, por pessoa, as quantias recebidas – em R\$ – para cada uma das fontes (caso haja mais de uma fonte por pessoa) e assinalar nas colunas TC1, ao lado de cada quantia informada, o código relativo à periodicidade da fonte de renda.

54 Recebeu nos últimos 12 meses alguma cesta básica ou doação de produtos para consumo familiar?

Esta questão procura investigar se o beneficiário recebeu, nos últimos 12 meses, alguma cesta básica ou doação de produtos para consumo familiar.

Comando: caso a resposta seja afirmativa, o entrevistador deverá assinalar a alternativa correspondente, transcrevendo o seu código para o campo indicado. Caso a resposta seja negativa, o entrevistador deverá assinalar a alternativa, transcrever o código correspondente à ela para o campo indicado e pular para a questão 57 do bloco 9.

55 Quais as Instituições Fornecedoras? (marque até 3 respostas, se necessário)

Dando continuidade à pergunta anterior, procura-se nesta questão saber que instituições forneceram alguma cesta básica ou fizeram doação de produtos para o consumo familiar.

Comando: o entrevistador poderá assinalar até três alternativas, transcrevendo seus respectivos códigos nos campos indicados à direita do formulário.

56 Quantas vezes ao ano?

Acompanhando as duas últimas perguntas anteriores, procura-se saber, nesta questão, a quantidade de vezes em que foram fornecidas cestas básicas ou feitas doações de produtos para o consumo familiar durante o último ano, anterior à realização da entrevista.

Comando: o entrevistador deverá registrar o número na linha indicada, transcrevendo-o para o campo indicado, à direita do formulário.

BLOCO 9 - UTILIZAÇÃO DOS RENDIMENTOS E AUTOCONSUMO

Investiga-se, neste bloco, as despesas monetárias necessárias à reprodução econômica da unidade familiar pesquisada, o autoconsumo, as despesas previstas e imprevistas declaradas e a variação patrimonial.

O entrevistador deverá obter as respostas referentes às questões deste bloco somente do chefe do domicílio ou de alguém por ele autorizado. Considera-se **chefe de domicílio** o morador (homem ou mulher) responsável pelo domicílio ou pela família e que seja assim considerado pelas demais pessoas que ali residem. Considera-se família o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica que vive no mesmo domicílio ou pessoa que vive só, em domicílio independente.

57 Este domicílio obteve nos últimos 12 meses produtos agropecuários, originários de estabelecimento rural próprio ou de terceiros, para autoconsumo?

Procura-se saber, nesta questão, se o domicílio obteve, nos últimos 12 meses anteriores à data da realização da entrevista, produtos agropecuários originários de estabelecimento rural próprio ou de terceiros, para o consumo das pessoas que residem nele.

Comando: caso a resposta seja afirmativa, o entrevistador deverá assinalar a alternativa correspondente e transcrever o seu respectivo código para o campo indicado, à direita do formulário. Em caso de resposta negativa, o entrevistador deverá assinalar a alternativa, transcrever seu respectivo código para o campo indicado e pular para a questão 59.

58 Especifique, em até 10, os principais produtos, originários de estabelecimento rural próprio ou de terceiros, consumidos ou armazenados para autoconsumo e as suas respectivas quantidades

Dando prosseguimento à questão anterior, o entrevistador deverá perguntar ao chefe do domicílio ou a alguém por ele autorizado quais foram os principais produtos consumidos ou armazenados no domicílio obtidos no estabelecimento rural ou de terceiros, especificando-os no quadro, em até 10 espécies, no máximo, com as suas respectivas quantidades ou unidades, conforme o produto. O entrevistador poderá registrar, também, algum tipo de informação adicional fornecida sobre o produto, caso seja necessário.

Unidades de Medida Possíveis

- | | | |
|------------------|------------------|-----------------|
| - kg | - saca de 60 kg | - saca de 50 kg |
| - dúzia | - maço | - cabeça |
| - caixa de 20 kg | - caixa de 24 kg | - tonelada |

- unidades
- arroba
- litros (leite ou outros produtos cuja a unidade principal é litro)

Caso apareçam unidades de medida do tipo cesto, carroça, lata ou litros de arroz (por exemplo), etc., o entrevistador deverá pedir ao informante que ele estabeleça um valor equivalente em kg (kilo), pelo menos, de forma aproximada.

59 Nos últimos 12 meses, teve alguma despesa ou perda material não previstas para a qual tivesse de gastar parte importante de sua renda familiar?

Procura-se saber, nesta questão, se nos últimos 12 meses anteriores à realização da entrevista o chefe do domicílio teve que gastar parte importante da renda familiar em gasto ou perda material imprevistos, isto é, gastos não planejados ou fora da regularidade das despesas familiares. Não se incluem, neste item, gastos ou perdas patrimoniais que não afetam a renda corrente..

Comando: caso a resposta seja afirmativa, o entrevistador deverá assinalar a alternativa correspondente, transcrevendo o seu código para o campo indicado. Em caso de resposta negativa, o entrevistador deverá assinalar a alternativa correspondente, transcrever o seu respectivo código para o campo indicado e pular para a questão 63.

60 Que tipo de gastos ou perdas extraordinárias o Sr.(a) teve nos últimos 12 meses e quais os valores correspondentes?

Dando continuidade à questão anterior, o entrevistador deverá perguntar ao chefe do domicílio ou à pessoa por ele autorizada que tipos de gastos ou perdas extraordinária ele teve nos últimos 12 meses e quais os valores correspondentes, em R\$. Os gastos ou perdas extraordinárias foram classificadas em: despesas de consumo, despesas de produção e outras despesas.

- As **despesas de consumo** referem-se aos gastos extraordinários necessários à manutenção, pessoal e familiar, discriminados segundo itens de necessidades básicas nominadas, como alimentação, transporte, saúde, educação, vestuário, habitação, serviços pessoais e recreação.
- As **despesas de produção** referem-se aos gastos destinados a financiar a produção corrente do estabelecimento produtivo familiar. Em seguida, o entrevistador deverá transcrever o código referente ao tipo de despesa para o campo indicado, à direita do formulário.

61 Algum dos gastos ou perdas extraordinárias citados na questão anterior ocorreu no último mês?

Nesta questão, procura-se saber se ocorreu algum dos gastos ou perdas extraordinárias, citados na questão anterior, no último mês, imediatamente anterior à realização da entrevista.

Comando: caso a resposta seja afirmativa, o entrevistador deverá assinalar a alternativa correspondente, transcrevendo o seu código para o campo indicado.

Em caso de resposta negativa, o entrevistador deverá assinalar a alternativa, transcrevendo seu respectivo código para o campo indicado à direita do formulário e pular para a questão 63.

62 Qual o tipo e o valor do gasto citado no último mês?

Dando continuidade à questão anterior, o entrevistador deverá perguntar ao chefe do domicílio ou à pessoa por ele autorizada que tipo de gasto ou perda extraordinária ele teve no último mês e o seu respectivo valor, em R\$. Os gastos ou perdas extraordinárias foram classificados em: despesas de consumo, despesas de produção e outras despesas.

- As **despesas de consumo** referem-se aos gastos periódicos necessários a manutenção pessoal e familiar, discriminados segundo itens de necessidades básicas nominadas como alimentação, transporte, saúde, educação, vestuário, habitação, serviços pessoais e recreação.
- As **despesas de produção** referem-se aos gastos destinados a financiar a produção corrente do estabelecimento produtivo familiar.

Comando: o entrevistador deverá assinalar a alternativa informada, especificar a despesa realizada no último mês, em reais (R\$), e transcrever o código referente ao tipo de despesa para o campo indicado, à direita do formulário.

63 Dos seus gastos normais e previsíveis realizados no último mês ou nos últimos 12 meses (exceto despesas extraordinárias que declarou nas questões anteriores), estime o valor para os seguintes itens.

Nesta questão, o entrevistador deverá perguntar ao chefe do domicílio ou à pessoa por ele autorizada quais foram os gastos normais e previsíveis realizados no último mês ou nos últimos 12 meses (conforme cada item de despesa), excluindo, aqui, as despesas extraordinárias declaradas nas questões anteriores.

Comando: o entrevistador deverá registrar as quantias gastas (em R\$) na coluna que indica "Despesa em R\$" e, ao lado desta, a periodicidade dos gastos (com os códigos indicados no TC1), para cada um dos itens relacionados na primeira coluna do quadro, especificados como Despesas de Consumo, Despesas de Produção de Outras Despesas.

O entrevistador deverá observar atentamente a vinculação existente entre a despesa informada (em R\$) e a sua respectiva periodicidade, para cada item descrito no quadro.

As questões 64 e 65 do formulário têm como objetivo verificar a variação patrimonial da unidade familiar pesquisada, isto é, a relação entre a compra e a venda de bens patrimoniais, denominados, também, bens de capital (máquinas, equipamentos, imóveis, animais, etc.).

64 Especificar os Bens Patrimoniais comprados nos últimos 12 meses (por exemplo, máquinas, equipamentos, animais, etc.):

Nesta questão, o entrevistador deverá perguntar ao chefe do domicílio ou à pessoa por ele autorizada se foi comprado algum bem patrimonial, como por exemplo, máquinas, equipamentos agrícolas, animais, etc., nos últimos 12 meses.

Comando: em caso afirmativo, o entrevistador deverá especificar no quadro, na coluna "item", cada bem patrimonial comprado, registrando, na coluna ao lado, o valor de compra (em R\$) de cada um deles. Caso a resposta seja negativa, o entrevistador deverá deixar o quadro em branco.

65 Especificar os Bens Patrimoniais vendidos nos últimos 12 meses (por exemplo, máquinas, equipamentos, animais, etc.):

Nesta questão, o entrevistador deverá perguntar ao chefe do domicílio ou à pessoa por ele autorizada se foi vendido algum bem patrimonial nos últimos 12 meses. Em caso afirmativo, o entrevistador deverá especificar no quadro, na coluna "item", cada bem patrimonial vendido, registrando, na coluna ao lado, o valor de venda (em R\$) de cada um deles.

Caso não tenha sido vendido nenhum bem patrimonial nos últimos 12 meses, o entrevistador deverá deixar o quadro limpo (em branco).

66 Especifique as dívidas da família no momento da entrevista

Esta questão tem como finalidade captar o grau de endividamento da unidade familiar pesquisada. O endividamento da unidade familiar foi denominado, nesta pesquisa, dívidas da família e refere-se aos compromissos a pagar, na data da entrevista, vencíveis nos próximos 12 meses. O entrevistador deverá perguntar ao chefe do domicílio ou à pessoa por ele autorizada se alguma pessoa da unidade familiar, residente no domicílio, tem algum tipo de dívida, relacionada na questão, no momento da realização da entrevista.

Comando: em caso afirmativo, o entrevistador deverá assinalar a alternativa informada, registrando, na linha ao lado, o valor da dívida (em R\$). Quando não existir a dívida, o entrevistador deverá deixar a questão em branco.

67 O que o Sr.(a) acha que poderia ser feito para melhorar o Sistema de Aposentadoria e Pensões Rurais?

Na questão 67, o entrevistador deverá perguntar ao beneficiário ou ao chefe do domicílio ou à pessoa por ele autorizada o que ele acha que poderia ser feito para melhorar o Sistema de Aposentadoria e Pensões Rurais, registrando a informação adquirida com clareza, objetividade e precisão. Essas informações adicionais, complementares às encontradas na pesquisa e consideradas importantes por aquele que estará respondendo ao formulário, poderão servir de referência para uma possível melhoria do Sistema de Aposentadoria e Pensões Rurais.

68 Observações do Entrevistador

Na questão 68 o entrevistador deverá registrar qualquer observação sobre o respectivo formulário que ele considere necessária, ou alguma informação obtida na entrevista que venha a ser importante para a compreensão da pesquisa.

CONCEITOS DE ORDEM GERAL

A unidade de análise desta pesquisa é o **Beneficiário da Previdência Social Rural** e sua família, e o objeto principal de análise é o **benefício previdenciário de prestação continuada**.

O objetivo principal da pesquisa é conhecer a eficácia do seguro social para idosos e inválidos do meio rural, regulamentado com a Constituição de 1988, bem como as condições de vida, trabalho e produção das unidades familiares afetadas por este seguro social, particularmente sobre as condições de segurança social e inserção na economia rural, induzidas pelos benefícios previdenciários.

Sabe-se que o êxito da pesquisa depende, fundamentalmente, da qualidade da informação obtida, o que requer do entrevistador, além de bom senso, rapidez de raciocínio e noção de responsabilidade, necessárias à condução da entrevista, o conhecimento amplo do formulário e dos conceitos, critérios, procedimentos e definições estabelecidos na pesquisa para investigar e efetuar os registros.

Portanto, desde o início, o entrevistador deverá conhecer e entender os **conceitos básicos, de ordem geral**, pertinentes à pesquisa e que serão arrolados a seguir.

- o informante (entrevistado) e o beneficiário podem não ser a mesma pessoa.
- **informante (ou entrevistado)**: é a pessoa que também poderá responder ao formulário, caso o Beneficiário (que seria o melhor informante a respeito de suas próprias características) não estiver em condições de respondê-lo, por exemplo, quando ele estiver com problemas de saúde, física ou mental, comprometendo-lhe a fala, audição ou raciocínio. Nestes casos, o informante deverá ser reconhecido entre os moradores presentes no domicílio como a pessoa mais capacitada a prestar, com segurança, as informações referentes ao Beneficiário.
- **beneficiário da previdência social (rural)**: refere-se à pessoa que recebe um ou mais benefícios previdenciários de prestação continuada e se enquadra nas regras de seguro especial relativas ao produtor rural, meeiro, arrendatário, garimpeiro, trabalhador assalariado e agricultor em regime de economia familiar, conforme o disposto nas leis de Benefícios e Custeio da Previdência Social (Leis nº 8212 e 8213 de junho de 1991).
- **família do beneficiário**: conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica que moram no mesmo domicílio particular onde reside o beneficiário.
- **chefe de domicílio**: morador (homem ou mulher) responsável pelo domicílio, ou pela família, e que seja assim considerado pelas demais pessoas que ali residem.
- **domicílio do beneficiário**: local de moradia do beneficiário selecionado, cujo endereço é conhecido do entrevistador antes da realização da entrevista.
- **seguro previdenciário**: refere-se apenas aos benefícios de prestação continuada que são definidos por pagamentos mensais contínuos ao segurado(a) ou a seus dependentes,

até que alguma causa (a morte, por exemplo) gere a sua cessação. Para a finalidade desta pesquisa, interessa explicitar apenas aqueles mais comumente recebidos pela população inativa, originária de atividades rurais.

Portanto, deve-se reconhecer o seguro previdenciário como a garantia da proteção social, sob a forma de pagamento de benefício previdenciário, oferecida aos idosos, inválidos e seus dependentes.

Considera-se como **benefícios previdenciários rurais de duração continuada**:

- Aposentadoria por Idade
- Aposentadoria por Invalidez
- Pensão por Morte
- Renda Mensal Vitalícia ou “Amparo Assistencial” (a partir de 1996)

Em caso de duplicidade no recebimento de benefícios, deve-se considerar apenas o **Benefício Principal**, isto é, aquele relacionado à Aposentadoria por Idade ou Aposentadoria por Invalidez (as definições de cada um dos tipos de benefícios previdenciários acima descritos estão referenciados no Bloco 3, questão 14, do Manual da Pesquisa).

ANEXO III*

Manual Geral de Orientações (Manual Operacional da Pesquisa)

* Transcrição literal dos originais.



MANUAL OPERACIONAL DA PESQUISA

AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA E REGIONAL DA PREVIDÊNCIA RURAL

FASE II

APRESENTAÇÃO

A pesquisa sobre previdência rural que o IPEA vem conduzindo internamente desde 1996 evolui, no Projeto Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural - Fase II, para o trabalho de campo. Tal trabalho consiste de 6 mil entrevistas úteis, nas regiões Nordeste e Sul, sobre as condições de subsistência, residência, trabalho, rendimentos e gastos dos beneficiários da Previdência Social Rural e de suas famílias, avaliando-se destacadamente o papel desses benefícios previdenciários sobre as condições econômicas e sociais de reprodução dessas unidades familiares.

Os objetivos do trabalho bifurcam-se em dois grandes eixos propositivos. Em primeiro lugar, deseja-se conhecer a própria eficácia do seguro social para idosos e inválidos do meio rural na forma universal *restrita* que este seguro assumiu a partir da regulamentação da Constituição de 1988. Em segundo lugar, deseja-se pôr à prova algumas hipóteses sobre as condições de vida, de trabalho e de produção das unidades familiares afetadas por este seguro social, indagando-se especificamente sobre suas condições de segurança social e inserção na economia rural, induzidas pelos benefícios previdenciários.

Outras determinações relevantes, quer seja a estrutura regional da economia familiar rural das regiões Nordeste e Sul do país, com suas diferenças sociais, econômicas e edafo-climáticas, quer sejam as formas de organização e cooperação interfamiliares, são também incorporadas ao questionário de pesquisa e igualmente testadas em seus significados explicativos.

O Manual Geral de Orientação (manual operacional de pesquisa) que ora se oferece ao público usuário é uma peça imprescindível ao bom exercício do procedimento da entrevista. Como parte de um conjunto de outras etapas da pesquisa, serve de subsídio ao entrevistador. Deve-se atentar para o núcleo do questionário e as explicações de cada uma de suas seções, e dentro destas, para cada pergunta, a fim de melhor aferir o sentido dos objetivos gerais e específicos do projeto.

1 ESTRUTURA DO QUESTIONÁRIO PADRÃO

A estrutura formal do questionário de pesquisa está construída em nove blocos, buscando cumprir as seguintes funções:

Bloco 1

Contém a etiqueta de identificação do formulário de pesquisa, com todas as anotações de identificação do domicílio e do beneficiário, além das informações de controle do entrevistador, supervisor e digitador.

O nome do entrevistador é aqui identificado e se pergunta diretamente sobre sua relação com o beneficiário da previdência (o entrevistado e o beneficiário podem não ser a mesma pessoa).

Bloco 2 - Identificação do Beneficiário

Neste bloco, identifica-se explicitamente o beneficiário da previdência, sobre quem versarão todas as questões subsequentes: *endereço, residência, sexo, idade, estado civil e grau de instrução*. Também nos demais blocos, sempre que não se explicitem anotações em contrário, as questões versarão sobre o beneficiário e sua situação. Indaga-se também, neste bloco, sobre o Ramo de Atividade e a Relação de Trabalho imediatamente anterior à aposentadoria ou pensão.

Bloco 3 - Seguro Previdenciário

Este bloco de 18 questões contém o núcleo central da pesquisa sobre previdência. As idéias subjacentes às questões propostas, susceptíveis de corroboração ou rejeição, podem ser assim descritas:

- a) tipos e número de benefícios recebidos - questão 14;
- b) condição de efetividade de seguro previdenciário rural:
 - grau de dificuldade no acesso - questões 16, 17 e 18;
 - demora, dificuldades e distância na percepção - questões 15, 20, 21, 24, 25 e 26;
 - grau de desfrute do benefício (regularidade, pontualidade e antigüidade) - questões 15, 19, 20, 21, 22 e 23; e
- c) condições de universalidade do seguro (idosos e inválidos rurais de ambos os sexos, independentemente da capacidade contributiva) - questões 26, 27, 28, 29, 30 e 31.

Bloco 4 - Domicílio

Neste bloco, tenta-se captar as informações do domicílio sob vários aspectos: demográficos, habitacionais, migratórios, etc. Contudo, dentro do contexto das hipóteses de pesquisa, há algumas poucas relações que são claramente prioritárias:

- a) houve mudança de domicílio induzida pela situação de aposentadoria ou pensão - questões 34, 35, 36 e 37 (checagem do tempo de benefício da questão 15 e tempo de residência da questão 33);
- b) mudança de domicílio implica migração - questões 36, 03, 04, 05 e 06;
- c) a migração se dá de qual origem para qual destino - questões 36, 04, 05 e 06;
- d) a mudança de domicílio implica melhoria das características da habitação - questões 38 a 38s (constrói-se o Índice de Melhoria Comparativa).

Bloco 5 - Relações Familiares e Organização Social

As questões deste bloco buscam captar as relações de gratuidade, cooperação intra e interfamiliar e o grau de organização associativa de que partilham ou participam as famílias pesquisadas. Este conjunto de questões qualifica as condições de reprodução da economia familiar, permitindo

associar algumas variáveis que contribuem positiva ou negativamente para a geração do excedente de renda sobre o consumo básico. Nesse sentido, a questão 40 permite aferir o peso dos dependentes (pessoas sem rendimentos monetários residentes no domicílio). As questões 41, 42, 43 e 44 aferem o grau de ajuda mútua prestada pelo beneficiário e, finalmente, as formas de associação, cooperação e/ou organização grupal de que participa (questões 45 e 46).

O subconjunto de questões sobre ajudas concedidas (questões 41, 42, 43 e 44) deve estar associado, no Plano Tabular, às várias ajudas recebidas (fontes 4 e 5 da questão 52 sobre rendimentos e questões 56 e 57 sobre produtos obtidos para o autoconsumo). Esses cruzamentos evidenciariam estratégias cooperativas dos familiares que, conquanto não se originem de motivação econômica (mercantil), ajudam a explicar as condições de reprodução econômica da família.

Bloco 6 - Relações do Beneficiário com a Atividade Econômica

As questões deste bloco indagam sobre a ligação atual do beneficiário ou da família da qual ele é membro, com as atividades nominadas exercidas em estabelecimentos rurais controlados pela família (questões 47 e 48).

Essa ligação é explicitamente inquerida na questão 50, sobre a utilização da renda da aposentadoria ou pensão nas atividades produtivas das famílias.

Por outro lado, as questões relativas ao autoconsumo (questões 56 e 57), deslocadas para o bloco 9 (Rendimentos e Autoconsumo), complementam este tópico 6, uma vez que dizem respeito direta ou indiretamente à relação do beneficiário com as atividades produtivas ou de autoconsumo no meio rural.

Finalmente, no bloco ocupacional (bloco 7) e nas questões relativas aos rendimentos, ficariam evidenciadas todas as relações de trabalho, produção e remuneração dos membros da família (e não apenas do beneficiário).

Observe-se que o confronto do bloco 3 com as questões do bloco 6 e complementos mencionados permite testar com abundante informação as hipóteses independentes do seguro de renda e de transferência de renda exercidos pelos benefícios previdenciários sobre a economia familiar rural.

Blocos 7 e 8 - Ocupação e Rendimentos

O conjunto das questões desses dois blocos apresenta importante informação sobre a situação ocupacional e as formas e fontes dos rendimentos da população pesquisada: familiares de aposentados e pensionistas rurais.

A base de dados é passível de ser utilizada para inúmeras finalidades de pesquisa, uma vez que as perguntas principais do bloco de rendimentos são mais detalhadas e abrangentes que as perguntas correlatas da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD). Contudo, para os propósitos específicos desta pesquisa, os blocos 7 e 8 permitem quantificar e qualificar as fontes de ocupação e renda que se agregam aos rendimentos oriundos da inatividade.

Observe-se que somente a partir desses blocos irão surgir as formas de inserção econômica dos demais membros da família: ocupação, relações de trabalho, ramo de atividade, remuneração, etc. Todas essas informações, confrontadas com as informações relativas a gastos familiares (blo-

co 9), irão permitir quantificar um conceito-chave da pesquisa, que é o excedente (ou déficit) de todas as fontes de renda sobre o nível de consumo corrente básico daquela família.

A pesquisa persegue as hipóteses de que a reprodução simples ou a reprodução ampliada da economia familiar (medidas pelo não-déficit ou excedente) são determinadas por variáveis independentes, claramente identificáveis na estrutura do questionário:

1. acesso a benefícios rurais;
2. acesso a benefícios *universalizados* (grau de universalização);
3. diferenças regionais caracterizadas; e
4. grau de cooperação e organização familiar.

É possível isolar, no bloco 7, as fontes de renda dos inativos relativamente às demais fontes. É possível ainda identificar outras fontes de renda e o autoconsumo alimentar que, de certa forma, são reforçados ou fomentados pela presença desse seguro de renda dos inativos.

Isso posto, o Plano Tabular procederá a todos os cruzamentos dos diversos blocos de questões precedentes com as questões enunciadas nos blocos 7 e 8, de forma a testar as hipóteses em consideração.

Ressalte-se, contudo, que a quantificação do excedente, a distinção e caracterização das unidades familiares enquanto Unidades de Consumo, Unidades de Trabalho Externo e Unidades de Produção somente se concretizam com a incorporação das informações levantadas no último bloco.

Bloco 9 - Utilização dos Rendimentos e Autoconsumo

Conceitos-Chave: Autoconsumo (questões 56 e 57)

Gastos ou perdas extraordinárias (questões 58, 59, 60 e 61)

Gastos normais correntes de consumo, produção e outros (questão 62)

Bens adquiridos (questão 63)

Bens vendidos (questão 64)

Dívidas da família (questão 65)

Os blocos 8 e 9, relativos a Rendimentos e Utilização de Rendimentos e Autoconsumo, respectivamente, permitem a quantificação de toda a remuneração dos membros da unidade domiciliar no primeiro caso, e, em seguida, a utilização desses rendimentos em gastos correntes (de consumo, de produção e outros), em condições normais e em situações extraordinárias.

Observe-se que a partir desses dados pode ser utilizado o conceito de excedente (ou déficit) da renda familiar com relação aos gastos de consumo corrente caracterizados como normais. Esse excedente, quando existe, é identificado como gastos em itens de produção, "ajuda a parentes e amigos", "equipamento doméstico" e "outros", mas poderá também ser um gasto ou perda extraordinária em bens de consumo identificados nas questões anteriores. A variada série de situações de utilização do excedente não permite *a priori* reconhecer o estilo de reprodução social e econômica da unidade familiar sem antes analisar suas relações sociais.

Por outro lado, a situação de déficit dos rendimentos relativamente às despesas de consumo normais (itens 1 a 8) evidencia uma situação de insuficiência das fontes de renda face às necessidades mínimas da família, caracterizando um exemplo daquilo que se denomina não reprodução simples da unidade familiar em quaisquer das situações caracterizadas: Unidade de Consumo inativa), Unidade de Trabalho Externo e Unidade de Produção e Autoconsumo.

Por último, as informações sintéticas sobre compra e venda de bens pela família nos últimos 12 meses e a situação de endividamento familiar esclarecem sobre mudanças de situação patrimonial, compatível com os resultados de orçamento de despesas e rendas correntes. Contradições muito fortes porventura constatadas na crítica aos questionários aplicados devem suscitar esclarecimentos dos supervisores de campo ou eventual retorno ao domicílio.

2 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS

2.1 DELIMITAÇÃO DO MELHOR INFORMANTE

O êxito de uma pesquisa depende fundamentalmente da etapa em que as informações são coletadas. Um erro básico cometido nesta etapa dificilmente pode ser corrigido a contento nas fases subsequentes. Ademais, em uma pesquisa com abordagem amostral, um dado errôneo se multiplica pelo número de elementos da população que representa. Este fato exige uma atenção redobrada por parte do entrevistador.

O primeiro passo para assegurar a qualidade da pesquisa na etapa de entrevista é localizar corretamente as unidades domiciliares da amostra. A realização de entrevistas em domicílios que não aqueles selecionados para a amostra acarreta sérias tendenciosidades nos resultados da pesquisa. Nesse sentido, deve o entrevistador obedecer a todos os procedimentos recomendados para a localização do domicílio selecionado, conforme descrito neste manual.

Nas questões relacionadas nos blocos 1 a 6, o beneficiário é o melhor informante a respeito de suas próprias características, exceto em casos especiais: invalidez com comprometimento na fala, audição e/ou no raciocínio, ou quando tratar-se de crianças (pensionistas) com idade inferior a 10 anos. Nesses casos, o entrevistador deve, criteriosamente, verificar qual, dentre os moradores presentes, é a pessoa mais capacitada a prestar, com segurança, as informações referentes ao beneficiário.

Para as questões contidas nos blocos 7 e 8, que devem ser respondidas por todas as pessoas de 10 anos ou mais de idade, também deve ser observado o princípio de que "cada pessoa é o melhor informante a respeito de suas próprias características". Entretanto, quando certas circunstâncias impedirem ou dificultarem a realização da entrevista com todos os moradores, o entrevistador deve buscar entrevistar o chefe do domicílio ou pessoa indicada pelos moradores como conhecedora da realidade de todos os residentes.

Quanto às questões do bloco 9, que são endereçadas ao "chefe do domicílio", o entrevistador deve identificá-lo a partir de pergunta formulada para as pessoas que residem no domicílio. Não esquecer que o chefe do domicílio é o morador (homem ou mulher) responsável pelo domicílio, ou pela família, e que seja assim considerado pelas demais pessoas que ali residem. Será comum a ocorrência de que o chefe do domicílio e o beneficiário sejam as mesmas pessoas. Na impossibilidade de obter as respostas do próprio chefe do domicílio, o entrevistador deve solicitar que o

mesmo indique uma pessoa que por ele possa responder. Caso o chefe do domicílio não esteja presente, deve-se buscar saber quando o mesmo encontrar-se-á em casa, e retornar para complementar as informações.

O retorno para completar informações é um aspecto rotineiro do trabalho do entrevistador, consciente de que aceitar respostas imprecisas para evitar voltar ao domicílio traz consequências negativas para os resultados da pesquisa.

2.2 SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE BENEFICIÁRIOS A SEREM ENTREVISTADOS

As entrevistas deverão ser realizadas a partir dos 20 formulários recebidos com as folhas de rosto grampeadas. Os beneficiários ali identificados foram sorteados a partir do Cadastro do Ministério da Previdência Social, segundo critério estatístico de aleatoriedade.

Cada formulário contém uma etiqueta de identificação na qual consta:

- a) NDF (Número do Formulário) - composto de seis casas: o primeiro dígito é alfabético ("S") e identifica a região da pesquisa, ou seja, Sul; os quatro dígitos seguintes vão de 0001 a 6000: numeração dos formulários; o último dígito identifica a amostra, ou seja, se principal (1) ou secundária (2);
- b) Estado: representado por sua sigla;
- c) MR: representa as microrregiões definidas para a determinação dos estratos: 01 - agricultura familiar de subsistência, 02 - agricultura familiar consolidada e 03 - assalariamento rural;
- d) Município: nome do município onde serão realizadas as entrevistas;
- e) Código do município no IBGE;
- f) Nome do beneficiário;
- g) Endereço do beneficiário;
- h) Data do início do benefício;
- i) Espécie de benefício recebido.

Eventuais substituições, quando necessárias, só poderão ser realizadas se obedecidos os seguintes critérios:

- 1) caso o beneficiário da previdência social rural, principal sujeito da pesquisa, estiver viajando, hospitalizado ou ausente da cidade durante o período de vigência da pesquisa no município;
- 2) caso o beneficiário se recuse, terminantemente, a responder o formulário, mesmo após o entrevistador haver explicado os objetivos do trabalho;
- 3) em caso de não-identificação do endereço e do beneficiário, primeiramente, contatar o sindicato, a agência do correio ou a companhia de energia elétrica para, somente então, efetuar a substituição;
- 4) em caso de morte do beneficiário; e

- 5) caso o domicílio esteja fechado sem previsão dos moradores voltarem.

Todos os casos de substituição deverão ser checados pelos supervisores.

Os procedimentos para a realização da substituição de entrevistados deverão ser os seguintes:

- 1) somente efetuar substituições a partir da listagem de dez beneficiários suplementares entregues no treinamento; e
- 2) deve ser observado o caráter aleatório da amostra, ou seja, deve-se seguir a ordem numérica sequencial dos formulários para efetuar a substituição, e não priorizar as visitas em domicílios de mais fácil acesso em detrimento de outros mais afastados da sede.

3 ATUAÇÃO DO ENTREVISTADOR¹

3.1 FUNÇÃO E QUALIDADES DO ENTREVISTADOR

A função do entrevistador consiste na execução da coleta de informações na área para a qual foi designado. De sua atuação correta e diligente depende, em grande parte, o êxito da pesquisa, porque a qualidade da informação obtida não é suscetível de aperfeiçoamento nas fases subsequentes de apuração e divulgação dos resultados.

São qualidades essenciais do entrevistador: bom senso, cordialidade, rapidez de raciocínio e alta responsabilidade.

Constituem motivo de demissão sumária, sem prejuízo da aplicação de outras sanções legais, a quebra de sigilo das informações, a aplicação de formulários junto a pessoas não selecionadas na amostra, o registro de pessoas inexistentes, a omissão proposital de informações, a conciliação de atividades de venda, a angariação de assinaturas para “causas especiais” e outros procedimentos não relacionados diretamente com a pesquisa, durante o período de coleta.

3.2 PRINCIPAIS TAREFAS

As principais tarefas do entrevistador são:

- a) preparar o material para a realização da entrevista;
- b) localizar corretamente as unidades domiciliares selecionadas pela amostra;
- c) realizar as entrevistas seguindo rigorosamente as instruções deste manual;
- d) entregar ao supervisor os questionários corretamente preenchidos;
- e) fazer verificações de entrevistas sempre que necessário;

¹ As informações contidas nesta seção basearam-se em IBGE, Rio de Janeiro – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD 1996: Manual de Entrevista e de IBGE, Rio de Janeiro – X Recenseamento Geral do Brasil, 1990, Manual do Recenseador. Vale ressaltar que os textos em referência sofreram adaptações para o propósito desta pesquisa, em que pese a estrutura e parte do conteúdo terem sido mantidos.

- f) comunicar ao supervisor os problemas encontrados na realização do trabalho; e
- g) preencher a Ficha de Controle de Campo do Entrevistador.

3.3 DEVERES E RESPONSABILIDADES DO ENTREVISTADOR

O entrevistador é o representante de sua instituição contratante junto às pessoas pesquisadas. Os principais deveres e responsabilidades que o entrevistador assume nesta qualidade são descritos em seguida.

3.3.1 Guardar o Sigilo das Informações

É essencial que o entrevistador conscientize-se de que o seu trabalho exige sigilo das informações que pesquisa.

Para garantir a inviolabilidade das informações, o entrevistador não deve permitir que outra pessoa não autorizada o acompanhe quando estiver realizando o seu trabalho.

O entrevistador também não pode mencionar fatos sobre as pessoas pesquisadas, nem permitir que os questionários e anotações referentes aos domicílios investigados sejam vistos por pessoas estranhas ao serviço que realiza, inclusive parentes, amigos e moradores em outras unidades levantadas.

3.3.2 Criar um Clima de Cordialidade

O entrevistador deve despertar a confiança e o interesse dos informantes, tratando-os com cortesia e respeito em relação às suas crenças. Ser discreto na aparência e cordato no relacionamento com as pessoas entrevistadas cria um ambiente favorável ao trabalho que desenvolve.

A conversa deve ser cordial e direcionada para a pesquisa, evitando assuntos alheios ao levantamento que possam causar constrangimento às pessoas pesquisadas.

O entrevistador deve estar consciente da importância do trabalho que realiza para transmiti-lo nos contatos com os informantes.

Cabe ao entrevistador sempre tentar convencer o informante, com cortesia, da importância de sua participação para o conhecimento do segmento pesquisado e destacando a garantia do sigilo em relação às informações.

É vedado ao entrevistador conciliar atividades de cunho político, de vendas ou quaisquer outras que não sejam específicas da função que está desempenhando. O desrespeito a essas normas implicará afastamento do entrevistador da pesquisa.

3.3.3 Roteiro para o Trabalho de Entrevista

Os conceitos, critérios, procedimentos e definições estabelecidos devem ser rigorosamente obedecidos no momento em que o entrevistador investigar e efetuar os registros.

Em nenhum momento, o entrevistador deve deixar-se levar por seus conceitos pessoais ou oriundos de outros levantamentos.

Em caso de dificuldade no entendimento das perguntas, o entrevistador deve esclarecê-las aos informantes, tendo todo o cuidado para não influenciar as respostas.

A comparabilidade dos resultados entre as duas macrorregiões pesquisadas depende do rigor com que esses preceitos sejam seguidos.

Nesse sentido, o roteiro indicado a seguir visa auxiliar o entrevistador no desenvolvimento de suas tarefas de localização dos domicílios a serem visitados e de preparação para a realização da coleta de dados.

a) Antes de sair para realizar as entrevistas:

- confirme se já possui a localização de todos os domicílios que serão visitados;
- lembre-se que, para o sucesso da pesquisa, os beneficiários pesquisados deverão ser, prioritariamente, os 20 primeiros nomes;
- planeje o roteiro de visitas aos domicílios que irá pesquisar;
- programe-se para eventuais necessidades de substituição, incluindo em seu roteiro nomes e endereços de beneficiários que residam próximos daqueles que foram selecionados para a tarefa diária; e
- verifique se está de posse de todos os instrumentos e documentos necessários para a realização das tarefas do dia.

b) No primeiro contato com os moradores, logo após os cumprimentos, devem ser passadas as seguintes informações:

- diga o seu nome, apresente o seu cartão de identificação e esclareça para qual instituição trabalha; e
- explique os objetivos da pesquisa e fale da garantia do sigilo das informações para convencer os moradores da importância de responder a todas as perguntas corretamente.

c) Durante as entrevistas mantenha a seguinte conduta:

- formule as perguntas com cordialidade, mas de modo objetivo; não discuta política ou qualquer outro assunto polêmico; dê toda a atenção ao seu trabalho;
- procure obter a cooperação de todos os moradores;
- não prolongue a entrevista com conversas não pertinentes à pesquisa para não cansar os informantes;
- não influencie a resposta do informante formulando uma pergunta que já sugira uma resposta. (exemplo: “É claro que o senhor necessitou de ajuda para receber o benefício, não é?”). Este tipo de abordagem pode levar o informante a dar uma resposta afirmativa, sem se preocupar em responder corretamente;

- nunca demonstre que já sabe a resposta; faça a pergunta e só ajude o informante se for necessário – nesta situação, esclareça sem induzir ou, se for o caso, dê as alternativas sem enfatizar nenhuma delas;
 - não demonstre, pelo seu tom de voz ou expressão facial, surpresa ou desaprovação;
 - ouça o informante com atenção;
 - evite que o informante fique constrangido em prestar informações diante de terceiros; se alguma visita chegar durante a entrevista, coloque o informante à vontade para interrompê-la, prontificando-se a retornar ao domicílio em outra hora, para prosseguir com a entrevista;
 - lembre a garantia do sigilo das informações ao perceber relutância do informante em responder alguma pergunta; e
 - registre todas as respostas no momento da entrevista, para não esquecê-las.
- d) No encerramento da visita, observe os seguintes pontos:
- verifique se algum quesito deixou de ser preenchido nos questionários;
 - se for retornar para completar a pesquisa combine com o(s) informante(s) o dia e a hora da próxima visita; recapitule, se for o caso, as informações que estão faltando para concluir a entrevista;
 - ainda que tenha concluído a entrevista, avise que eventualmente poderá retornar ao domicílio para sanar alguma dúvida; e
 - agradeça aos moradores a colaboração recebida.

4 ORIENTAÇÕES AOS SUPERVISORES

4.1 APRESENTAÇÃO

O objetivo das orientações aqui apresentadas é sistematizar as funções dos supervisores de campo e os procedimentos para a realização de suas atividades rotineiras. A estreita observância dos procedimentos aqui descritos é fundamental para a padronização das atividades da pesquisa sobre a Previdência Social Rural e a conseqüente homogeneidade dos dados obtidos.

Aos supervisores competem a organização, o controle, a orientação e o acompanhamento dos entrevistadores sob sua responsabilidade para a aplicação dos formulários junto à amostra de beneficiários selecionada, obedecendo aos critérios de substituição, zelando por sua qualidade e cumprimento dos cronogramas de trabalho.

Para o bom desempenho de suas atividades, é importante que o supervisor conheça em profundidade os fundamentos metodológicos – conceitos, critérios e procedimentos – em que se baseia a pesquisa, uma vez que se defrontará com questionamentos por parte dos entrevistadores na busca de orientações e soluções adequadas. O andamento dos trabalhos dependerá muito do rigor, da capacidade de organização e da facilidade de relacionamento humano do supervisor.

Para tanto, o supervisor deverá:

- a) possibilitar a abertura de espaço para a discussão dos problemas enfrentados na pesquisa;
- b) observar o cumprimento ou não por parte dos entrevistadores dos prazos para a realização da entrevista;
- c) discutir os problemas de checagem individualmente com cada entrevistador; e
- d) verificar se as substituições realizadas pelos entrevistadores obedeceram aos critérios estabelecidos.

4.2 DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES DE CAMPO

Quando em campo, o supervisor deverá executar as seguintes tarefas:

- a) entregar o material de campo: (formulários, amostra secundária, ficha de controle de campo do entrevistador, pastas, pranchetas, lápis, borracha e apontador);
- b) receber o material de campo: (formulários preenchidos e formulários em branco, amostra secundária não utilizada e fichas de controle de campo do entrevistador corretamente preenchidas);
- c) marcar dia para a devolução do material;
- d) esclarecer dúvidas sobre a aplicação do formulário;
- e) contactar os entrevistadores, visando controlar o processo de pesquisa e resolver possíveis dificuldades enfrentadas na área sob sua responsabilidade;
- f) tentar resolver qualquer tipo de problema operacional que ocorra com os entrevistadores ou com o andamento da pesquisa – caso o problema seja de difícil solução, entrar em contato com a coordenação geral da pesquisa no IPARDES (Sul) ou na FUNDAJ (Nordeste);
- g) realizar a primeira crítica dos formulários, observando se estes foram totalmente preenchidos e devidamente codificados – caso encontre problemas, esclarecer com o entrevistador e decidir pelo retorno ou não a campo;
- h) realizar checagem de 20% dos formulários aplicados sob sua responsabilidade;
- i) preencher a Ficha de Controle de Campo do Supervisor;
- j) entregar o material de campo pronto para a coordenação geral da pesquisa no IPARDES ou na FUNDAJ; e
- l) manter contato com a coordenação geral da pesquisa para dar posicionamento sobre o andamento da pesquisa e eventuais problemas que possam estar ocorrendo em campo.

Para melhor organizar suas tarefas, o supervisor deve estabelecer um cronograma de viagens pelos municípios (roteiro de visitas), com vistas a contactar os entrevistadores e dar-lhe assistência necessária; monitorar o trabalho de campo; e realizar checagem e recolher o material já preenchido.

4.3 PREENCHIMENTO DA FICHA DE CONTROLE DE CAMPO DO SUPERVISOR

A ficha do supervisor de campo facilita o controle da distribuição e retorno dos formulários, além de permitir o acompanhamento do desempenho de cada entrevistador sob sua responsabilidade. Para dar maior agilidade no preenchimento dessa ficha, algumas informações contidas na Ficha do Entrevistador podem ser utilizadas.

Os campos da ficha devem ser preenchidos da seguinte maneira:

- a) Cabeçalho: nome do supervisor; núcleo; município; nome do entrevistador;
- b) Corpo da Ficha: Número do Formulário - transcreva para este campo o número de todas as folhas de identificação do beneficiário que serão distribuídas para os entrevistadores;
- c) Data da Entrega: este campo deve conter a data em que o material de campo foi repassado aos entrevistadores;
- d) Número de Visitas: anotar, a partir da ficha de controle do entrevistador, o número de visitas realizadas para a aplicação do formulário;
- e) Condição de Realização da Entrevista: neste campo, será marcado com "X" se a entrevista foi realizada ou não;
- f) Substituição: este campo deve ser preenchido somente no caso de substituição com o número do formulário da amostra secundária;
- g) quando houver substituição da amostra, os dados relativos ao formulário devem ser preenchidos na linha correspondente ao número do novo beneficiário;
- h) Data de devolução: este campo deve conter a data de devolução dos formulários prontos ao supervisor.

4.4 DEVOLUÇÃO DO MATERIAL

É aconselhável que o supervisor determine horário e data aos entrevistadores para a devolução dos questionários aplicados, a fim de facilitar o desenvolvimento do trabalho e evitar desencontros com os entrevistadores.

Ao receber os formulários aplicados, o supervisor deve observar se estes foram corretos e completamente preenchidos, verificando os seguintes pontos:

- a) conferir o correto preenchimento da Ficha de Controle de Campo do Entrevistador com os formulários e folhas de rosto da amostra secundária devolvidos, mantendo-a sob sua guarda;
- b) conferir o número de formulários e amostra secundária entregues ao entrevistador, dando particular atenção ao número de substituições realizadas;
- c) verificar a correta aplicação dos critérios de substituição da amostra principal;
- d) realizar uma crítica preliminar do formulário, verificando a coerência no preenchimento das questões – caso a crítica do formulário acarrete um retorno do entrevistador a campo, a causa

do retorno deve ser discutida individualmente com o mesmo, visando ao aprimoramento na aplicação dos formulários, ou seja, complementar ou retificar informações; e

- e) verificar o preenchimento de todas as caselas de tabulação do formulário.

4.5 CRÍTICA PRELIMINAR DO FORMULÁRIO

Quando da devolução dos formulários pelos entrevistadores ao supervisor, este deverá realizar uma primeira leitura dos mesmos. Essa leitura, denominada crítica dos formulários, é fundamental para o acompanhamento do desempenho dos entrevistadores, pois, possibilita captar as principais dificuldades enfrentadas no preenchimento do formulário, dirimir dúvidas e dar maiores esclarecimentos sobre o trabalho de campo.

Somente após a realização atenta da crítica é que o supervisor dará por concluída, ou não, a aplicação de cada formulário. Poderão existir casos que, após a busca de esclarecimentos com o entrevistador, sejam necessários: o entrevistador retornar a campo e refazer a entrevista (se necessário, acompanhado do supervisor); o entrevistado ser substituído; ou ainda, o supervisor realizar uma checagem dos dados coletados.

Na execução da crítica do formulário, prestar atenção se a lógica interna do formulário foi obedecida, ou seja, proceder a um exame detalhado da sequência de perguntas realizadas e das respostas obtidas. Isso porque o formulário foi elaborado de tal forma que as perguntas estão interligadas, apresentando sequências diferentes, dependendo da resposta dada. Para tanto, é imprescindível um prévio conhecimento do questionário e do Manual do Instrutor, onde são explicados os conceitos e critérios adotados pela Pesquisa da Previdência Social Rural.

4.6 CHECAGEM DOS FORMULÁRIOS

A checagem constitui um momento do sistema de controle de qualidade, ao lado da verificação de campo, crítica e consistência. Tem como objetivo verificar a efetiva realização das entrevistas domiciliares junto aos beneficiários sorteados e acompanhar o trabalho realizado pelos entrevistadores. Este acompanhamento é realizado com a finalidade de detectar eventuais falhas na aplicação dos formulários, seja por falta de compreensão da lógica interna do formulário ou por negligência.

As questões que serão verificadas na checagem não devem ser reaplicadas, mas sim checadas enquanto formulação da pergunta e enquanto alternativa de resposta. Isto é, pergunta-se ao entrevistado se a pergunta específica lhe foi feita, e, a seguir, formula-se a resposta registrada no formulário para captar se está correta. As eventuais divergências nas respostas devem ser anotadas, mas deve-se procurar descobrir se o entrevistador formulou incorretamente a questão, ou se o entrevistado está corrigindo sua resposta original.

Caso o chegador constate que as questões foram apresentadas incorretamente, deve reaplicar todo o formulário.

Os formulários efetivamente checados devem estar com o campo "checagem" do quadro de controle, que se encontra no final da primeira página, preenchido com a data e rubrica.

O número de formulários checados por município será de 20% da amostra principal. Caso o supervisor verifique que o entrevistador apresente erros sistemáticos, aconselha-se acompanhar o entrevistador nas visitas.

Na execução da checagem, serão aplicadas as seguintes questões verificadoras:

01. Nome do Entrevistado;

03. Endereço Atual;

12. Qual o Ramo de Atividade da última ocupação exercida 12 meses anteriores ao recebimento do benefício?

13. Qual a Relação de Trabalho na última ocupação exercida nos 12 meses anteriores ao recebimento do benefício?

14. Que tipo de benefício mensal recebe atualmente da Previdência Social ou do Antigo Funrural?

15. Desde que data recebe o Benefício Principal?

32. Quantas pessoas residem no domicílio?

34. Após se tornar beneficiário da Previdência Social mudou de domicílio?

38c. A atual moradia tem paredes de:

38d. A última moradia tinha paredes de:

39. Quem é o chefe do domicílio onde reside o beneficiário?

47. O beneficiário ou alguém residente no mesmo domicílio é responsável atualmente por estabelecimento rural?

50. O beneficiário utiliza de alguma maneira a renda da aposentadoria ou pensão para manutenção da atividade rural citada?

52. Quadro Ocupacional (bloco 7).

Na realização da checagem, o supervisor deverá preencher a Ficha de Checagem, que constará de:

a) número do formulário checado;

b) nome do entrevistador;

c) data da checagem e das questões anteriormente levantadas.

4.7 SUBSTITUIÇÃO DE BENEFICIÁRIOS

Quando houver necessidade de substituição de beneficiários, devem ser obedecidos os critérios determinados no Manual do Entrevistador.

Quanto à amostra secundária, cada entrevistador receberá dez nomes de beneficiários suplementares, que deverão ser utilizados seguindo os critérios de substituição já mencionados. Além desses, os supervisores terão sob sua guarda outros dez nomes que somente deverão ser repassados aos entrevistadores após checagem da real necessidade.

FICHAS DE CONTROLE E DE CHECAGEM

FOLHA DE CHECAGEM DE FORMULÁRIOS

Nº DO FORMULÁRIO

:				:	

NOME DO ENTREVISTADOR: _____

NOME DO CHECADOR: _____

DATA DA DEVOLUÇÃO

DATA DA ENTREVISTA

DATA DA CHECAGEM

BLOCO 1

001 O endereço do domicílio pesquisado confere com o endereço sorteado?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

002 O nome do entrevistado é o mesmo da pessoa moradora nesse endereço?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

BLOCO 2

003 O Ramo de Atividade da última ocupação exercida nos 12 meses anteriores ao recebimento do benefício confere com a anotação?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

004 A Relação de Trabalho anotada confere?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

BLOCO 3

005 As resposta(s) anotada(s) quanto ao tipo de benefício mensal recebido confere(m)?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não → Observe o pule

006 A data de recebimento do benefício principal confere?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

BLOCO 4

007 O número de moradores residentes confere?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

008 Verificar se houve mudança de domicílio após o entrevistado tornar-se beneficiário da Previdência Social Rural.

☐ 01 Sim

☐ 02 Não → Observe o pule

OBS.: Se não houver mudança, somente as questões relativas à atual moradia devem ter sido respondidas.

009 Se a resposta foi afirmativa na questão anterior se a resposta das questões 38c e 38 d do formulário conferem.

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

BLOCO 5

010 O chefe de domicílio onde reside o beneficiário confere?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

BLOCO 6

011 Existe algum morador do domicílio que é responsável atualmente por estabelecimento rural?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não → Observe o pule

012 (Para quem respondeu sim na questão anterior) O beneficiário utiliza de alguma maneira a renda da aposentadoria ou pensão para manutenção da atividade rural citada?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

BLOCO 7

013 Checar os dados abaixo relacionados das seguintes pessoas do quadro ocupacional:

Nº de ordem 1

a1 Este item confere como sendo o beneficiário?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

b1 O sexo anotado confere com o do beneficiário?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

c1 A idade anotada confere com a do beneficiário?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

d1 O nº de meses trabalhados pelo beneficiário confere com a anotação?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

e1 A ocupação principal do beneficiário anotada confere com a exercida pelo beneficiário?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

f1 A relação de trabalho ou posição na ocupação anotada confere com a resposta do beneficiário?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

g1 O ramo de atividade da ocupação principal do beneficiário confere?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

h1 O local de ocupação no exercício da ocupação principal do beneficiário confere?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

i1 O rendimento da ocupação principal recebida pelo beneficiário confere?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

j1 A periodicidade de recebimento do rendimento na ocupação principal do beneficiário confere?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

Nº de ordem 2

a2 O grau de parentesco do informante com o beneficiário anotado confere?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

c2 A idade do informante anotada confere?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

e2 A ocupação principal exercida pelo informante em questão confere?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

f2 A relação de trabalho ou posição na ocupação anotada confere com a resposta do informante?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

h2 O local de ocupação no exercício da ocupação principal do informante confere?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

i2 O rendimento da ocupação principal recebida pelo informante confere?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

Nº de ordem 3

a3 O grau de parentesco do informante com o beneficiário anotado confere?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

d3 O nº de meses trabalhados pelo informante confere com a anotação feita?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

e3 A ocupação principal exercida pelo informante em questão confere?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

f3 A relação de trabalho ou posição na ocupação anotada confere com a resposta dada pelo informante?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

g3 O ramo de atividade da ocupação principal do informante confere?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

i3 O rendimento da ocupação principal recebida pelo informante confere?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

j3 A periodicidade de recebimento do rendimento na ocupação principal do informante confere?

☐ 01 Sim

☐ 02 Não

